

BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE



DEZEMBRO - 1982

BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE



Na capa: Casa de Pregais — Forjães — Brasão de 1755.

BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE

PUBLICAÇÃO BIANUAL

N.º 2

BIBLIOTECA MUNICIPAL
Município: Boaventura
Cidade: Osório

N.º 65464

DEZEMBRO - 1982



Director: M. Albino Penteado Neiva

Comissão redactorial: Sebastião J. Sá Matos e Carlos A. Brochado de Almeida

Propriedade da Câmara Municipal de Esposende

Publicação da Casa da Cultura de Esposende

Sede: Casa da Cultura de Esposende

4740 Esposende

Tiragem deste número: 750 exemplares

Composto e impresso na Tipografia Camões

4490 Póvoa de Varzim

Dezembro de 1982

Os artigos assinados são de responsabilidade dos respectivos autores

Toda a colaboração é solicitada

O Boletim Cultural de Esposende aceita permutas e/ou colaboração
com outras publicações nacionais ou estrangeiras

Far-se-ão referências aos livros de que nos forem enviados dois exemplares

O CASTRO DE S. LOURENÇO VILA-CHÃ — ESPOSENDE

*Carlos A. Brochado de Almeida
Manuel Albino Penteado de Neiva*

Vila-Chã é uma aldeia do concelho de Esposende, a 5 Km da sede. Toda a aldeia se estende por um planalto, sendo a povoação de maior altitude do concelho.

Confronta a Norte com as freguesias de S. Paio d'Antas e de Forjães, a Nascente com a de S.^{to} André de Palme do vizinho concelho de Barcelos e a de S. Cláudio de Curvos, a Sul com a de Palmeira e a Poente com as de Marinhas e S. Bartolomeu do Mar. No aspecto viário pode-se considerar uma aldeia bem servida, cruzando-se nesta localidade a estrada que liga Palmeira a Barroselas que, por sua vez, se vai unir à estrada Viana-Barcelos e a estrada que liga esta povoação a Esposende, passando pelo monte de S. Lourenço e ramificando-se no Lugar de Baixo une esta à Nacional Porto-Viana do Castelo, na freguesia de Marinhas.

O ribeiro de Peralta ou Abelheira nasce na Poça do Pinheiro desta freguesia e desagua no Oceano Atlântico na vizinha freguesia de Marinhas.

Populacionalmente é uma das aldeias de menor índice demográfico, embora com uma das maiores áreas territoriais. A população agrupa-se em lugares constituindo dois grandes blocos: Aldeia de Cima com os lugares de Outeiro, Lagoínhas, Lages, Rua Nova, Aldeia, Bicudo e Aldeia de Baixo formado pelos lugares de Aldeia, Casais, Sobreiro, Chouso e Abelheira. O lugar da Igreja constitui-se independentemente em redor da Igreja.

Esta freguesia é circundada por altos cabeços que oferecem aos visitantes belas paisagens como o Alto da Cêrca com a cota de 284 m, o Alto da Serra com a de 237 m e o aprasível monte de S. Lourenço situado a poente da freguesia, no limite com a de Marinhas com a cota de 204 m. No cimo deste monte, existe uma penedia onde assenta uma capelinha venerando o mártir S. Lourenço. O acesso é feito por uma íngreme estrada e do local, disfruta-se uma paisagem admirável para qualquer lado que o observador se vire. Dos seus flancos afloram duas elevações: do lado direito o Monte do Facho, do esquerdo o Monte do Faro.

A área territorial é já bem definida em meados do séc. XVI (1549)



Fig. 1

aquando da elaboração do 1.º tombo da Igreja desta aldeia. Correspondem aos actuais¹.

As primeiras referências escritas vêm-nos das Inquirições de D. Afonso II em 1220, onde aparece com a designação «De Sancto Johanne de Vilar Plano de Terra de Neiva» e nas de D. Afonso III em 1258, onde se diz «In parochia Sancti Johannis de Vilar Chão (...)»².

Pertenceu à Casa de Bragança até cerca de 1836 e aquando a criação da Comarca de Esposende em Novembro de 1898, Vila-Chã passou a pertencer ao 3.º Distrito de Paz juntamente com Curvos, Forjães, Antas, Belinho e S. Bartolomeu do Mar³.

No quadro toponímico vilachanês encontram-se topónimos de vária ordem. Uns, relacionados com a vegetação (fitotopónimos) que cobre as suas terras como Feiteira, Soages, Juncal, Figueiras, etc. Outros, ligados à orografia como Penagude, Penalonga, Laguinhos e, o grupo que, para este trabalho, mais dizem respeito e que são topónimos indicadores de valores históricos. Neste poderemos referir o Lugar das Mamúinhas, Mamião, Mamôa-Môça, Crasto, Cêrca, Sobre-os-muros, Facho, Faro, Castrelinho, Paço, Pacinho, Casais e Aldeia.

As mais antigas formas de ocupação, até agora detectadas, remontam ao megalitismo.

Várias são as mamóinhas⁴ espalhadas pelo aro da aldeia. Ao todo são treze, assim distribuídas: três na Serra, uma no Monte da Cêrca, três no Rapido, uma no Descampado, uma na Portelagem, uma na Arribada, duas no Outeiro e uma na Bouça da Estrada⁵. (Fig. 2).

Se algumas foram pesquisadas por Martins Sarmento⁶, a grande maioria recebeu a visita de curiosos ou amantes de tesouros encantados. Daí, resultou uma semi-destruição que atingiu câmara e corredor. Muitos dos esteios e a maioria das mesas desapareceram. Ficaram os túmulos e mesmo estes, em alguns casos, em adiantado estado de degradação.

Na quase totalidade pertencem ao grupo das Antas com câmara e corredor, mas há, pelo menos quatro (Portelagem e Rápido), que devem ser incluídas no conjunto das cistas. É que a pequenez da câmara, a ausência de corredor e a presença de uma pequena caixa de pedra, tampada, numa das mamóinhas do Rapido⁷ reforça a ideia de que serão túmulos de incineração.

O material exumado por Martins Sarmento é constituído, basicamente, por pontas de seta estudadas por Susana Oliveira Jorge⁸ e por 2 vasos, um dos quais troncocónico, publicado por F. Cuevillas⁹ e recentemente estudado por Maria de Jesus Sanches¹⁰. Numa pequena limpeza que há anos fizemos na câmara e corredor da mamóinha do Monte da Cerca, encontramos uma pequena espiral de prata bastante oxidada pelo ar marítimo e que foi publicada por Vitor Oliveira Jorge¹¹.

A cultura castreja e o período romano estão bem representados na freguesia. Deste último, assinalamos o povoado e necrópole dos Covelos¹² com materiais tardo-romanos e os vestígios cerâmicos que aparecem nos terrenos de cultivo da Quintela e Campo da Agra e que tanto podem pertencer a povoados como a necrópoles. (Fig. 2).

O castro de S. Lourenço (Fig. 1) sendo provavelmente o único representante da Idade do Ferro na freguesia, despertava já, em fins do século XIX, as atenções de eruditos e investigadores.

Pinho Leal refere a presença de moedas romanas¹³, José Augusto Vieira¹⁴ o aparecimento de um machado de bronze, Martins Sarmento¹⁵ além de o considerar um castro pequeno por lá andou à procura de «letras antigas, abertas numa fraga», Teotónio da Fonseca¹⁶ diz haver pias cavadas nas rochas, Falcão Machado¹⁷ fossetes e Manuel Boaventura¹⁸ debruçou-se sobre o castro a propósito de achados vários.

As destruições começaram pela acrópole, séculos atrás¹⁹, com a construção da capela de S. Lourenço²⁰. Continuaram com a abertura do caminho de acesso à capela²¹ e com a edificação de um coreto, no enfiamento da 2.^a muralha. Se o caminho desfez uma série de casas situadas entre a 2.^a muralha e a penedia envolvente da acrópole, o coreto obrigou a demolir um bom bocado da muralha. Foi aliás em 1954, no meio dos destroços saídos do rompimento do caminho para a capela, que apareceram a ara dedicada a DAFA e algumas moedas romanas²².

A destruição mais recente, a mais profunda e também a mais grave realizou-se este ano, no flanco W/NW, quando máquinas de terraplanagem de um empreiteiro de estradas abriram caminho, monte acima, até à base

da 3.^a muralha²³ (Fig. 6, 1 e 2). A finalidade de tal acção era, por demais, evidente. As máquinas, ao revolverem o terreno, traziam à superfície muita da pedra das habitações há muitos séculos desmoronadas e muito em especial, de um lanço de muralha que ligava a mais exterior ao pequeno cabeço situado 50 m mais a norte e onde os castrejos tinham construído um torreão com fins de vigilância e defesa²⁴. Conseguia-se assim e sem grande esforço, grandes quantidades de pedra já partida e na medida quase ideal para a pavimentação de estradas e caminhos. Sempre era mais fácil e rentável que extraí-la de pedreiras com gastos bem mais pesados.

O sistema defensivo parece ser constituído por três muralhas mais a asa atrás referida. A reforçar, havia ainda, do lado norte e na base exterior da 3.^a muralha, um largo e talvez fundo fosso, hoje transformado em caminho, destino aliás comum à grande maioria dos fossos dos povoados castrejos.

As muralhas, construídas em pedra, têm um tipo de aparelho que e em princípio, deve ser atribuído à época romana. Fora desta classificação, está a muralha que envolve a acrópole a qual é formada pelas altas penedias onde assenta a capela. Muitas delas foram desbastadas pelos ocupantes, para dificultar a escalada.

Tal solução, não sendo inédita entre os castrejos, é também bastante mais usual no período medievo. Apesar de não termos encontrado vestígios desta época, não nos admiraria que lá tivesse existido um posto de vigia e sinalização e eventualmente, um refúgio durante os conturbados séculos da alta idade média minhota²⁵.

Não é um povoado pequeno como escreveu Martins Sarmento. A área de ocupação é bastante grande e as suas muralhas poderiam albergar um razoável número de habitações. Estas espalhavam-se por quase todo o povoado, com exclusão do sector SW e parte do W, muito íngreme e a acrópole que devido às reduzidas dimensões teria, obviamente, uma utilização diferente.

Se analisarmos a área habitacional, deparamos com soluções de aproveitamento do espaço bem iguais à de outros povoados castrejos. Assim, para obterem superfícies não muito inclinadas, os técnicos castrejos surribaram as partes mais altas e seguidamente, arrastaram as terras para as partes mais baixas. As muralhas ficavam assim com uma dupla função: defesa e muro de sustentação de terras. As penedias que cobririam partes significativas do povoado, depois de cortadas, foram aproveitadas para a feitura das casas, muros e muralhas.

LEGENDA DA FIGURA 2

- 1, 2 e 3 — Mamóinhas da Serra
- 4 e 5 — Mamóinhas do Outeiro
- 6 — Mamóinha da Bouça da Estrada
- 7 — Necrópole/Povoado dos Covelos
- 8 — Quintela
- 9 — Mamóinha da Arribada
- 10 — Campo da Agra

- 11 — Mamóinha da Portelagem
- 12 — Mamóinha do Descampado
- 13, 14 e 15 — Mamóinhas do Rapido
- 16 — Fortificação do Monte da Cêrca
- 17 — Mamóinha do Monte da Cêrca
- 18 — Castro de S. Lourenço

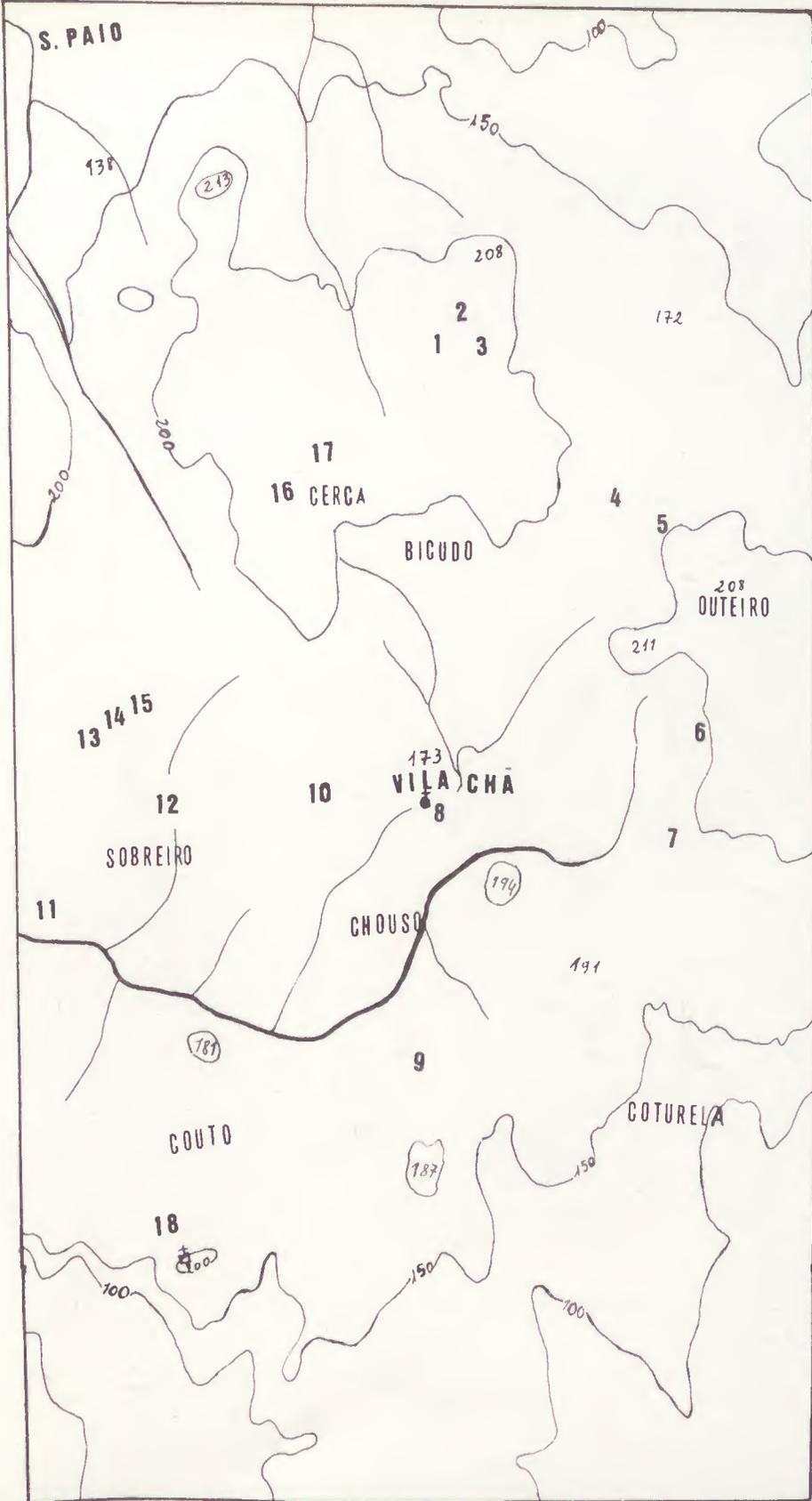
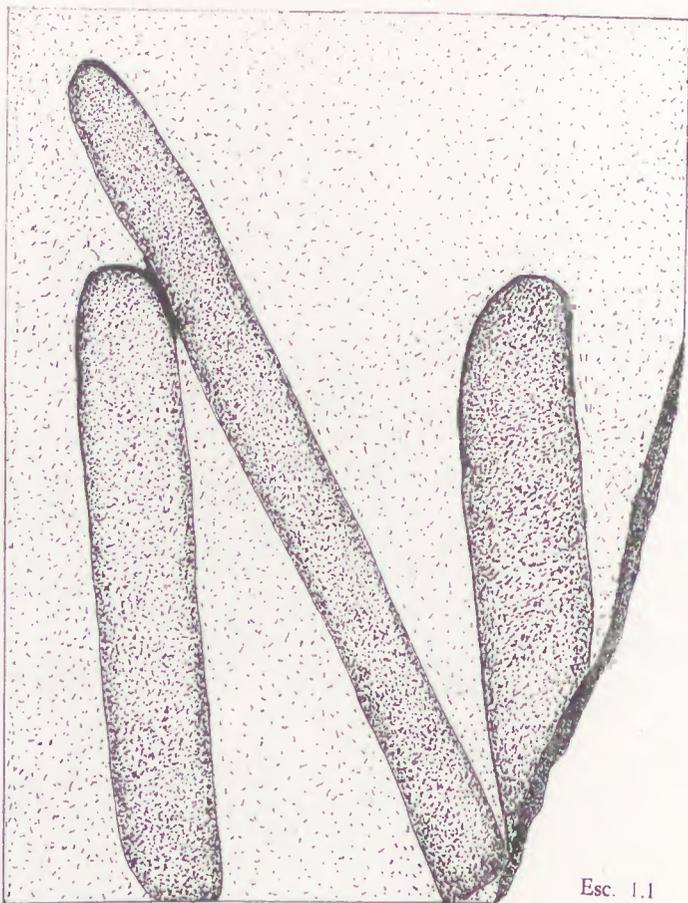


Fig. 2

São vários os materiais encontrados na área do castro. Dos antigos, convém destacar a ara a Dafa e as moedas já aludidas, algumas mós manuais e uma haste granítica com sinal cruciforme inscrito num círculo²⁶.

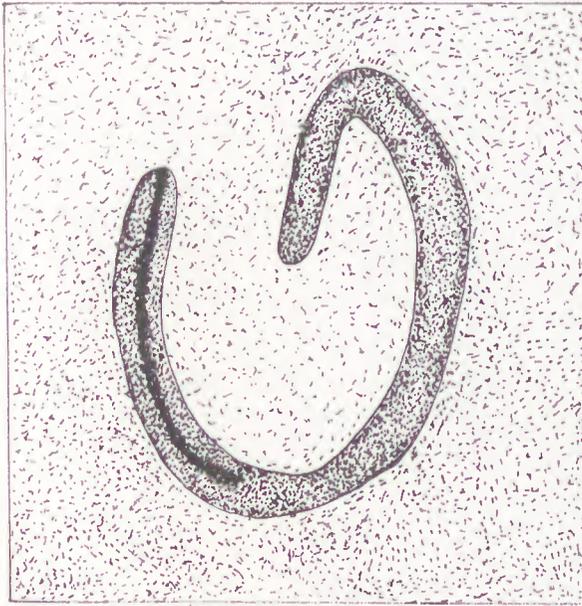
As recentes destruições trouxeram à superfície muitos fragmentos de tégula e ímbrex, algumas com marcas de oleiro (Fig. 3 e 4), uma razoável quantidade de cerâmica castreja feita à roda, alguns fragmentos de ânfora de boa época, alguma terra sigillata sud-gálica (um bordo de Drag. 24/25 roletado e um fundo de Drag. 15/17) e hispânica (fundo de Drag. 24/25)²⁷ (Fig. 8, 2), dois fragmentos de vidro de coloração verde-gelo, de classificação indefinida e um peso de chumbo romano²⁸ (Fig. 5).

Apesar de faltar o elemento estatigráfico, são as produções castrejas



1

Fig. 3 — Marca de oleiro numa tégula



Esc. 1.1

2

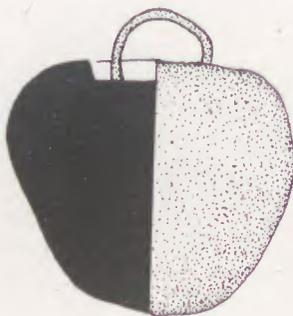
Fig. 4 — Marca de oleiro numa ímbrex

as de maior leque cronológico (séc. I a. C. — séc. I), já que os materiais de importação são, na globalidade, datáveis do séc. I. Por isso não será arriscado prognosticar que, neste sector, houve uma efectiva ocupação durante o século I. Quanto ao resto do povoado, sabemos que era ocupado no séc. IV²⁹. Mas, se essa ocupação era vasta e pujante, só futuras escavações o poderão patentear e se até lá, algo restar da velha ocupação castrejo-romанизada do monte de S. Lourenço.

Materiais de Superfície

1. Bordo espesso. Pasta castanho-escura, arenosa e micácea. Boa cozedura mas não uniforme. Polida na face exterior e alisada na interior (Fig. 7, 1).
2. Pote. Pasta castanho-escura, micácea, boa cozedura. Faces alisadas, muito queimada e com sinais de fuligem, a exterior. Bordo oblíquo, esvasado, aresta boleada. (Fig. 7, 2).
3. Púcaro. Pasta cinzenta-escura, micácea e alguma areia, boa cozedura. Polidas ambas as faces (Fig. 7, 3).

4. Púcaro. Pasta cinzenta-escura, micácea, boa cozedura. Polidas ambas as faces. Bordo oblíquo, esvasado, aresta boleada (Fig. 7, 4).
5. Fragmento de pança com dois cordões de reforço. Pasta acastanhada, pouca areia, micácea, boa cozedura. Alisada (Fig. 8, 1).
6. Fundo de Drag. 24/25 hispânica. Pasta vermelho-clara, pouco cuidada, muita calcite, fractura irregular. Engobe castanho-claro, fino, aderente, pouco brilhante. Cronologia: fins do séc. I (Fig. 8, 2).
7. Asa de secção circular. Pasta acastanhada, micácea, boa cozedura. Polida (Fig. 8, 3).
8. Peso³⁰. Chumbo. Forma piriforme, desgastada. Tem na parte superior uma argola de suspensão em ferro (Fig. 5).
 Peso: 273,200 grs³¹.
 Alt.: 28 mm
 Diâ.: 14 cm.



Esc. 1.1

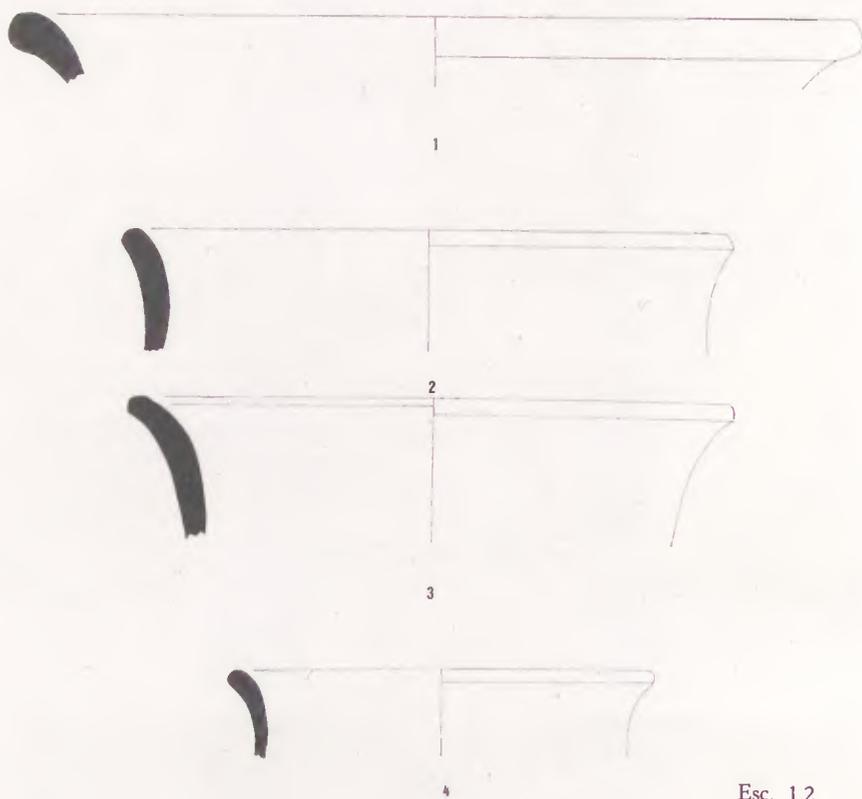
Fig. 5 — *Peso Romano*



1 — Caminho aberto na base da 3.^a muralha. A sua abertura destruiu uma importante ocupação de época romana.



2 — Um dos muitos muros cortados com a abertura do caminho.



Esc. 1.2

Fig. 7

NOTAS

¹ Tombo da Igreja de Vila-Chã de 24 de Fevereiro de 1549. — N.º 8, caixa 247, A.D.B.

² P. M. H. Inquisitiones.

³ Arquivo da Casa da Cultura de Esposende.

⁴ Nome por que a população local conhece as antas. Este topónimo, como escreveu Martins Sarmiento, *Dispersos*, Coimbra, 1933, pág. 154, é nome que ninguém conhece relacionado com tais monumentos.

⁵ Está situada nas imediações do lugar das Mamuinhas e da necrópole/povoado tardo-romano dos Covelos.

⁶ Martins Sarmiento, op. cit. pág. 154/156.

⁷ Para Martins Sarmiento, op. cit. pág. 156 é certamente uma urna cinerária.

⁸ Susana Oliveira Jorge, *Pontas de Seta Provenientes de Túmulos Megalíticos do Nordeste de Portugal*, in *Mínia*, 2.ª Série, n.º 2, Braga, 1978.

⁹ F. L. Cuevillas, *La Época Megalítica en el Noroeste de la Península*, in *Caesaraugusta*, 13/14, Pamplona, 1959.

¹⁰ Maria de Jesus Sanches, *Recipientes Cerâmicos da Pré-História Recente do Norte de Portugal*, in *Arqueologia*, n.º 3, Porto, 1981.

¹¹ Vitor Oliveira Jorge, *Escavações da Mamoa 1 de Outeiro dos Gregos, Serra da Aboboreira, Baião*, in Portugalia, nova Série, Vol. I, Porto, 1980, Est. XVI, 1.

¹² Brevemente contamos apresentar um estudo sobre esta matéria.

¹³ Pinhão Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. XI, Lisboa, 1886, pág. 681.

¹⁴ José Augusto Vieira, *Minho Pitoresco*, Vol. I, Lisboa, 1886, pág. 199.

¹⁵ Martins Sarmiento, op. cit. pág. 159/160.

¹⁶ Teotónio da Fonseca, *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936, pág. 143.

¹⁷ Falcão Machado, *Esposende, Monografia do Concelho*, Esposende, 1951, pág. 76.

¹⁸ Manuel Boaventura, *A Ara a Dafa*, in Lucerna, 1965, Porto, pág. 270/273.

¹⁹ Desconhecemos a data da construção da 1.ª capela, mas no primeiro Tombo da Igreja de Vila-Chã elaborado em 1549 diz-se: (... Passando pela ermida do bem-aventurado S. Lourenço).

²⁰ S. Lourenço, diácono do Papa Sisto, morto em 258, é um dos mártires romanos com culto mais antigo na Península Ibérica. Já está documentado na Espanha Visigoda no século VI, segundo se deprende da leitura de uma lápide da igreja de São Pedro e São Paulo de Loja. A sua festa celebrava-se a 10 de Agosto e já se fazia na época Visigoda. Cármen García Rodríguez, *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966, pág. 176/180. Se a documentação portuguesa do séc. IX/XI para as regiões de entre o Minho e Mondego só menciona o santo como patrono de 4 igrejas, Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal*, Lisboa, 1947, pág. 233, o seu culto foi bem mais amplo pois, nos séculos seguintes, o seu nome aparece frequentemente ligado a capelas e à toponímia da Galiza, Norte e Centro do País. Joseph M. Piel, *Os Nomes dos Santos Tradicionais Hispânicos na Toponímia Peninsular*, Biblos, Vol. XXV-XXVI, Coimbra, pág. 80.

²¹ Situada num dos mais belos miradouros que a cadeia montanhosa pode oferecer a quem queira mirar o oceano, é palco, anualmente, de uma concorrida romaria realizada, nos últimos anos, no 2.º domingo de Setembro. Era tradição, hoje esquecida, os peregrinos fazerem a sua romaria com telhas à cabeça para que o santo os livrasse das dores de dentes. Outra tradição local ligada ao culto do Santo é aquela que está relacionada com a *pia da virtude*, situada num penedo, a 100 m a sul da capela e que segundo a tradição, a água subiria com a maré. Era aqui que as mães traziam os filhos atacados pelas *maleitas*. Após o tradicional banho santo, as crianças eram vestidas com roupa lavada, ficando a usada em redor do penedo.

Presentemente tal ritual já não se usa, porque o penedo com a pia foi roubado.

²² A ara encontra-se depositada no Museu Pio XII de Braga e foi publicada por Manuel Boaventura, op. cit.. Parece, no entanto, que a leitura correcta não será DAFDA, mas DAFAL. Consultar José D'Encarnação, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, pág. 172/173.

²³ Foi esta acção que levou a Comissão Instaladora da Casa da Cultura de Esposende por um lado e a Unidade Arqueológica da Universidade do Minho pelo outro, a solicitar às autoridades competentes, a classificação do monumento como Imóvel de Interesse Público. Foi-o em 12-8-82 por despacho do Sr. Secretário de Estado da Cultura.

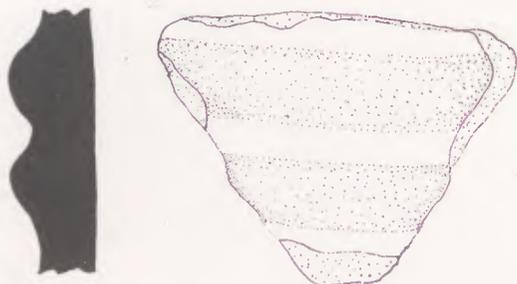
²⁴ Para além de reforçar a defesa deste sector, garantia a ocupação do cabeço que, pela sua localização, permitia uma apertada vigilância sobre o maciço e costa norte, coisa não totalmente conseguida a um observador sediado na acrópole do povoado.

²⁵ Carlos A. Brochado de Almeida, *Castelo de Neiva*, Boletim Cultural de Esposende, n.º 1, Esposende, 1982, pág. 15 e notas 1 e 2.

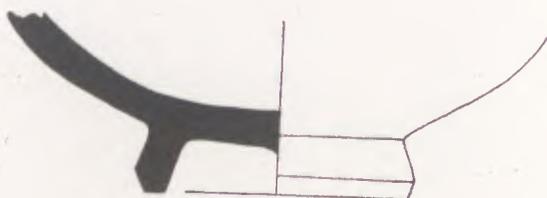
²⁶ É o n.º 79 do inventário do Museu de Pio XII de A. do Rosário, *Falam Documentos*, Braga, 1973. Numa curta e fugaz observação, pareceu-nos ser uma prisão de gado igual a tantas outras encontradas em povoados já escavados como Sanfins, Briteiros, Mòzinho ou S.to Estevão da Facha.

²⁷ Se as produções sud-gálicas são da época de Cláudio, F. Oswald, T. D. Pryce, *An Introduction to the Study of Terra Sigillata*, London, 1920, pág. 172, a hispânica é dos finais do século I, M. Angeles Mezquiriz de Catalan, *Terra Sigillata Hispânica*, T. I. Valência, 1961, pág. 172.

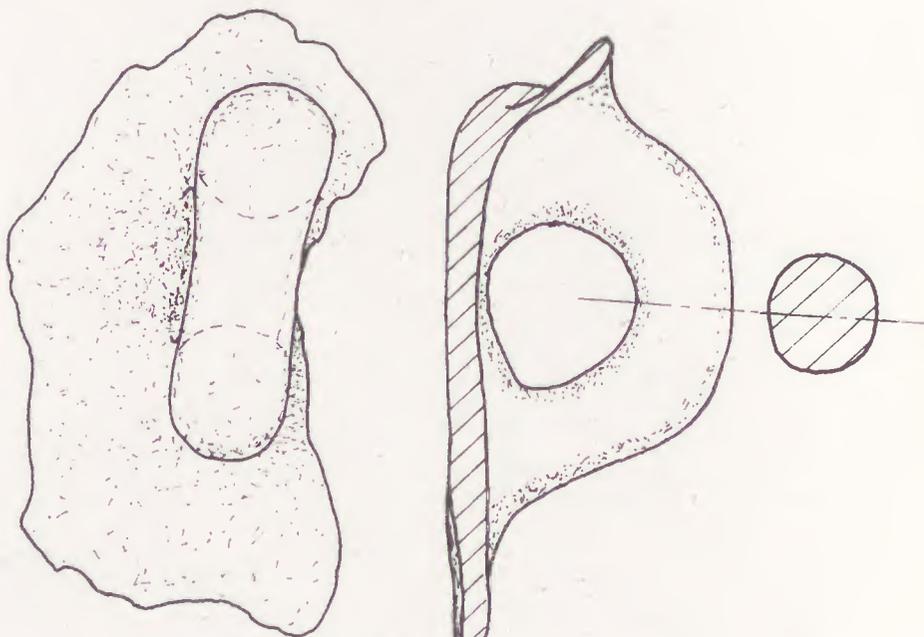
²⁸ Infelizmente não sabemos se outros objectos apareceram. A existirem, levaram outro caminho que não o do Museu da Casa da Cultura, em formação.



1



2



3

Fig. 8

²⁹ Das moedas recolhidas por Manuel Boaventura, quando da abertura do caminho, as mais tardias são de Constantino. Manuel Boaventura, op. cit..

³⁰ Pesos e balanças romanas vão aparecendo um pouco por todo o Portugal. Quanto aos pesos há-os feitos dos mais variados materiais como o mármore, calcário, ferro, chumbo, bronze e com formas que vão do quadrado ao cónico passando pela troncocónica, esférica, tambor, etc., etc. Para um melhor conhecimento desta matéria, aconselhamos a consulta de: Mário Lazzarini, *Metrologia Romana*, Conimbriga, Vol. IV, 1965. Pedro de Palol, *Ponderales y Exagia Romanobisantinos en España*, Ampúrias, 11, 1949. Salete da Ponte, *Balanças e Pesos de Conimbriga*, Conimbriga, Vol. XVIII, 1979.

³¹ Mário Lazzarini, op. cit. atribui à libra o peso de 323,258 grs., ao Deunx 296, 319 grs. e ao Dexstans 269,381 grs.





*Casa do Filipe da Cunha também conhecida por Quinta Velha
Século XVIII — Brasão de Coronel de Nobreza*

D. SEBASTIÃO:
A IMPORTÂNCIA DE ESPOSENDE
E O SIGNIFICADO DE ALCÁCER-QUIBIR *

M. M. da Silva Costa

Considero que tudo que se disse na passagem do 4.º centenário¹ visou apenas e unicamente Esposende: a terra e o homem² — esquecendo-se, sem intenção, o responsável pelo privilégio então comemorado.

Tal omissão foi, de certo modo, salvaguardada pela análise contextual que o então Ministro de Estado, Dr. João Mota Pereira de Campos, fez sobre o reinado do *moço-rei D. Sebastião*³ e a concessão do foral a Esposende, na cerimónia de encerramento das comemorações (1972), assinalando os acidentes de percurso que sofreu a petição dos 370 vizinhos mareantes do lugar de Esposende⁴.

Isto porque, no dizer da ilustre personalidade, *muitos foram os esforços feitos, os sacrifícios consentidos, as oposições neutralizadas, influências e dificuldades removidas*⁵. Só assim se podem avaliar a grandeza e dureza da luta em que tiveram de envolver-se, durante longos anos, os esposendenses de 1572 para alcançar, perante a justiça do rei, o deferimento da sua pretensão, anteriormente feita a seu avô D. João III que fora informado do perigo em que se encontrava o referido lugar, em consequência da existência de muitos corsários que na época enxameavam os mares, sem que para sua defesa tivessem qualquer protecção ou maneira de fazer justiça⁶ — justificação e anseio referidos no próprio foral.

Assim argumentavam os moradores de Esposende na petição renovada.

Não pretendo com este modesto trabalho ser um crítico acérrimo daquilo que se realizou à dez anos atrás, nem tenho a vã vaidade de considerá-lo uma tese dum novo sebastianismo, ou, porventura, a ousadia duma conferência sobre *esse bom rei Encoberto*⁷.

Porque o primeiro aspecto, no dizer do historiador José Lúcio de Azevedo, *nascido da dor, nutrindo-se da esperança, é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa*⁸, o segundo porque implica enorme responsabilidade, pois que as profecias do Bandarra traduziam o ressurgimento em Portugal do mito judaico do V Império, personalizado a partir das circunstâncias nacionais de então — viragem da estru-

tura (1546-1547), a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir (1578) e a anexação de Portugal por Filipe II (1580)⁹ — requerendo, portanto, aturado estudo da conjuntura social, económica e institucional da época.

Trata-se, simplesmente, dum pequeno trabalho no qual pretendo lembrar D. Sebastião, não o sebastianismo¹⁰, como agente principal da independência administrativa desta terra. Procurarei analisar as razões que levaram os esposendenses a dirigirem-se ao monarca e tentarei *grosso modo* seguir a Jornada de África¹¹, na qual ingloriamente sucumbiu e tirar dela os pressupostos que levaram o rei a tal situação.

*

D. Sebastião nasceu a 20 de Janeiro de 1554¹². Passados oito dias foi baptizado na Capela do Paço, com o nome de Sebastião, onomástico do oficial romano martirizado no séc. III e hagiológico do dia em que nasceu¹³.

À morte de D. João III em 1557¹⁴ só D. Sebastião, seu neto de três anos de idade, podia assegurar o futuro da dinastia de Aviz. Entretanto a regência é confiada à rainha D. Catarina, depois ao irmão do rei falecido, o cardeal D. Henrique¹⁵.

Em 20 de Janeiro de 1568 — justamente no dia em que completava catorze anos — tomava conta do poder¹⁶.

Personagem de características bem pouco realistas, próprias de homem de outro século, de carácter inconstante e raras vezes coerente com as suas atitudes, viveu, desde a infância, obcecado pelo sonho da política africana¹⁷. Para além da acção dos seus educadores¹⁸ muito contribuiu o ambiente circunstancial em que sempre viveu e se desenvolveu¹⁹.

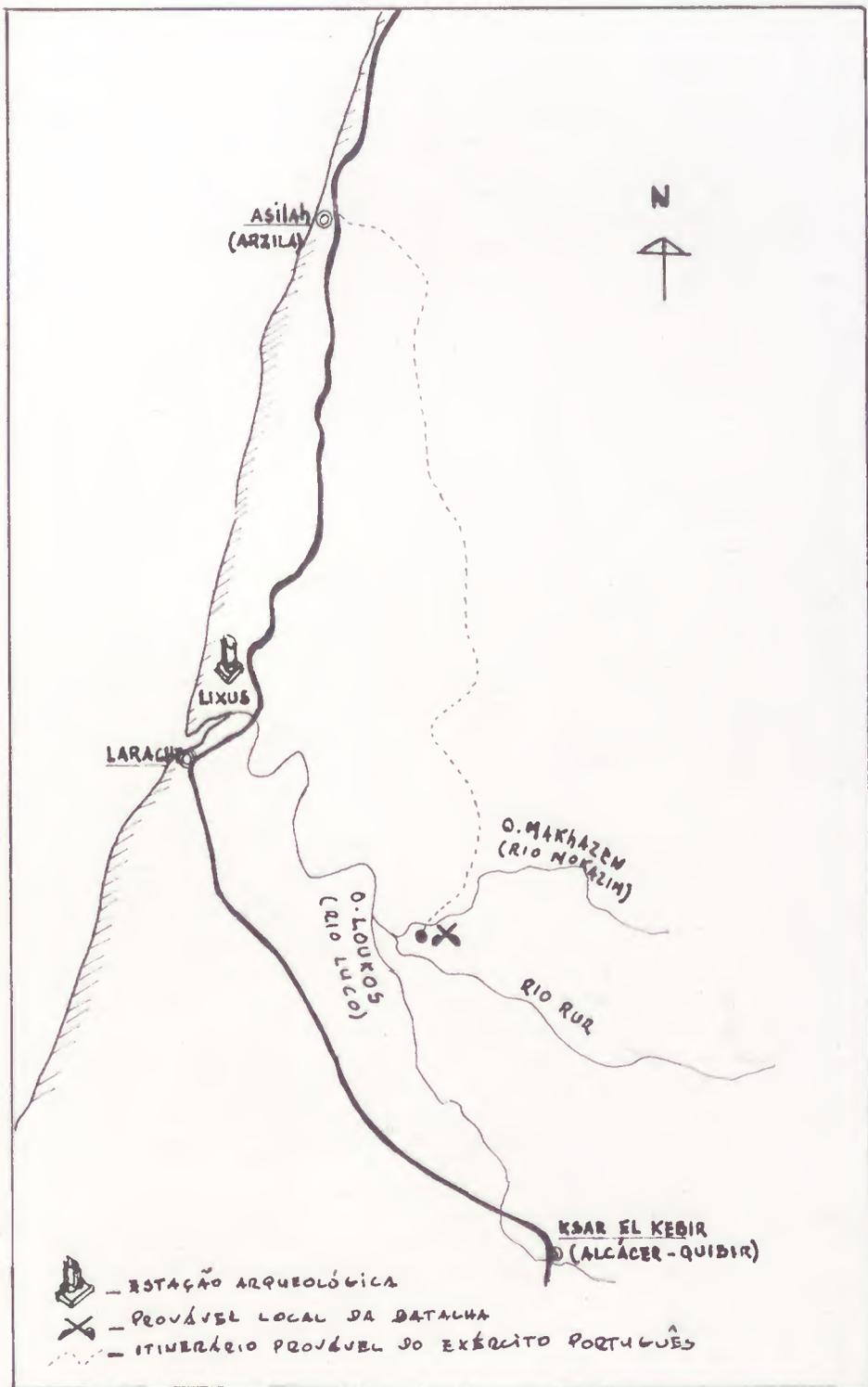
Prosseguia-se, assim, com D. Sebastião a política de transporte predominante da burguesia comercial-marítima, iniciada com as leis protectoras de D. Fernando ao comércio marítimo e pedra-chave na crise de 1383-85, com o início da segunda dinastia²⁰.

*

Desde 1510 que a dinastia dos Xerifes, nascida dum forte movimento religioso contra os cristãos e as tribos suas aliadas, reinava em Marrocos²¹.

A conquista do reino de Fez e as constantes hostilidades com os portugueses levou D. João III, seu avô, face às grandes despesas de manutenção, a abandonar as praças de Safim, Azamor, Alcácer-Seguer e Arzila²². Praças estas que foram conquistadas por D. Afonso V, cuja política D. Sebastião queria reatar²³, como defesa contra a pirataria marroquina que abrigada nesses portos dificultava as relações comerciais com o Mediterrâneo e a África e constantemente assaltavam as costas portuguesas²⁴.

Talvez que este abandono, uma vez que a pirataria mourisca ainda se fazia sentir e a influência pedagógica que teve por parte dos jesuítas, tenham sido o vector principal do seu mórbido desejo africano, a ponto do jovem rei ter afirmado perante a estátua jazente do fundador da nacionalidade — D. Afonso Henriques — e depois de beijar respeitosamente a espada que mais



Esboço da região entre Arzila e Alcácer-Quibir

tarde levaria consigo para Alcácer: *ainda um dia me hei-de valer dela contra os mouros, metendo Portugal pela Africa adentro*²⁵.

Apesar de tudo, torna-se, por demais evidente, que a educação que lhe foi administrada, como diz Queirós Veloso, influenciou no seu procedimento futuro. E continua: *mas a causa principal das suas desvairadas acções, os motivos que as determinaram, devem antes procurar-se nele mesmo, do que na educação recebida*^{26 27}.

A vontade doentia de D. Sebastião levou-o em 1573 a Ceuta e a Tânger. Entretanto envia centenas de cartas às diferentes cidades e vilas do reino, convidando-as a concorrer com gente e cavalos disponíveis para a campanha que projectava²⁸ — a guerra contra o Xerife de Marrocos.

Teria Esposende recebido uma dessas cartas? Possivelmente que sim pois já o monarca lhe tinha concedido o foral de vila.

Esta forma de convocar gente sem a mínima preparação militar para uma empresa tão árdua, é prova incontestável de ausência total de plano, da desorientação que se observa em certas resoluções do rei, meras acções impulsivas que denunciam a preocupação constante numa ideia ao serviço dum pensamento fixo²⁹. O seu principal objectivo e fim último, aquele que verdadeiramente lhe convulsionava o espírito e o impulsionava nas atitudes a tomar, não eram na realidade as conquistas, mas combater e vencer Abde Almélisque³⁰, o novo senhor de Marrocos. Tais conclusões se confirmam mais tarde antes da batalha de Alcácer-Quibir.

Entretanto o monarca regressa ao reino porque as forças eram poucas para guarnecer e fortificar Larache, apesar de possível a conquista da praça. A de Arzila era impossível porque no inverno a barra tornava-se perigosa, dada a existência dos baixios, a dispersão de obstáculos pedregosos, como se verifica no local, e, sobretudo, porque a rainha D. Catarina o ameaçara que o iria buscar a Tânger³¹.

Não se esqueceu D. Sebastião, apesar do aparente desaire da viagem empreendida, do seu principal objectivo, nem das delícias mouriscas, na curta permanência em terras do norte de África. Diz-se, inclusivé, que durante essa primeira jornada o rei se tenha perdido de amores por uma princesa moura que conhecera em Tânger³², facto que lhe obstinava a razão e o impedira de anuir a outros casamentos, em vão aprezados. Porém as razões parecem ser outras para o facto do soberano nunca ter casado, um pouco derivadas dos traços de hereditariedade, apoiados na consanguinidade próxima entre as coroas portuguesa e espanhola.

A obsessão do rei era outra e de tal forma preponderante que ignorou, por completo, uma carta que lhe fora enviada pelo mouro Abde Alquerime, alcaide de Larache, oferecendo-lhe a dita praça *sem resistência alguma, se mandasse alguns navios e gentes a quem a entregasse*³³.

De igual forma se passou com a praça de Arzila, também oferecida pelo mesmo alcaide que preferia cedê-la aos portugueses do que vê-la conquistada por Abde Almélisque³⁴, novo conquistador do reino de Marrocos, por deposição do Xerife Mulei Mohamede a quem D. Sebastião, quando da jornada de Alcácer-Quibir, diz pretender ajudar na reconquista e na restituição do xerifado usurpado.

Ora a praça de Larache era o objectivo fundamental da sua tarefa. A

ocupação pacífica desse porto equivalia ao desmoroamento do seu sonho e à inexistência da razão essencial da expedição que programara. Assim já não podia argumentar com os perigos que adviriam para Portugal e Espanha dos navios turcos e mouros, acantonados em Larache e da pirataria exercida sobre as nossas costas vinda dessa praça. Por isso se calara, como aliás o fez novamente, alguns dias antes da batalha, após a insistência do próprio Abde Almélque, visto estar cansado das próprias lutas internas. O monarca queria ir a Marrocos. Larache, os turcos, a pirataria e os perigos que poderiam advir para o país, eram simples pretextos para justificar a jornada há muito decidida³⁵.

*

Tendo sido D. Sebastião o responsável pela independência de Esposende convém lembrar que o seu processo teve início no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Digamos que ambos foram os principais protagonistas, respectivamente, sob o ponto de vista administrativo e religioso, estando ambos intimamente ligados.

Importa focar que a importância e a densidade populacional do então lugar de Esposende que obteve do monarca o foral de vila e por parte do arcebispo a separação da igreja das Marinhas³⁶ eram dignas de registo na altura. Esposende já em 1560, data em que os estudiosos reconhecem o início da separação completa das Marinhas³⁷, tinha uma população que rondava os quatrocentos ou quinhentos vizinhos, todos eles mercadores e mareantes³⁸.

Conscientes da sua importância e da sua vitalidade que a foz do rio lhes trazia para o desenvolvimento da terra, facto aliás comum a todos os povos que se sedentarizavam junto das vias marítimas e, sobretudo, na sua foz, pedem *a mercê de os fazer villa dando-lhes termo conveniente com que se possam socorrer e governar*³⁹, fundamentando como principal razão a dificuldade de apenas em Barcelos poderem *requerer as suas justiças, as quais, em virtude de serem homens do mar e terem as suas navegações*⁴⁰, muitas vezes as deixavam perder. Além destas justificações salientam o perigo de serem saqueados.

Em 1572 a população de Esposende diminuiu em relação a 1560. A justificação poder-se-á encontrar nos surtos de peste que durante os segundo e terceiro quartéis do séc. XVI grassaram pelo país, principalmente no Norte. No mês de Maio de 1568 e segundo as *Memórias de Francisco Dias, procurador do rei, na cidade do Porto* morreu muita gente em Esposende⁴¹.

Mas há duas questões que se põem relativamente a Esposende: seria o lugar um burgo importante ou não? O seu porto teria capacidade para entrada, saída e abrigo de barcos capazes de enfrentarem tempestades e actos de pirataria, bem como empreenderem viagens de longa duração⁴²? Estamos convencidos que sim. Senão vejamos.

O arrolamento feito por ordem de D. João III em 1552 reza que em Esposende permaneciam *uns quinze (navios e caravelas)*. Curiosamente no mesmo ano Quirino da Fonseca⁴³ menciona a existência de dezassete caravelas registadas em Esposende.

Entretanto em Novembro do ano anterior em rol dos navios apresados

pelos franceses contava-se um que era do mestre Sebastião Gonçalves, natural desta terra⁴⁴.

Isto para além de alguns navios e caravelas que, segundo documentos coevos, permaneciam em Lisboa com destino ao Brasil, demonstrativo de que os mareantes e comerciantes de Esposende não temiam a travessia dos mares, nem se acanhavam em transacionar produtos à escala bem diferente daquela que a sua «pequenez» poderia levar a pensar.

Tais factos revelam-nos, para já, que na foz do Cávado não se armavam apenas barcos com destino à cabotagem, mas também às rotas comerciais entre continentes. Evidentemente que barcos desta natureza e com esta finalidade deveriam ser capazes de enfrentar qualquer risco. Mais ainda. Pode-se concluir que os barcos arrolados em 1552 pelo licenciado Nicolau de Almeida não eram a totalidade daqueles que pertenciam às gentes de Esposende, porquanto outros permaneciam em Viana, Porto, Lisboa, Vigo, Bilbau, Sevilha, etc., provando assim que os *setenta para oitenta navios grandes*⁴⁵ mencionados a D. Sebastião e confirmados pelo Provedor de Viana da Foz do Lima faziam parte da frota do porto de Esposende e não sómente os que ali permaneciam à data da petição. Isto indica também que o lugar de Esposende era importante no séc. XVI sob o ponto de vista comercial, apesar de posteriormente ter decaído, por razões que se prendem com a própria erosão natural e desinteresse dos responsáveis. E tanto era assim que sempre foi considerado como tal, especialmente nos sécs. XV e XVI. Para além das razões já apontadas para a queda da sua importância convém também frisar como algumas das razões principais para esse decréscimo a perda da independência, com a morte de D. Sebastião e as invasões francesas⁴⁶. Contudo e apesar disso a média anual de entradas e saídas de navios no porto de Esposende em meados do séc. XIX⁴⁷, ainda era de 92.

*

Dizer que D. Sebastião morreu em Alcácer-Quibir seria um pleonasmo duma verdade que todos conhecemos.

Outros aspectos se poderiam focar relativamente à catástrofe. Desde o abandono de Filipe II, passando pela demora na preparação e viagem, — possibilitando a organização do exército mouro —, a confiança excessiva do rei, à desorganização total no campo de batalha e mais que possível traição duma quinta coluna ligada à cobiça do monarca espanhol.

Porém acho que os antecedentes principais estão apontados.

Desde pequeno que a África o chamava — *que em sendo grande havia de hir conquistar a África*⁴⁸.

Talvez produto da mentalidade da época este rei que nos consedeu a mercê de vila e concelho.

As mentalidades são hábitos de espírito com implicações a nível da conduta. Sendo raiz das atitudes, poderemos dizer que a motivação africana de D. Sebastião, aliada às crenças fundamentais ministradas, foram os motivadores dum sonho acalentado e que se transformou em tragédia nacional, com a perda consequente da própria nacionalidade⁴⁹.

A propósito Júlio Dantas diria: *Tinham feito mais falta à glória de*



Planície entre os rios Mokazim e Rur. Provável zona da Batalha de Alcácer-Quibir.



Margem esquerda do Rio Luco, em direcção a Alcácer-Quibir.

*D. Sebastião as muletas de Camões*⁵⁰, deixadas em Lisboa, do que a espada de D. Afonso Henriques esquecida no camarim da galé real⁵¹.

Este rei, apesar da desgraça em que caiu a sua memória, também foi o *Desejado* para Esposende. Não se sabe se *perigo de ser saqueado* invocado pelos esposendenses de quinhentos teria aguçado o espírito do monarca aventureiro⁵².

Seja como fôr o certo é que D. Sebastião tomou todas as diligências necessárias, solicitando as informações que julgou convenientes, bem como ouvir as partes interessadas, com vista à concessão do foral, como se comprova pelo relato minucioso do documento. Apesar de sabermos que o ambiente de intrigas e de favores era usual nos bastidores das cortes do séc. XVI, tudo nos leva a acreditar na veracidade dos factos confirmados, como atrás fica, apesar de superficial, demonstrado. Ao admitirmos a inveracidade dessas confirmações também o deveremos, talvez com mais razão, fazê-lo relativamente às outras fontes, pois podem sofrer do mesmo erro.

Convém realçar também que D. Sebastião teria, em compensação da mercê concedida a Esposende, solicitado a colaboração das gentes desta terra marinha na expedição africana, em número que se torna, por falta de elementos, difícil, senão mesmo impossível, avaliar, na certeza de que tal se pode comprovar, pela participação do 1.º Capitão-Mor de Esposende, Gaspar de Barros, acompanhando o Duque de Barcelos.

Tal hipótese não é de desperdiçar pois que D. Miguel de Noronha, Francisco de Távora, Vasco da Silveira e D. Diogo Lopes da Silveira, nomeados pelo monarca para arranjar no reino 12 000 homens com vista à Jornada de África, tiveram grandes dificuldades em conseguir os quatro terços de três mil homens cada um, não sendo de desdenhar a ideia de que D. Sebastião, em face das dificuldades, se tenha servido dos favores para arranjar um exército mesclado onde a inexperiência e o estrangeirismo preponderava⁵³.

Mas em Alcácer-Quibir correu sangue esposendense. Um filho do referido Capitão-Mor, Gregório de Barros da Costa que o acompanhou, como aliás deveria ter acontecido a outros nossos conterrâneos de então⁵⁴, morreu durante a batalha, tendo seu pai, Gaspar de Barros regressado vivo.

*

D. Sebastião o desejado (antes e depois de nascer), o encoberto, o messias para libertar o país do jugo dos Filípes, no fundo foi e é um mito. Para nós esposendenses continuará a ser o jovem monarca que nos concedeu o foral de vila, malgrado as oposições e as intrigas movidas contra tal pretensão.

Se, na realidade, o lugar de Esposende de 1572 não fosse importante sob todos os aspectos, principalmente os focados, teriam tido os favores em seu proveito algum significado perante a poderosa Barcelos que conhecia os cantos e os recantos da corte?

Como todos os povos e todas as localidades também esta terra teve e continuará a ter os seus pontos fracos. Mas não é nesses que nos devemos deter. Tendo-os em consideração devemos analisar o real significado dos



Margem direita do Rio Luco, em direcção ao local da batalha.



Aspecto do Rio Luco em Alcácer-Quibir.

factos positivos e orgulharmo-nos deles, não esquecendo os outros com vista ao aperfeiçoamento.

Marc Bloch historiador francês e um dos grandes representantes da *História Nova* dir-nos-ia que a nossa problemática do presente e a sua consequente incompreensão nasce naturalmente da ignorância desse passado.

Esperemos que em Esposende esse passado se mantenha vivo na mente dos Esposendenses de hoje, com vista a um futuro melhor e mais promissor dessa luta histórica que remonta a 1572 — há quatrocentos e dez anos — e que continuará nas mãos dos vindouros.

NOTAS

* Este trabalho foi apresentado na Sessão Comemorativa dos 410 Anos de elevação a vila e concelho de Esposende, realizada no dia 20/8/82 no Estúdio Cinezende, tendo o autor percorrido os diversos locais da Jornada de África feita pelo rei D. Sebastião, segundo a *Crónica de Dom Henrique*.

¹ Aliás foi minha intenção ao propôr as comemorações dos 410 Anos que, para além do recordar da Carta Régia e mercê respectiva de D. Sebastião a Esposende em 19 de Agosto de 1572, algo mais se dissesse sobre aquele príncipe e jovem rei que louca, mas heroicamente sucumbiu nos campos de Alcácer-Quibir.

Vila e Concelho de Esposende no IV Centenário (1572-1972) — Edição da Municipal.

² *Idem* — o. c. pp. 109-118 — artigo CRUZ, António.

³ CAMPOS, João Mota de — *El-Rei D. Sebastião e Concessão de Foral a Esposende*, p. 10.

⁴ *Idem* — o. c. pp. 10-23.

⁵ *Idem* — o. c. p. 22.

⁶ *Carta de Foral*.

⁷ *Dicionário História de Portugal*, vol. III — artigo SERRÃO, Joel, palavra Sebastianismo, pp. 810-817.

⁸ *Idem* — o. c. p. 810.

⁹ MARTINS, Oliveira — *História de Portugal*, vol. II, Publicações Europa-América, pp. 57-58; ALAIN-BOURDON, Albert — *Histoire du Portugal*, Presses Universitaires France — tradução em português, edição Livraria Almedina, 1973, p. 79.

¹⁰ *Idem* — Para além de tema literário o Sebastianismo agregou à sua volta as vozes daqueles que sempre pensaram na liberdade da Pátria do jugo dos Filipes, restaurada em 1 de Dezembro de 1640. Entretanto, como em todas as situações do género, nos finais do séc. XVI, a partir da morte de D. Sebastião, explora-se o estado psicológico do povo português com o aparecimento de profecias e homens messiânicos, quer impostores ou charlatões, quer encarnando a verdadeira alma nacional de então (ex: o rei de Penamacor — um oleiro e o rei de Ericeira — um pedreiro).

¹¹ *Crónica de D. Henrique* — *Jornada del-Rei Dom Sebastião à África*, edic. INCM — 1978, parte fac-similada da edição de 1970 da Universidade de Lourenço Marques, pp. 15-135.

¹² *Dicionário História de Portugal*, vol. III — artigo FERREIRA, Maria Emília, palavra Sebastião, p. 817.

¹³ VELOSO, Queirós — *D. Sebastião*, Lisboa 1945, pp. 16-18. Segundo nota do autor todos os prodígios que, no dizer de vários historiadores, antecederam o nascimento de D. Sebastião, foram inventados depois da catástrofe de Alcácer-Quibir. A necessidade e o desejo dum herdeiro levou o Paço a pedir preces a todos os conventos e mosteiros.

¹⁴ *Idem* — o. c. pp. 17-25.

¹⁵ ALAIN-BOURDON, Albert — o. c. p. 78.

- ¹⁶ VELOSO, Queirós — *o. c.* p. 84 .
- ¹⁷ ALAIN-BOURDON, Albert — *o. c.* p. 78.
- ¹⁸ Crónica de D. Henrique — *o. c.* Prefácio de LOUREIRO, Francisco Sales Mascarenhas, pp. XXIII-XXXII.
- ¹⁹ Ver nota anterior.
- ²⁰ SERGIO, António — *Breve Interpretação da História de Portugal*, Clássicos Sá da Costa, 10.ª edç. 1981, pp. 31-35.
- ²¹ VELOSO, Queirós — *o. c.* p. 54.
- ²² *Idem.*
- ²³ Ver nota n.º 17.
- ²⁴ SERGIO, António — *o. c.* p. 97.
- ²⁵ CAMPOS, João Mota de — *o. c.* p. 13.
- ²⁶ Ver notas 14 e 18.
- ²⁷ Ver notas 14 e 18.
- ²⁸ VELOSO, Queirós — *o. c.* pp. 189-202.
- ²⁹ *Idem.*
- ³⁰ *Idem* — *o. c.* p. 307.
- ³¹ *Idem* — *o. c.* p. 201.
- ³² *Idem* — *o. c.* p. 186. Refere-se o autor na nota (59) que as frequentes viagens a Lisboa dum cativo do Xerife e as conversas reservadas entre aquele e o monarca levaram a vários mexericos na corte e à hipótese levantada.
- ³³ CRUZ, Fr. Bernardo da — *Crónica d'El-Rei D. Sebastião*, cap. XLII; SANTOS, Fr. Manuel dos — *História Sebástica*, transcrito por VELOSO, Queirós — *o. c.* p. 252 em nota (33).
- ³⁴ VELOSO, Queirós — *o. c.* p. 251.
- ³⁵ *Idem* — *o. c.* pp. 251-253.
- ³⁶ SOARES, A. Franquelim S. Neiva — *Actas do I Encontro sobre História Dominicana — separata A Primeira Visitação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires e as Origens de Esposende* pp. 233-240.
- ³⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 10 p. 317; *Vila e Concelho de Esposende* no IV Centenário 1572-1972, p. 27; MACHADO, Manuel Ayres Falcão — *Esposende. Monografia do Concelho*, Esposende, 1951, p. 13; DUARTE, Armindo da Rocha — *A História de Esposende (Algumas notas, como Homenagem ao 4.º Centenário do seu Foral)*, 1972, p. 26; FONSECA, Teotónio da — *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936, p. 263; COSTA, Américo — *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular...*, VI, p. 345; SOUSA, P. Manuel Baptista de — *História Religiosa da Paróquia de Santa Maria dos Anjos. Vila de Esposende*, vol. I, fasc. I, *Capela de S. João Baptista*, Povoia de Varzim, 1977, pp. 14-15 — transcrições feitas por SOARES, A. Franquelim S. Neiva — *o. c.* p. 233, notas (52), (53), (54), (55), (56), (57) e (58).
- ³⁸ ADB, *Gavetas das Concórdias e Visitas*, n.º 107 — § 1.º correspondente a Esposende no apêndice, documento n.º 5 — transcrito por SOARES, A. Franquelim S. Neiva — *o. c.* p. 239.
- ³⁹ *Carta Régia que elevou Esposende a Vila dada pelo monarca D. Sebastião.*
- ⁴⁰ *Idem.*
- ⁴¹ DIAS, Francisco — *Memórias*, transcrito por CRUZ, António, *o. c.* p. 113.
- ⁴² Esta questão foi levantada por PENTEADO NEIVA, M. A. no artigo *A Propósito do Foral dado a Esposende em 19 de Agosto de 1572* in *Jornal de Esposende*, n.º 61, de 13 de Agosto de 1982.
- ⁴³ FONSECA, Quirino da — *A Caravela Portuguesa*, cap. XV, transcrito por AMÂNDIO, Bernardino in *Engenheiro José Gomes de Villas Boas e o Porto de Mar de Esposende em 1800*, Esposende 1958, pp. 106-109.
- ⁴⁴ Ver nota 2.
- ⁴⁵ *Idem.*
- ⁴⁶ LOUREIRO, Adolpho — *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa 1904, pp. 154-155.
- ⁴⁷ Ver nota anterior. De salientar que os dados apresentados relativamente ao número de barcos existentes no porto de Esposende não coincidem com os que PENTEADO NEIVA, M. A. menciona in *Jornal de Esposende*, razão pela qual nos dispusemos a apresentar, com os meios e fontes de que dispomos, outras razões e motivos

para não concordar com o artigo focado em nota (42). Às hipóteses levantadas pelo articulista *dum pequeno engano* por parte de D. Sebastião ou de que o *jovem monarca teria vindo a Esposende em dia de nevoeiro*, parecendo fora de questão, podemos afirmar como resposta que acreditamos na descrição feita na Carta Régia que elevou Esposende a Vila. Se admitimos que o Procurador da Comarca e Procuradoria de Viana da Foz do Lima não foi verdadeiro também podemos facilmente admitir, e pelas mesmas razões, que os cosmógrafos reais tivessem mentido e outros documentos focados tivessem omitido, porque não propositadamente, a verdade sobre Esposende, já que as citações feitas neste trabalho levam a concluir de maneira diferente à do artigo publicado in *Jornal de Esposende*.

⁴⁸ *Crónica de D. Henrique — o. c. p. XXVII.*

⁴⁹ Apontamentos ano escolar 1981/82 — Faculdade de Letras da UP, cadeira Teoria da História e do Conhecimento Histórico.

⁵⁰ MARTINS, Oliveira — *o. c. pp. 47-49.* O autor diz que tanto Camões como D. Sebastião olhavam apenas para a história. Um como o outro apenas viam a solução para a crise em que se encontrava o reino, com o prosseguimento, ou, melhor, com o ressurgimento da política africana. Várias são as incitações do poeta à acção do próprio rei. Ambos se compreendiam. Era uma nova renascença do ideal das cruzadas que fervia nos dois espíritos.

⁵¹ DANTAS, Júlio — *Marcha Triunfal*, Lello & Irmão, Porto 1954, p. 162.

⁵² *Ver nota 39.*

⁵³ MINHO, João do — artigo *O último Capitão-Mor das Ordenanças de Esposende e outros conterrâneos do seu tempo in Vila e Concelho de Esposende no IV Centenário (1572-1972)*, p. 84. *Crónica de Dom Henrique — o. c. pp. LIV-LV e pp. 59-63*, do prefácio.

⁵⁴ Dados que nos permitam dizer quantos foram esses conterrâneos a viajar para a Jornada de África e quais foram os que regressaram depois de Alcácer-Quibir, não existem pois que documentos da época os rareiam contendo esses dados ou, simplesmente, não existem.

BIBLIOGRAFIA

- ALAIN-BOURDON, Albert — *Histoire du Portugal*, Presses Universitaire France (tradução em português, edição Livraria Almedina, 1973).
- AMÂNDIO, Bernardino — *Engenheiro José Gomes de Villas Boas e o Porto de Mar de Esposende em 1800*, edição do autor, Esposende, 1950.
- CAMPOS, João Mota P. de — *El-Rei D. Sebastião e Concessão de Foral a Esposende*, discurso proferido na cerimónia de encerramento das comemorações do IV Centenário da concessão de Foral a Esposende — 1972.
- CRÓNICA DE DOM HENRIQUE — *Jornada del-Rei Dom Sebastião à África*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1978.
- DANTAS, Júlio de — *Marcha Triunfal*, Lello & Irmão, Porto, 1954.
- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL — dirigido por Joel Serrão, Inicativas Editorias (Figueirinhas), 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Ensaio II*, Lisboa, 1968.
- HISTÓRIA DE PORTUGAL — direcção de Damião Peres, edição de Barcelos, 3.^a época (1557-1640), Barcelos, 1933.
- LOUREIRO, Adolpho — *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Imprensa Nacional, 1904.
- MARTINS, Oliveira — *História de Portugal*, Publicações Europa-América, vol. II.
- SÉRGIO, António — *Breve Interpretação da História de Portugal*, edição Clássicos Sá da Costa, 10.^a edição, 1981.
- SOARES, Franquelim S. Neiva Soares — *A Primeira Visitação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires e as Origens de Esposende*, Actas do I Encontro sobre História Dominicana, 1979.
- VELOSO, Queirós — *D. Sebastião*, Lisboa, 1945.
- VILA E CONCELHO DE ESPOSENDE NO IV CENTENÁRIO (1572-1972) — edição da Câmara Municipal de Esposende, 1972.

A CULTURA DO LINHO EM VILA CHÃ

Manuel Albino Penteado Neiva

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CULTURA DO LINHO

O linho é uma planta erbácea da família das Lináceas — *Linum Usitatissimum* —, anual, geralmente unicaule, de flores azuis ou brancas, sementes em geral de cor castanho brilhante e metidas em cápsulas que se abrem por fendas. O caule erecto atinge alturas muito variáveis que oscilam entre 0,50 m e 1 m e, por vezes mais. As fibras do linho encontram-se entre a casca e a parte lenhosa, dispostas em toda a volta do caule no sentido do comprimento, sendo mais adelgaçadas na extremidade¹.

A maior parte dos estudiosos da matéria consideram que o linho é originário da Ásia ou do Cáucaso e a sua cultura é já conhecida desde a Antiguidade.

Ferdinand Keller no seu *Lake Dwellings of Switzerland* diz que o uso do linho remonta à idade da pedra. Um outro investigador, De Candolle — *Origin of cultivated plants*, diz que o linho é a mais antiga das plantas têxteis².

O *linum usitatissimum* segundo alguns autores terá sido introduzido na Europa pelos Arianos e Fenícios³. Também na época romana o linho já tinha cotação e, os linhos da Lusitânia gozavam de grande fama. Plínio fala-nos da sua cultura, na maceração, na córa e ao maçadouro de pedra onde o linho era batido com maços de madeira. Descreve-nos também a passagem do linho por dentes de ferro ou seja a ripagem. Dizia-nos que o que estava mais perto da casca chamava-se *stupa* e só servia para torcidas de lâmpadas⁴.

No início do século XX e até aos anos 40, podemos considerar como grandes produtores de linho a URSS, a Grã-Bretanha especialmente na região da Irlanda do Norte, Holanda, Bélgica, França, Itália, Espanha, Índia, Egipto, Canadá e República da Argentina.

VILA CHÃ: ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA

VILA CHÃ, é uma aldeia do concelho de Esposende que, no 1.º e 2.º quartel do séc. XX vivia exclusivamente da cultura do linho. A sua população era pobre e os poucos recursos que possuíam destinavam-se à compra de bens mais necessários à sua sobrevivência. Com a introdução de novas culturas e principalmente devido ao surto emigratório que se deu nesta aldeia, o nível de vida melhorou consideravelmente. Novas técnicas de fertilização e instrumentos mais eficazes fazem com que hoje em dia a exploração agro-pecuária em Vila-Chã principalmente a produção leiteira tenha um dos índices mais elevados do concelho.

Não iremos fazer uma abordagem geral da agricultura em Vila-Chã mas, incidir numa cultura hoje extinta nesta aldeia bem como em todo o concelho que é a cultura do linho.

Será focado todo o seu trabalho desde a preparação da terra que o irá receber até à obtenção do produto acabado pronto a ser confeccionado. Não será esquecido o relato de uma festa que, à mistura de suores e canseiras, tornava festivo todo o seu labor.

MEMÓRIAS DE UM TRABALHO E DE UMA DECADÊNCIA

Porque terá deixado o linho de pertencer ao ciclo de sementeiras desta aldeia?

Como atrás foi dito, a necessidade de outros produtos alimentícios de que careciam os vilachanêses levou-os a introduzir nos seus campos novas colheitas e, que desde logo se mostraram bastante rentáveis. O aspecto económico não era o único pois que o trabalho era menor, mas existia um outro factor de extrema importância. O linho é uma planta muito esgotante e exigia bons terrenos ou sejam, terras de aluvião, de terrenos profundos, móveis e permeáveis ricos em húmus⁵. Após uma sementeira de linho num determinado terreno, este mesmo, só devia levar novamente linho dali a cinco ou seis anos⁶. A sua decadência era inevitável. Enquanto alguns anos antes o linho era o único tecido que mais popularizado estava para a confecção de vestuário, o mercado começou a ser inundado por outras fibras têxteis como o algodão que, a nível de preços, competia com o linho.

Existem várias qualidades de linho e, de entre elas, salientamos o linho galego, linho mourisco, riga nacional, porquinho, padre-nosso, santo, etc., sendo estes três últimos de qualidade inferior.

A espécie mais utilizada nesta região norte era o linho galego. Esta variedade podia competir com as outras pela sua brancura e finura da fibra pois que, o linho mourisco abaganha muito sendo-lhe por isso destinado terrenos pouco regadios e menos necessários⁷.

Realizavam-se duas sementeiras, a primeira que era denominada «linhos de Inverno» cuja sementeira era por volta de Outubro e, a segunda denominada «linhos de Primavera» semeando-se em Abril. O linho galego era um linho de Primavera⁸.

Em Abril começavam os preparativos da terra que iria receber o linho. Era corrente dizer-se: — «Vale mais a estopa de Abril do que o linho de Maio».

Depois de lavrada a terra onde o grito do boieiro ecoava por todo o lado, ancinhos e engaços passavam-na a pente fino, enquanto mãos hábeis lançavam à terra a semente. Devia ser lançada o mais junto possível. Por fim a terra era novamente coberta com a ajuda de ancinhos procurando tornar a terra fofa. A terra acamada não era boa para produzir bom linho. Era prejudicial à fibra.



Aspecto de um linhar em Vila-Chã

Após, a sementeira, novo trabalho começa. As regas são cuidadas e, os regos feitos com precisão. No meio do campo jazia um sinal apotropaico — um ramo de trovisco para afugentar as feiticeiras.

O ciclo vegetativo do linho galego completa-se ao fim de quatro meses⁹.

Durante o mês de Maio, o linho começava a despontar. Os campos ficavam cobertos de um tapete verdejante. Começavam as sachas, as regas e as mondas. Estas deviam ser repetidas ao fim de algum tempo. As mondas eram difíceis devido a esta planta ser muito quebradiça. Deviam ser feitas na direcção contrária ao vento para que este endireitasse os caules quebrados. Quanto às regas diz o rifão popular que: — «o linho deve levar nove águas». O arranque do linho era feito por volta de Julho. Os campos que até aqui eram jardins verdejantes transformaram-se em prados amarelados.

Começava em Vila-Chã a partir deste momento a verdadeira «Festa do linho».

Grupos de rapazes e raparigas dirigiam-se de manhãzinha, para os campos, entoando lindas cantigas. Os seus trajas denotavam alegria. Chapéus

de abas largas e ornamentados com lindos ramos de flores, oferecidas pelas namoradas, eram motivo de grandes rivalidades. Cantares à desgarrada onde a veia poética de natos cantores era salientada, ajudavam a tornar mais leve a arrancada dessa planta. Após a «arriga» (termo popular usado para designar arrancada) o linho era enfeixado e transportado para as eiras onde era colocado ao sol.

Nas eiras uma nova operação tinha lugar: a ripagem ou ripanço. Os feixes eram desatados e os caules passavam por entre os dentes do ripo¹⁰ deixando dessa maneira cair a semente do linho ou seja a baga. A baga é uma pequena cápsula que com o sol abre deixando cair ao chão a verdadeira



O trabalho da arriga ...



Ao som da música



— «Azáfama na preparação da eira que irá receber o linho»

semente¹¹. Sendo esta retirada, os caules eram atados novamente e passavam a nova operação, o alagamento.

Os «ogadouros» (termo popular para designar feixe) eram levados para os riachos ou para represas. A escolha destas águas para o efeito era cuidada pois que consumida quer por pessoas quer por animais tornava-se bastante perigosa. Normalmente, e para melhor fermentação, eram escolhidas águas de nível constante, corrente vagarosa, límpidas, frias e pouco calcárias¹².

Depois de uma semana de curtimenta, o linho era transportado novamente para as eiras e espalhado ao sol aguardando o dia da malhada. Para boa secagem era necessário «secar em nove manhãs».

A malhagem ou maçagem era feita com a ajuda dos manguais¹³ tornando-se um trabalho árduo, difícil e cuidadoso pois era aqui que se fazia a separação da fibra de outras substâncias. Esta separação só era conseguida na totalidade quando o linho era transportado para o engenho. Este consistia numa roda de madeira canelada tocada a água, onde assentavam uma secção de cilindros também canelados que tinham por função maçar o linho¹⁴. Depois de feita esta operação, o linho era guardado na casa do engenho até ao Inverno.

Chegados ao Inverno, começava o «martírio» do linho. Refiro-me neste caso às tão famosas e acolhedoras fiadas e espadeladas.

Viviam-se os grandes serões das noites de Inverno aquecidos pelas fogueiras no telho e pelo vinho quente das «rabetas» (reservatório em barro onde se fazia a cevada) serões esses, tão fielmente retratados por Camilo em alguns dos seus romances.

Magotes de pessoas corriam de casa em casa levando consigo lindos instrumentos artesanais de entre eles a espadela, o espadeladoiro e a tripeça (pequeno banco de três pernas por vezes bastante tosco) que eram o orgulho das moças namoradeiras.

A espadelagem tinha por fim limar a fibra das arestas que muitas vezes o engenho não conseguia¹⁵. Nesta operação o linho passava por três mãos; *debaixadeiras de 1.ª mão* onde se fazia a primeira separação do linho e dos tomentos, *debaixadeiras de 2.ª mão* onde separavam novamente o linho para um lado e a «estopa traça» para outro e, por último, as *dobradeiras* que verificam se o linho ainda tinha arestas e dobrando-o davam-lhe um nó nas pontas

Todo este trabalho era realizado ao som ritmado dos batimentos das espadelas nos espadeladoiros. O sereno da noite era interrompido por coros harmoniosos que respondiam com refrão a uma quadra cantada pelo trovador enquanto a fogueira era constantemente ateadada com as arestas retiradas ao linho. Mas, o trabalho seroeiro não findava por aí.

Depois de espadelado, o linho era assedado. Na assedagem era utilizado o «pente da estopa» ou restelo e o sedeiro. O sedeiro era constituído por um sepo de madeira onde estavam implantadas várias ordens de dentes, sendo um grupo mais grosso e afastado, e outro grupo mais delgado e junto¹⁶.

Feitas estas operações eis que temos a fibra pronta a ser fiada.

As fiadas caracterizavam-se por nelas se incorporarem pessoas mais idosas pois este trabalho não exigia esforço mas sim paciência. Os locais geralmente frequentados eram os «solheiros» ou então o telho da cozinha. Lindas rocas, à maneira da época medieval¹⁷, presas à faixa e com decorações incisivas carregavam grossas camadas de linho que ia passando para a «maçaroca» durante a dança giratória do fuso. Quando este trabalho era realizado por raparigas durante as tardes de Domingo e sob o olhar dos seus apaixonados, estas rivalizavam-se tentando fazer a «maçaroca» maior.

As «maçarocas» eram guardadas até ao dia em que sendo utilizado o sarilhos eram passadas para meadas. Prontas estas procedia-se ao banho com água e cinza¹⁸ e depois colocadas no forno. Deixando passar alguns dias eram novamente retiradas e levadas para os regos a fim de corar.

Após algum tempo de cora, eram finalmente passadas para novelos com a ajuda da dobadoira estando o linho pronto a ser tecido e confeccionado sendo utilizado para isso o tear de pedal.

ANÁLISE DE ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES À PRODUTIVIDADE DO LINHO EM VILA-CHÃ

Para que se possa ter uma ideia mais detalhada da produtividade do linho em Vila-Chã, pareceu-nos importante apresentar alguns dados esta-

tísticos referentes ao ano de 1949 e, ao mesmo tempo, relacionar esta cultura em Vila-Chã com as restantes freguesias do concelho.

No ano em epígrafe nesta aldeia foi semeada uma única variedade de semente ou seja o tipo Branco de Holanda¹⁹.

QUADRO I

N.º de lavradores que em 1949 semearam linho em Vila-Chã	N.º de lavradores que em 1949 semearam linho nas restantes freg. do concelho
19	10
Área em m ² semeada em Vila-Chã	Área em m ² semeada nas restantes freguesias do concelho
75 300 m ²	37 500 m ²
Variedade de sementes semeadas: Vila-Chã — Branco de Holanda Palmeira — Branco de Holanda Marinhas — Azul Belga Esposende — Azul Belga Gandra — Azul Belga Apúlia — Azul Belga	
— Na classificação das palhas Vila-Chã obteve o grau de 1.ª classe.	

Estes dados como já foi referido dizem respeito ao ano de 1949, ano excepcionalmente mau com uma aridez que principiou por volta de Janeiro e terminou em Setembro tendo sido o ano anterior (1948) escasso em chuvas o que contribuía para que as reservas de humidade não fossem abundantes.

A modos de conclusão e analisando o QUADRO I, podemos ver a importância que tinha o linho para Vila-Chã. A área cultivada com o linho nesta freguesia era o dobro da área cultivada em todo o concelho assim como o número de lavradores que a esta cultura se dedicavam. Todo o terreno arável em Vila-Chã era convertido em linhar o que não permitia outro tipo de cultura talvez mais necessário como sejam os produtos alimentícios.

ALGUNS ELEMENTOS PARA O ESTUDO DO CANCIONEIRO VILACHANÊS

Como complemento e porque o trabalho do linho também era festa e alegria, não foi difícil recolher algumas quadras alusivas a esta cultura e que muito influenciou o cancionero minhoto. Também em Vila-Chã uma dança se caracterizou com esta cultura e que tomou o nome de — Vira da Espedelada

A espedelada era, como já tivemos a oportunidade de ver, um trabalho seroeiro. Decorria em franca alegria e terminava, geralmente, com o dito

vira ao som de uma gasta consertina. Moçoilos enamorados viviam idílios nessas noites tão sadiamente vividas.

O mote das «redondilhas» era o trabalho do linho.

REFRÃO

Rapazes vamos ao vira
Terminou a espadelada
A velhota foi-se embora
Com a espadela quebrada

Com a espadela quebrada
Deu com ela na parede
Quando eu dançava o vira
Meu amor a cana verde

ESTROFE

Triste do linho galego
Como é martirizado
Picadinho num sedeiro
Trinta mil vezes maçado

REFRÃO (...)

ESTROFE

Triste do linho galego
Como é martirizado
Picadinho num sedeiro
Trinta mil vezes beijado

REFRÃO (...)

ESTROFE

Eu hei-de ir, hei-de vir
Muitas voltas hei-de dar
Eu hei-d'te fazer mover
Como o navio no mar

REFRÃO (...)

ESTROFE

Minha mãe ralhou comigo
Por eu ser tão divertida
Agora é qu'hei-de ser
Alegre na minha vida

REFRÃO (...)

ESTROFE

Tenho uma camisa nova
Feita de pano de linho
Nem tem mangas nem tem costas
Está rota no colarinho

REFRÃO (...)

ESTROFE

Eu hei-de fiar o linho
E hei-de dobrá-lo em cruz
Para fazer um vestido
Para o Menino Jesus

REFRÃO (...)

ESTROFE

Nossa Senhora tem linho
Quem tem linho tem linhaça
Os anjos do céu me levem
Para sua divina graça

REFRÃO (...)

CARACTERÍSTICAS DOS INSTRUMENTOS TRADICIONAIS DO LINHO USADOS EM VILA-CHÃ

RIPO — Aparecem-nos duas espécies de ripo. O de tipo barrote onde na grossa prancha de madeira, geralmente de castanho, é implantada uma

barra de ferro com dentes e, do tipo prancha onde a ordem de dentes faz parte integrante da prancha sendo, portanto, de madeira.

MANGUAL — Em Vila-Chã o maço tradicional isto é, o bloco de madeira cilíndrico munido de um cabo curto, é substituído pelo mangual composto por um grande cabo e por um maço também de madeira, conectados por uma correia de couro.

ENGENHO — Roda de madeira canelada tocada a água ou por vezes, de tracção animal, onde assentavam uma secção de cilindros também canelados que tinham por função «mastigar» o linho.

ESPADELA — Nesta aldeia e ao contrário do que normalmente se afirma, a espadela mais usual é a do tipo usada no sul do país ou seja semelhante a um facão alongado de punho descoberto. São raras as espadelas do tipo triangular e de punho incorporado. Possuem decorações. O material empregue era a madeira de cerejeira ou castanho. (Fig. 1, 2)

ESPADELADOIRO — Utilizava-se o espadeladoiro em forma de T invertido. Possuíam por vezes formas curiosas em cálice, custódia, etc. Esta peça é, em geral, ricamente decorada nas duas faces. Os motivos mais usados andavam ligados à temática — Amor — com corações ligados, nomes, flores, chaves e à crença supersticiosa com cruces, signo-saimões, estrelas, etc. (Fig. 1, 1).

Esta peça era por vezes sinal de pedido de namoro quando ofertada por um rapaz.

SEDEIRO — Cepo de madeira de forma paralelepípedica, revestido com uma chapa onde eram implantadas várias ordens de dentes a distâncias diferentes. Este utensílio aparece por vezes com decorações na chapa representando símbolos serpentiformes. (Fig. 1, 3).

PENTE OU RESTELO — Possui a forma de pente com uma parte semi-circular recoberta a couro onde são implantados os dentes de aço ponteados. (Fig. 1, 4)

ROCAS — Aparecem vários tipos de rocas. A mais usual é a roca de cabacinhas em que a substituir as aduelas de um só lance e a rodela de cortiça, aparecem aduelas estranguladas formando várias «barrigas» ou bojos. A parte superior da roca é decorada bem como a parte inferior. Os motivos normalmente utilizados são do tipo geométrico ou sejam quadrados, triângulos, retângulos, figuras circulares que, maior parte das vezes se conjugam. O seu comprimento oscila entre os 80 cm e 1 m.

O material usado é o freixo, sabugueiro, sanguinho e cana. (Fig. 1, 7)

FUSO — O fuso utilizado nesta aldeia é do tipo vulgarmente conhecido por fuso de Penafiel. É feito de madeira com a parte superior em latão e possuindo sulco helicoidal. Não possui cossoiro. Aparecem alguns casos com pinturas.

RODA DE FIAR — São raros os exemplos aqui aparecidos mas, os que aparecem são do tipo tradicional ou seja um fuso de madeira cravado numa pequena roda disposta horizontalmente sendo accionada por uma outra de maior dimensão. Para fazer accionar a roda grande é utilizada uma manivela que naquela se implanta. Todo este conjunto está assente numa prancha de madeira com quatro pés. (Fig. 1, 8).

SARILHO — Eram utilizados dois tipos de sarilhos. O de rotação

vertical, em madeira, constituído por quatro braços em cruz e tocado com manivela e, o outro tipo é o que normalmente se usa no sul do país e nas ilhas adjacentes que é formado por uma haste em cana com 70 ou 80 cm possuindo dois braços atravessados em cada extremidade mas em posição descontrolada. (Fig. 1, 9).

DOBADOIRA — Aparece um único tipo ou sejam quatro braços em cruz, dispostos horizontalmente onde são implantados quatro paus que servirão para estendal da meada. A base é constituída por um tabuleiro onde são deitados os novelos já prontos. (Fig. 1, 5)

TEAR — É o tear do tipo vulgar isto é, o tear de pedal. Possui uma estrutura quadrangular onde são colocadas as diversas peças que compõem o tear como liços, pentes, banco, órgão da urdidura, etc.

NOTAS

- 1 TORRES, Matos — Cultura do Linho, Cartilhas do Lavrador, N.º 49/50, ed. Enc. da Vida Rural, Porto, 1933, p. 13.
- 2 AURORA, Conde d' — *A vida do linho*, Porto, 1935, p. 3.
- 3 AURORA, Conde d' — Op. cit., p. 4.
- 4 *The Encyclopedia Britannica*, 11th ed., New York.
- 5 DAMSEAUX — *Plantes de grandes cultures*, Bruxelas, 1844.
- 6 TORRES, Matos — Op. cit., p. 13.
- 7 TORRES, Matos — Op. cit., pp. 9-10.
- 8 TORRES, Matos — Op. cit., p. 11.
- 9 TORRES, Matos — Op. cit., p. 17.
- 10 RIPO — Instrumento que servia para separar a baganha do linho. Ver *Dir. Enc. Larousse, Pala-Ripanço*.
- 11 TORRES, Matos — Op. cit., p. 30.
- 12 H. Hitier et R. de S. Maurice, *Plantes Industrielles*, Paris, 1913.
- 13 MANGUAL — Objecto constituído por duas peças: cabo e maço, ligados por uma corda.
- 14 TORRES, Matos — Op. cit., p. 45.
- 15 TORRES, Matos — Op. cit. p. 48.
- 16 TORRES, Matos — Op. cit., p. 50.
- 17 Estela funerária existente no Museu de Santarém, proveniente da freguesia de Olaias.
- 18 A cinza melhor para branquear seria a dos cepos queimados na noite de Natal. Ficavam meadas da cor da prata.
- 19 Cultura do Linho — Empresa Fabril do Norte, L.^{da}, Senhora da Hora, 1949.



1



3



5



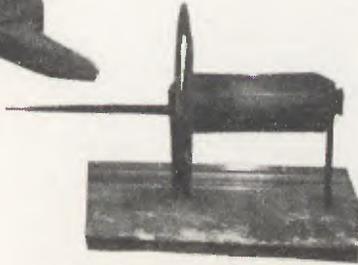
7



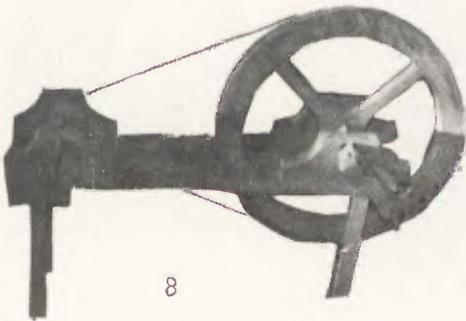
2



4



6



8



9



Casa dos cucos — Palmeira de Faro

CRÓNICA DE NATAL

Marcelino Dias Pereira

Natal!

Dezembro! Último mês do ano! Inverno! Na floresta, tropelando os vários troncos de arbustos, o vento uiva e soluça fortemente. Como uma patena de ouro ou ferro em brasa, o sol rola no côncavo céu espesso da cor da cinza. A noite desce mansamente. A nuvem cai dissipada. Há gnomos risonhos, felpudos, a espreitarem por entre os troncos azulados e despídos de folhagem das árvores mitológicas. No íntimo da serenidade cantam pastores. As faúlhas de ouro cilíndram e tremem no espaço. Um sino plangente chama o despertar. A própria montanha parece ajoelhar como numa prestação de culto. É noite de Natal.

Dois mil anos se estão a passar em que um grande filósofo veio ao Mundo para o redimir.

Na circunstância dos factos, os mitos sucedem-se. As religiões vão passando. Os deuses, esses caem. Uma só festa religiosa ficará para além do dogma católico, como uma flor eternamente vivificada: o Natal.

E porquê? Será por ser a festa de um Deus? Não, é evidente. Porque é a festa duma crença. É a ternura das mães que não deixaram de morrer. É ainda e também o culto supersticioso da infância que a tornará também perdurável.

Porque nela sorri uma criança, o presépio será sempre eterno. Porque Três Reis Magos ajoelharam diante de um berço, a Epifania será imortal.

Para o sentimento humano, o Natal há-de ser sempre uma festa de amor — porque é a festa dos nossos filhos.

O Natal não glorifica um Deus; sorri para um Menino. Não exalta também o Poder e a Força; eterniza-se diante da Fraquesa e da Inocência. Foi, através do mistério da Natividade de Jesus que a Arte cristã atingiu a Crença.

Os *Jesu Hambini*, de Van Eyk a Rafael, de Memling a Tiepolo, loiros, roliços, risonhos, nus, rebolando e brincando, mamando a seiva e rindo, também surgiram em palhas de estábulo hebreu, em regaços da Virgem tranquila e bondosa, em coxins vermelho-vinho de paço gótico; imagens infantis

da Graça imortal e da Beleza eterna, abrindo e estendendo as mãos sapudas e pequeninas, como duas flores, num gesto instintivo de verdadeira paz, para o imenso mar da maldade humana ...

Os presépios começam a florir, ingénuos e pastoris, sob as mãos carinhosas dos inventos dos imaginários; a evocação da maternidade encheu os políticos de todos os mosteiros, as rosáceas de todas as catedrais, as iluminuras de todos os *Livros d'Horas*; e, o Natal, glorificação católica da infância, resplandeceu através dos séculos, e resplandecerá, indefinidamente, de geração em geração, entre a ternura imortal de todos os artistas, o sorriso generoso de todos os sábios, as lágrimas bem sagradas de todas as mães ...

Natal!

O vento soluça lá fora, na floresta inerte. Cai neve branca no chão. Gnomos sorridentes espreitam através dos troncos das nuas árvores da natureza adormecida. Um sino, plangente, à distância e no campanário duma torre chama por alguém.

Dir-se-iam que as montanhas se curvam e ajoelham numa reverência respeitadora pelo milagre divino. Parece que toda a natureza estremece.

Há dois mil anos, aproximadamente, um grande filósofo nasceu: JESUS CRISTO!

O Natal continuará a perdurar pelos tempos fora, porque é sempre a festa duma crença, o dogma também do culto das mães e ainda o culto da infância que o tornará como uma festa perdurável, imortal; pois é a festa dum Menino, de um filósofo que a própria humanidade não quis compreender.

Natal!

Palavra de Paz, de Amor e de Fraternidade entre os Homens e as Nações. O Natal é realmente um poema cheio de misticismo e revelador dos mais humanos conceitos do homem. O Natal é e será sempre

NATAL!

É Natal! O Milagre apareceu.
Abrem-se as portas dos céus.
Pressagia uma estrela o Menino nasceu
E já à Terra chegou Deus.

Natal! Céus e terra têm mais alegria
E os arcanjos entoam hinos de prece.
Festivos os sinos tocam Avé-Maria,
Enquanto toda a natureza estremece.

É Natal! Nasceu o Deus Menino,
— O Redentor, no milagre divino —
Brilha no céu uma nova estrela.

Haverá mais Paz, mais amor, Felicidade,
Se os homens se amarem com mais Verdade,
Como nesta Festa Santa, suave e bela.

Palmeira, Dezembro de 1982.

O ARQUIVO E AS ORIGENS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FÃO

Alberto Antunes de Abreu

É até ao momento incerta a data da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Fão. Costa GOODOLPHIM¹ refere a Misericórdia de Esposende como anterior a 1597, mas não a de Fão. Silva CORREIA, que seguiu GOODOLPHIM, também não referindo a Misericórdia de Fão, refere a de Esposende, mas mais prudentemente a situando entre «outras datas» posteriores ao século XVI e anteriores a 1897². É evidente, porém, tratar-se de duas instituições. A de Esposende obrigava-se em 1589 à fábrica da ermida de Santa Isabel, conforme documento existente no Arquivo Distrital de Braga que em breve tenciono dar a público. Da de Fão é tradição ter sido a sua igreja iniciada em 1600³. No tomo de 1849 (livro n.º 5.1.2, em 1.1. deste ensaio), se afirma (fl. 120) ter sido seu «fundador» e primeiro legatário Francisco Pires Casanova falecido em 1629 (fls. 11 e 120⁴). E entre os documentos em anexo figura um de 1600.

Pelos vistos, em Fão existe há quase trezentos anos uma Misericórdia que tem passado despercebida aos historiadores (e não só). Trazer à luz os elementos *side quibus non* para a sua história é o primeiro objectivo deste ensaio. Mas, do que acima foi dito assim como das afirmações dos que, há 133 anos, pela primeira vez lhe quiseram escrever a história⁵, se deprende ser para nós «escuro» o começo da Santa Casa da Misericórdia de Fão. Por isso, numa segunda parte deste ensaio, se tentará, com base nos documentos publicados em anexo, fazer alguma luz sobre as origens desta benemérita instituição.

1. No Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Fão existem 148 livros, além de muitos documentos avulsos mais ou menos dispersos. Ora, uma vez que a curto prazo se não pensa ser possível dar ao Arquivo instalações mais adequadas, os livros e documentos não irão designados pelas suas posições em estante, mas por assuntos e de tal modo numerados, que não venha a tornar-se difícil uma futura arrumação e consequente posterior identificação.

Particularmente no que respeita aos documentos avulsos, distinguir-se-ão três grandes grupos: o dos documentos antigos já arrumados em pastas e/ou dispersos pelos armários; o dos documentos deste século já arrumados em classificadores (arrumação que se respeitará); e o dos documentos, papéis, resumos, apontamentos (cuja utilidade bastará o sumário que adiante em 1.2.3. se fará para lhes evidenciar o interesse) e que foram encontrados no interior de alguns livros como marcas, memos, rascunhos, para outros fins ou simplesmente esquecidos. (Neste último caso, porque a indicação do lugar onde foi encontrado pode ser — e muitas vezes é — importante, ele será sempre indicado e os documentos arrumados segundo esse critério).

1.1. Quanto aos livros, foram classificados de acordo com as grandes rubricas a cujo fim procuraram responder: pessoal, obras de assistência, despesas, receitas, etc.

1 — LIVROS ATINENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CONFRARIA

1.1. *Estatutos do Hospital de Fão*

Conjunto encadernado de 6 folhas brancas lisas de 520×336 mm, onde estão impressos: o alvará do regente D. João de 10/1/1805 aprovando os Estatutos do «novo Hospital, do lugar e freguezia de Fão, no concelho de Espozende» (fl. 1); Estatutos (fls. 3 e 4); súplica de 14/1/1862 do Provedor e irmãos da Misericórdia para que o Rei lhes aprove os Estatutos (fl. 5); carta régia de D. Luís I, de 27/9/1862 aprovando a alteração aos estatutos pretendida.

1.2. *Compromisso da Santa e Real Casa da Misericórdia de Fão, de 1872*

Livro de 62 folhas azuis pautadas, de 293×196 mm, a primeira das quais é de Índice, à qual se seguem 47 folhas utilizadas (das quais apenas 45 numeradas) e as restantes em branco. No anterosto contém em fruste desenho à pena as armas de Portugal.

2 — LIVROS ATINENTES AO PESSOAL DA CONFRARIA

2.1. *Registo de entradas dos irmãos, de 1727 a 1766*

Livro de 94 folhas brancas lisas de 295×205 mm e capa de pergaminho. Bastante deteriorado, falta-lhe já a folha 1 e encontram-se soltas as folhas 22, 23 e 72.

2.2. *Registo de entradas dos irmãos, de 1767 a 1861*

Livro de 244 folhas brancas lisas, de 300×210 mm. No rosto do livro contém um belo desenho à pena de grande interesse iconográfico e algum interesse artístico (grav.^a 1). Algum tanto danificado pelo uso, faltam-lhe as folhas 32, 33 e 148. Encontram-se em branco as folhas 241v-244r.

2.3. *Registo de entradas dos irmãos, de 1864 a 1974*

Livro de 204 folhas brancas lisas de 319×215 mm, das quais não

foram utilizadas as fls. 192-204r. Algum tanto danificado, tem soltas as folhas 82, 91 e 92 e em falta a fl. 138. Entre a capa e a 1.^a folha está colado um caderno de 6 folhas em papel azul de 25 linhas contendo o caderno eleitoral para o triénio de 1959-61 e respectivas descargas.

3 — DETERMINAÇÕES E ACÓRDÃOS

3.1. ACÓRDÃOS E ACTAS DAS REUNIÕES DA MESA

3.1.1. *Livro dos acórdãos, de 1728 a 1845*

Livro de 98 folhas brancas lisas de 304×205 mm com capas de pergamino. O termo de abertura não tem data, mas o livro foi paginado e rubricados os números das folhas em 25/8/1782. É desta data, aliás, o termo de encerramento. Estão em branco as folhas seguintes: verso da guarda, 10v, e 97v-98r.

3.1.2. *Livro dos acórdãos, de 1850 a 1863*

Livro de 194 folhas brancas lisas de 328×222 mm. Encontram-se em branco as folhas 34-194r.

3.1.3. *Livro dos acórdãos, de 1862 a 1866*

Livro de 100 folhas brancas lisas de 315×212 mm numeradas de 1 a 79 e de 90 a 111. Estão em branco as folhas 110v-111r.

3.1.4. *Livro dos acórdãos, de 1866 a 1881*

Livro de 190 folhas de 365×229 mm. Só tem em branco o verso da 1.^a folha.

3.1.5. *Livro dos acórdãos, de 1881 a 1902*

Livro de 300 folhas de 316×227 mm, numeradas de 1 a 299, incluindo uma outra com o número 43A. Encontram-se em branco as folhas 1v e 24v-25r. A fl. 223 tem colada uma carta.

3.1.6. *Livro dos acórdãos, de 1902 a 1903*

Livro de 34 folhas de 350×225 mm.

3.1.7. *Livro dos acórdãos, de 1903 a 1921*

Livro de 292 folhas de 321×215 mm. Só tem em branco o verso da 1.^a folha. A folhas 42 foi colado um recibo do Hospital-Asilo.

3.1.8. *Livro dos acórdãos, de 1921 a 1937*

Livro de 68 folhas de 312×205 mm. Estão em branco as folhas 65v-68r.

3.1.9. *Livro dos acórdãos, de 1938 a 1953*

Livro de 98 folhas de 312×223 mm.

3.1.10. *Livro dos acórdãos, de 1953 a 1968*

Livro de 100 folhas de 317×220 mm.

3.2. *Resumos dos acórdãos, de 1728 a 1857*

Livro de 96 folhas brancas lisas, de 331×221 mm. Encontram-se em branco as folhas 1v e 23v-96r.

3.3. *Actas da Mesa, de 1846 a 1862*

Livro de 153 folhas brancas lisas, de 295×207 mm. Encontram-se em branco as folhas 1v e 150v-153r. Por lapso, no rótulo da capa está escrito 1872.

3.4. ACTAS DE ELEIÇÕES

3.4.1. *Actas de eleições, de 1802 a 1863*

Livro de 100 folhas, de 305×209 mm. Apenas se encontram em branco as folhas 71r e 100r.

3.4.2. *Actas de eleições, de 1864 a 1971*

Livro de 300 folhas, de 315×207 mm. Falta-lhe já a folha 91. Entre as folhas 92v e 93r encontra-se colado um «Relatório de gerência» de 1931-34, e a fls. 95v-96r a pública-forma da «Acta da posse da Direcção e Meza», de 9/1/1938. Também a fls. 105v-106r, 106v-107r e 107v-108r estiveram colados documentos, que foram depois retirados. Encontram-se em branco as folhas 18v-19r, e 116v-301r.

4 — REGISTOS DE ACTIVIDADES ESPECÍFICAS DAS MISERICÓRDIAS

4.1. CELEBRAÇÕES DE MISSAS

4.1.1. *Livro de certidões de Missas, de 1787 a 1850*

Livro de 142 folhas, de 300×209 mm. Faltava-lhe, antes de efectuada a numeração, uma folha que deveria ficar entre as folhas 21 e 22. Muito danificado, faltam a este livro as folhas 70, 72, 76, 91 e 92. Encontram-se em branco, as folhas 1v, 68v, 140-141v e 142v.

4.1.2. *Livro de certidões de Missas, de 1850 a 1910*

Livro de 148 folhas, de 305×207 mm. Contém na folha de guarda um «Indens Dos Legatarios que deixarão em bargos de Missas». Encontram-se em branco as folhas 1v, 8v, 27v, 31v, 33v, 35v, 37v, 39v, 41v, 43v, 47, 49v, 51v, 53, 55v, 69v-71v, 73, 79, 82v-91v, 96-99v, 102v-108v, 111v-112v, 123v, 124v, 131, 140, 141v-148r. A fl. 92v encontra-se colado um recibo do Hospital de S. Marcos de Braga, de 31/10/1865; a fl. 93v um de 9/4/1864; a fl. 94v um de 14/4/1868; e a fl. 95v outro de 25/4/1870.

4.1.3. *Livro das certidões de Missas, de 1894 a 1926*

Livro de 198 folhas, de 304×220 mm. A fl. 2 contém um «Index dos Legados». Como todos os registos nominais (cfr. o anterior) contém muitas folhas não aproveitadas; neste caso, as 4, 6-7, 9, 11, 13, 15, 17-18, 20, 22-23, 25, 27, 29, 30v-31v, 32v-33v, 35v-36v, 37v-38v, 39v-40v, 41v-42v, 43v-44v, 45v-46v, 47v-48v, 49v-50v, 51v-52v, 53v-54v, 55v-

-56v, 57v-58v, 59v-60v, 61v-62v, 63v-64v, 65v, 66v, 67v, 68v, 69v, 70v, 71v, 72v, 73v, 74v, 75v, 76v, 77v, 78v, 79v, 80v, 81v, 82Av-197. O termo de encerramento encontra-se a folhas 197v, mas há uma folha numerada de 82A.

4.2. ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

4.2.1. MOVIMENTOS (ENTRADAS E SAÍDAS) DE DOENTES

4.2.1.1. *Movimentos de doentes, de 1876 a 1895*

Livro de 50 folhas, de 321×215 mm.

4.2.1.2. *Movimentos de doentes, de 1895 a 1905*

Livro de 46 folhas, de 317×212 mm.

4.2.1.3. *Movimentos de doentes, de 1906 a 1956*

Livro de 198 folhas, de 312×212 mm. A folha 129 foi rasgada e depois colada.

4.2.1.4. *Movimentos de doentes, de 1956 a 1967*

Livro de 300 folhas não numeradas, de 330×218 mm, impressas para estes fins.

4.2.1.5. *Movimentos de doentes, de 1967 a 1972*

Livro de 242 folhas não numeradas, das quais 6 em branco, pois, sendo impressas para estes fins, foram encadernadas ao contrário. Têm as dimensões de 333×228 mm.

4.2.1.6. *Movimento de doentes, de 1972 a 1973*

Livro de 112 folhas brancas impressas para estes fins, não numeradas, e de 333×230 mm.

4.2.1.7. *Movimento de doentes, de 1973 a 1974*

Livro de 108 folhas brancas impressas para estes fins, não numeradas, e de 333×230 mm.

4.2.1.8. *Movimento de doentes, de 1974 a 1975*

Livro de 152 folhas brancas impressas para estes fins, não numeradas, e de 333×230 mm.

4.2.2. SAÍDAS DE DOENTES

Saídas de doentes do Hospital de S. João de Deus de Fão, de 1876 a 1880.

Livro de 48 folhas de 322×212 mm, das quais apenas 5 utilizadas: encontram-se em branco as folhas 5v-48r. As folhas 35 e 36 encontram-se soltas.

4.2.3. FICHAS DE INTERNAMENTO DE DOENTES

4.2.3.1. *Internamentos, de 8/7/1971 a 2/9/1972*

Livro de 209 folhas numeradas (foi retirada uma), de 267×411 mm, impressas para esta única finalidade.

4.2.3.2. *Internamentos, de 6/9/1972 a 25/1/1974*

Idem, de 258 fls..

4.2.3.3. *Internamentos, de 26/1/1974 a 5/2/1975*

Idem, de 258 folhas não numeradas.

4.2.3.4. *Internamentos, de 6/2/1975 a 15/10/1975*

Idem, de 250 folhas, a que foi arrancada uma.

4.2.3.5. *Internamentos, de 15/10/1975 a 21/4/1976*

Idem, a que nenhuma folha foi subtraída. A série começa em Outubro e não em Novembro, como por lapso consta dos rótulos do espelho e da lombada.

4.2.3.6. *Internamentos, de 21/4/1976 a 25/9/1976*

Idem, de 250 folhas.

4.2.3.7. *Internamentos, de 26/9/1976 a 2/3/1977*

Idem.

4.2.3.8. *Internamentos, de 2/3/1977 a 18/12/1977*

Idem.

4.2.4. SERVIÇO DE BANCO

4.2.4.1. *Serviço de banco, de 1934 a 1957*

Livro de 168 folhas de papel razão, de 312×222 mm não numeradas, das quais apenas 100 utilizadas: as fls. 100^av-168^ar estão em branco. Como os livros da rubrica 4.2.3., não tem termos de abertura nem de encerramento.

4.2.4.2. *Serviço de banco, de 25/8/1957 a 16/12/1958*

Livro de 150 folhas de papel branco impresso para este fim e instituição, de 318×214 mm. Sem termos de abertura nem de encerramento. Folhas não numeradas.

4.2.4.3. *Serviço de banco, de 16/12/1958 a 18/10/1960*

Idem, de 150 folhas.

4.2.4.4. *Serviço de banco, de 19/10/1960 a 30/12/1961*

Idem.

4.2.4.5. *Serviço de banco, de 10/1/1962 a 20/7/1962*

Idem. Entre a capa e a guarda, figura um caderno de papel de 25 linhas azul contendo o registo do serviço de banco entre 2/1/62 e 8/1/62.

4.2.4.6. *Serviço de banco, de 27/7/1962 a 6/7/1963*

Livro de 150 folhas de papel branco impresso para este fim e instituição, de 318×214 mm. Sem termos de abertura nem de encerramento. O início dos registos é de Julho e não «Junho» como por lapso consta do rótulo do espelho.

4.2.4.7. *Serviço de banco, de 6/7/1963 a 1/11/1964*

Livro de 150 folhas de papel branco impresso para este fim e instituição, de 318×214 mm. Sem termos de abertura nem de encerramento. Folhas não numeradas.

4.2.4.8. *Serviço de banco, de 2/11/1964 a 1/4/1966*

Idem.

4.2.4.9. *Serviço de banco, de 2/4/1966 a 1967*

Idem. Os últimos serviços prestados datam de Outubro, mas sem especificação dos dias.

4.2.4.10. *Serviço de banco, de 1/11/1967 a 8/7/1969*

Livro de 150 folhas de papel branco impresso para este fim e instituição como os anteriores, de 318×214 mm. Sem termos de abertura nem de encerramento. Folhas não numeradas.

4.2.4.11. *Serviço de banco, de 8/7/1969 a 15/5/1971*

Idem.

4.2.4.12. *Serviço de banco, de 17/5/1971 a 9/2/1973*

Idem.

4.2.4.13. *Serviço de banco, de 9/2/1973 a 24/10/1974*

Idem.

4.2.4.14. *Serviço de banco, de 24/10/1974 a 17/4/1976*

Idem.

4.2.4.15. *Serviço de banco, de 17/4/1976 a 20/4/1976*

Idem.

4.2.5. ÓBITOS

Registo de óbitos de doentes, de 1876

Livro de 50 folhas brancas, de 322×216 mm. Este livro só tem, que correspondam ao rótulo da capa e termo de abertura, as fls. 1v-2. A fl. 2v está em branco. As folhas 3-7r foram utilizadas para registo do movimento semanal do Hospital, de 1941 a 1942. As folhas 7v-29v foram utilizadas

para registo do movimento de doentes, de 1942 a 1952. As folhas 30-49v encontram-se em branco. Na folha 50 escreveu-se apenas o cabeçalho «Registo do movimento de doentes» e nada mais. A fl. 50v contém o termo de encerramento.

4.2.6. APETRECHAMENTO HOSPITALAR

4.2.6.1. *Inventário dos bens do Hospital, de 1856 a 1915*

Livro de 92 folhas brancas, de 318×225 mm. Contém várias relações e inventários e várias folhas em branco: 1v, 7, 41-57, 58v-85v, e 88v-92r. A fl. 26 foi colada uma factura do Laboratório Farmacêutico Ferreira & Irmão.

4.2.6.2. *Inventário dos bens do Asilo, de 1913 a 1939*

Livro de 50 folhas brancas pautadas, de 310×210 mm, numeradas de 1 a 49, com uma folha numerada 8A. Só foram utilizadas 26 folhas: as folhas 27-49r encontram-se em branco.

4.2.7. RECEITUÁRIOS

4.2.7.1. *Receituário, de 1878 a 1887*

Livro de 148 folhas não numeradas, de 318×225 mm. As folhas 91.^a e 92.^a encontram-se coladas uma à outra. A maior parte das datas foram negligenciadas.

4.2.7.2. *Receituário, de 1887 a 1894*

Livro de 202 folhas não numeradas, de 310×212 mm. A folha 132.^ar está em branco, as fls. 152.^av e 153.^ar trancadas e as fls. 192.^a e 193.^a coladas. Foi colada uma folha suplementar entre a guarda e a fl. 202.^a para nela se escreverem ainda as últimas receitas.

4.2.7.3. *Receituário, 1894 a 1901*

Livro de 192 folhas, de 315×215 mm, não numeradas, mas paginadas até 39. A folha 187.^a encontra-se solta.

4.2.7.4. *Receituário, de 1901 a 1907*

Livro de 148 folhas não numeradas, de 314×220 mm, a que no final foi colado um caderno de 4 folhas (das quais a última acabou por vir a ser cortada) perfazendo, assim, um total de 152 folhas. A 57.^a folha foi cortada também. As folhas 62.^a e 63.^a estão coladas uma à outra.

4.2.7.5. *Receituário, de 1907 a 1918*

Livro de folhas não numeradas, de 319×224 mm. Muito danificado, a capa está solta, como está solto um caderno contendo as receitas de 2/4/1907 a 23/5/1910, as folhas que contêm as receitas de 29/5/1907 a 26/5/1910 e as que contêm as receitas de 1/7/1910 a 24/9/1911. Depois desta data devem faltar folhas, já que o conjunto do livro começa em 19/10/1911. Mesmo neste conjunto se encontram soltas as folhas das

receitas de 9/2 a 12/3/1916 e as que contêm as receitas de 27/2 a 17/4/1918. As datas foram muito negligenciadas, pelo que às vezes é necessário reconstituí-las.

4.2.7.6. *Receituário, de 1918 a 1939*

Livro de 200 folhas brancas impressas para estes fins, não numeradas, e de 322×223 mm.

4.2.7.7. *Receituário, de 1940 a 1944*

Livro de 198 folhas brancas impressas para este fim, de 316×216 mm, não numeradas, das quais 55 utilizadas, mais 143 em branco. As datas estão também negligenciadas.

4.2.8. *RADIOSCOPIA E RADIOGRAFIA*

Registo dos serviços de radioscopia e radiografia, de 1969 a 1972

Livro de 50 folhas brancas pautadas, de 212×160 mm. Foram arrancadas as folhas 11 e 20. No verso da última guarda contém um apontamento referente a um doente.

4.3. *ASILO*

4.3.1. *Entradas e óbitos dos internados no Asilo, de 1908 a 1973*

Livro de 110 folhas brancas numeradas de 1 a 109, precedidas duma não numerada onde se encontra o termo de abertura, e de 315×220 mm. Embora contenha o registo de entradas desde 1908, o livro só foi iniciado em 1910, como se pode constatar pelo seu termo de abertura. Só tem utilizadas 14 folhas: encontram-se em branco as folhas 14v-109r.

4.3.2. *SOPA DOS POBRES*

4.3.2.1. *Caixa da Sopa dos Pobres, de 1937 a 1941*

Livro de 46 folhas brancas de papel razão, de 314×222 mm, não numeradas. A 42.^a folha está totalmente em branco. Nas folhas que vão do verso da 45.^a ao da 46.^a está uma «Relação dos pobres socorridos».

4.3.2.2. *Contas de receita e despesa do Asilo dos Pobres, de 1916 a 1933*

Livro de 138 folhas razão brancas, de 318×213 mm, onde até fl. 63r se encontra um razão anual. A fl. 63v encontra-se em branco. De fl. 64r a 130r utilizou-se para caixa da Sopa dos Pobres de 1942 a 1962.

Era também actividade estecífica das Misericórdias a mutuação de capitais cujos livros, por razões evidentes, se encontram à frente em 5.4.

5 — *CONTABILIDADE*

5.1. *PATRIMÓNIO DA INSTITUIÇÃO*

5.1.1. *Tombo antigo, de 1761 a 1845*

Livro de 150 folhas brancas lisas, de 305×210 mm. O termo de aber-

tura não está datado, mas em 1845 considerou-se ter este livro 173 anos. Como livro utilizado em sistema de contas correntes, tem muitas folhas não utilizadas: 1v, 2v, 3v, 4v, 5v, 6v, 7v, 8v, 10r-14v, 15v, 16v, 17v, 18v, 19v, 20v, 21v, 22v, 23v, 25r-30v, 32, 34r-35v, 38, 40, 42r-43v, 45, 47r-48v, 50r-54v, 55v, 57, 60v, 61v, 62v-64v, 65v-67v, 69, 71, 72v, 73v, 74v, 75v, 76v, 77v, 78v, 79v-125v, 133v-145v, 148r. Sobre a folha 1 encontra-se colado um documento avulso de 2 meias folhas de papel branco liso, de 314×211 mm, que já tinha estado num maço onde tinha o número 24 (em letra do séc. XIX), não datado, mas com letra do séc. XVIII e intitulado «Descrissão dos Bens de Raiz que pessue a Caza / da Miz.^a de Faõ».

5.1.2. *Tombo da Misericórdia, de 1849*

Livro de 144 folhas brancas lisas, de 379×245 mm, para Tombo ou «Inventario de todas as propriedades e Fazendas» da Misericórdia de Fão e «clareza de algũas quantidades de Dinheiro que esta Santa Caza acceitou para cuprimento de Legados [...], recopilando-se nelle tudo o que está escripto no Livro do Tombo velho». Como outros livros organizados em sistema de contas correntes, também este contém muitas folhas em branco: 1v, 5v, 6v, 7v, 8v, 9v, 13v-14v, 16v, 17v, 18v, 19v, 20v, 21v, 22v, 31, 32v, 33v, 36v, 37v, 39v, 49v, 50v, 52v, 55v, 56v, 57v, 58v, 59v, 60v, 61v, 62v, 64v, 66v, 68, 69v, 70v, 71v, 72v, 77r-80r, 89r-92r, 109v-113r, 117r-119v, 144.

5.1.3. *Inventário da prata e objectos de valor, de 1861 a 1918*

Livro de 102 folhas pautadas brancas, de 315×215 mm, das quais só 15 utilizadas: encontram-se em branco as fls. 16-102v. A última guarda foi numerada 103 e no seu verso encontra-se o termo de encerramento.

5.2. ESCRITURAS E BENS LEGADOS EM TESTAMENTO, E RESPECTIVA MOVIMENTAÇÃO

5.2.1. *Registo das Escrituras da Misericórdia e da 8.^a parte da herança de João dos Santos Cardoso, 1861-1870*

Livro de 102 folhas de papel razão de 327×222 mm. A fl. 2 contém um «Indez», a fl. 3r está em branco, assim como as fls. 20v-27v. O «Registo das Escripuras da Administração da 8.^a parte da herança de Joaõ dos Santos Cardozo» ocupa as fls. 28-36, encontrando-se em branco as fls. 36v-101.

5.2.2. *Registo da receita e despesa relativas à 8.^a parte da herança de João dos Santos Cardoso, 1858-1870*

Livro de 34 folhas brancas lisas, de 262×397 mm, tendo em branco as fls. 1v-2r e 22v-34r.

5.2.3. *Cópia do testamento de Maria Teresa de S. José, 1862*

Livro de 100 folhas brancas pautadas, de 321×221 mm, das quais só 13 utilizadas: as fls. 13v-100v encontram-se em branco. O termo de abertura acha-se escrito na guarda e sem data; mas o termo de encerra-

mento, escrito na última guarda, tem a data de 20/12/1862. O falecimento da testamentária ocorreu em 10/8/1862.

5.2.4. *Registo das contas relativas ao testamento de Maria Teresa de S. José, 1867-1931*

Livro de 200 folhas brancas pautadas, de 316×216 mm, numeradas de 1 a 199 com uma folha 5A. Encontram-se em branco as fls. 1v, 2v-3r, 5v-9v, 10v-19r, e 191v-199r.

5.2.5. *Registo das receitas e despesas relativas ao testamento de Maria Teresa de S. José, 1867 a 1941*

Livro de 246 folhas brancas pautadas, de 310×210 mm. Encontram-se em branco as fls. 1v, 2v-3v, 5v-9v, 43r, 44v, 45v-117v, 245v. Na fl. 31v encontra-se colado um recibo e na fl. 43 dois.

5.2.6. *Espólio do P.^c Gonçalo Lourenço Cardoso Viana, 1930*

Livro de 20 folhas, de 318×224 mm, das quais apenas 6 utilizadas desde o verso duma primeira folha não numerada à fl. 5r: as fls. 5v-19v encontram-se em branco.

5.3. PENSÕES E FOROS

5.3.1. *Assento de títulos e descarga das pensões, 1840*

Livro de 147 folhas azuis lisas, de 308×208 mm. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 1v, 4v, 6v, 15v, 16v, 19v-22v, 26v, 28v, 29v, 30v, 34r-38v, 41v-44r, 46r-49v, 51r-53v, 55v, 56v, 58, 61v, 63r-64v, 65v, 66v, 67v, 68v, 69v, 70v, 71v, 72v-73v, 74v, 77v, 78v, 79v, 80v, 81v-82v, 83v-142v, 143v-145v, 146v-147r. As folhas 2-4 contêm um «Index». Faltam as fls. 6 e 8. A fl. 146 encontra-se um resumo das receitas da Misericórdia. Este livro foi utilizado até pelo menos 20/10/1936.

5.3.2. *Registo das pensões e foros, 1866*

Livro de 94 folhas brancas lisas, de 320×217 mm. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 1v, 2v, 6v-8v, 19v-29v, 48v-51v, 56r, 64, 70r-72v, 86v, 87v, 88v, 89v, 90v, 91v-94r. A fl. 2-6 contêm um «Index». A fl. 32 tem colado um «Esclarecimento» de 1955, e a 67v uma conta. Este livro foi utilizado, pelo menos, até 1971.

5.4. CAPITAIS MUTUADOS, TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, JUROS E LETRAS

5.4.1.1. *Registo de capitais mutuados, de 1766 a 1822*

Livro de 246 folhas, de 301×211 mm. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 16v, 18v, 23v, 24v, 27v, 29v, 32v, 37v, 49v, 65v, 66v, 69r, 73v, 84v, 86v, 88v, 112, 116v, 117v, 118v, 119v, 119v bis, 121v, 124r, 128v, 129v, 130v, 137v,

139v, 158v, 162v, 164v, 165v, 167v, 169v, 170v, 171v, 173v, 175v, 180v, 181v, 182v, 183v, 184v, 185v, 186v, 187v, 191v, 192v, 194r, 195r, 196v, 197v, 198v, 199v-244r. Falta a folha 4. Na numeração foi repetida a fl. 119.

5.4.1.2. *Registo de capitais mutuados, de 1822 a 1838*

Livro de 194 folhas, de 311×210 mm. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 1v-2r, 14r, 18r, 22r, 23r, 26r, 40r, 42r, 43r, 47r, 52r, 56r, 57r, 58r, 59r, 60r, 61r, 62r, 64r, 65r, 67r, 68r, 69r, 70r, 71r, 73r, 75r, 76v, 77v-78r, 79r, 80r, 81r, 83r, 84r, 85r, 87r, 88r, 90r, 91, 93r, 94r, 95r, 96r, 97r, 98v, 99v-100r, 101r, 102r, 103r, 104r, 105r-107r, 108r, 109r, 110r, 111r, 112r, 114r, 116r, 117r, 119r, 120, 121v-122r, 124r, 125r, 126r, 128v, 130r, 131r, 133r, 134r, 136r, 138r, 139r, 141r, 142r, 143r, 144r, 145v, 146v, 147v, 149r, 157r, 158r, 159v, 160v, 162r-163r, 164r-165r, 166r, 167r-168r, 169r, 170v-171r, 172r-173r, 174r-175r, 176v, 177v, 178v-179v, 181v, 182v, 183v, 185r, 186, 187v, 190v, 191v, 192v, 193v-194v. As fls. 2v-9 contêm um «Index». A fl. 193 contêm um resumo.

5.4.1.3. *Registo de capitais mutuados, de 1836 a 1847*

Livro de 244 folhas, de 310×205 mm. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 9, 10v-11v, 12v-13r, 15v-16r, 17v, 19r, 20, 21v-22r, 23, 26, 27v-28r, 29, 30v-31r, 32, 33v-34r, 35v, 37r, 38, 39v-40r, 41, 42v-43r, 44, 45v-46r, 47, 48v-49r, 50, 51v-52r, 53, 55r, 56, 57v, 58r, 59, 60v-61r, 62r-63r, 64r-65v, 66v-67r, 68, 70r, 71r, 72v-73r, 74r, 75v-76r, 77, 78v-80v, 84v-85r, 86v, 87v-88r, 89r, 90v-91r, 93v-94r, 95, 96v-97r, 98, 100r, 101v, 103r, 104, 104v-105r, 106, 107v-108v, 109, 110v-111r, 112, 113v-114r, 115, 117r, 118, 119v-120r, 121, 122v-123r, 124v, 127r, 128v-129r, 130, 131v-132r, 133, 134v-135r, 136, 137v-138r, 139, 140v-141r, 143v, 144v-145r, 146r, 147v-148r, 149r, 150v-151r, 152, 153v-154r, 155v, 156v-157r, 158, 159v-160r, 167, 168v-169r, 170, 171v-172r, 173v, 174v-175r, 176v, 177v-178r, 179, 180v-181r, 182v, 185, 186v-187r, 188v, 189v-190r, 191, 192v-193r, 194, 195v-196r, 197, 198v-199r, 200, 201v-202r, 203, 204v-205r, 206, 207v-208r, 209v, 210v, 212, 214r, 215, 216v-217r, 218, 219v-220r, 221, 222v-223r, 224v, 225v-226r, 227, 228v-229r, 230, 231v-232r, 233v, 234v, 236r, 239r, 240v-241r, 242r. As folhas 1v-7v contêm um «Index». A fl. 243 contêm uma soma e as fls. 243v-244r resumos. O livro encontra-se bastante danificado pelo uso. As fls. 1-4 estão soltas e encontravam-se no meio das páginas do livro 5.4.1., donde as retirei para o seu lugar, e falta a fl. 5. Na numeração, foi repetida a fl. 104.

5.4.1.4. *Registo de capitais mutuados, de 1847 a 1972*

Livro de 250 folhas, de 350×236 mm. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 1v, 8v, 9v, 10v, 12v, 13v, 14v, 15v, 22v, 23v, 24v, 25v, 26v, 27v, 31v, 34v, 36v, 38v, 39v, 40v, 42v, 43v, 44v, 46v, 47v, 48v, 49v, 53v, 54v, 57v, 59v, 60v, 63v, 64v, 65v, 66v, 67v, 68v, 72v, 75v, 83v, 84v, 85v, 87v, 90v, 103v, 104v,

105v, 107, 109r-111v, 113v, 114v, 115v, 116v, 117v, 118v, 119v-121v, 122v, 123v, 124v, 125v, 126v, 128v, 129v, 130v, 131v, 132v, 142v, 143v, 146v, 147v, 150v, 156v, 158r, 159v, 160v, 164v, 165v-166v, 168, 170v, 171v, 172v, 173v, 176v, 179v, 180v, 181v-186v, 188r-189v, 190v, 191v-193v, 194v, 195v, 196v, 197v, 200v, 202v, 203v, 204v, 205v, 206v, 207v, 208v, 209v, 213v, 214v, 215v, 216v, 218v, 219v-220r, 221v, 222v, 225v, 226v, 228v, 229v, 230v, 231v, 232v, 233v, 234v, 236v, 237v, 238v, 239v, 245v, 246v, 247v, 249r. As fls. 2-8 contêm um «Index». A fl. 248 está lançado um resumo.

5.4.1.5. *Registo de capitais mutuados, de 1856 a 1865*

Livro de 182 folhas azuis lisas, de 328×220 mm, constituído pela reutilização invertida de parte de um outro livro (fls. 8-193) que estava rubricado «Cardoso». Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 4v, 5v, 6v, 7v, 10v, 11v, 13v, 14v, 15v, 16v, 18v, 19v, 20v, 21v, 22v, 23v, 24v, 25v, 26v, 27v, 29v, 30v, 31v-42v, 43v-44v, 45v, 46v, 47v, 48v, 49v, 50v, 51v, 52v, 53v-55v, 56v-60v, 62v, 63v, 64v, 65v-72v, 74v, 75v, 76v, 77v-80v, 82v-85v, 87v, 88v-93v, 94v, 95v, 96v, 98v-106v, 107v, 108v, 109v, 110v, 111v, 112v, 113v-117v, 118v-120v, 121v, 122v-125v, 127v, 128v-132v, 133v, 134v, 135v, 136v, 137v-143v, 144v-145v, 146r-147v, 148v-154v, 155v, 156v, 157v-182r. As fls. 1v-3v contêm um «Index». Faltam as folhas 90 e 91.

5.4.1.6. *Registo de capitais mutuados, de 1865 a 1963*

Livro de 242 folhas, de 525×345 mm, brancas lisas. Antes da folha 1, foi-lhe colada uma folha. Esta folha e as restantes até à 8 contêm um índice. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 8v, 9v, 10v, 13v, 40v, 41v, 42v, 44v, 45v, 46v, 47v, 48v, 50v, 53v, 54v, 55v, 56v, 58v, 59v, 62v, 64v, 65v, 69v, 71v, 72v, 74v, 77v, 78v, 79v, 80v, 81v, 82v, 83v, 87v, 88v, 89v, 91v, 94v, 95v, 96v, 97v, 98v, 99v, 100v, 105v, 111v, 134v-138v, 139v, 141v, 142v, 145v, 147v, 148v, 149v-152v, 153v, 154v, 156v-160v, 163v, 164v, 165v, 166v, 167v, 169v, 170v-171v, 173v, 179v, 180v, 181v, 182v, 184v, 186v, 187v-192r, 196v, 197v, 198v, 199v, 200v, 202v, 203v, 204v, 205v, 206v-207v, 208v, 241r. A fl. 20 encontra-se solta.

5.4.1.7. *Registo de capitais mutuados, de 1865 a 1953*

Livro de 240 folhas, de 525×345 mm, brancas lisas. As fls. 1-8 contêm um índice. Como livro organizado em sistema de conta corrente, contém muitas folhas em branco: 8v-10v, 29v, 30v, 33v, 35v, 36v, 37v, 38v, 41v, 42v, 43v, 44v, 45v, 48v, 63v, 65v, 66v-70v, 71v, 78v, 79v, 85v, 86v, 87v, 88v-91v, 93v-96v, 106v, 110-111v, 112v, 115, 123v-133v, 135v-136v, 137v, 141v, 143r-144v, 146v, 147v, 150v-151v, 154v, 156r-157v, 163v-164v, 165v, 166v, 167v-168v, 169v-173v, 174v, 175v-177v, 189v, 197v, 198v, 199v, 202v, 203v, 205v, 206v, 207v-213v, 214v-229r, 234r-240r. A fl. 59rv contém um resumo. As fls. 232. e 239, em branco, estavam soltas colocadas depois da fl. 240.

5.4.2. *Registo de Títulos da Dívida Pública, de 1853 a 1912*

Livro de 80 folhas impressas para estes fins, de 315×205 mm, e paginadas de 1 a 163. Só foram utilizadas 20 páginas, encontrando-se na pág. 20 o termo duma recapitulação e em branco as páginas 21-162.

5.4.3.1. *Registo do movimento de capitais, de 1880 a 1916*

Livro de 48 folhas, de 210×160 mm, não numeradas, das quais apenas 13 utilizadas. Coladas entre a capa e a guarda, encontram-se 7 folhas, que contêm uma lista de nomes, uma nota de dívidas, uma lista de nomes para escriturar e uma relação de escrituras.

5.4.3.2. *Registo do movimento de capitais, de 1913 a 1940*

Livro de 198 folhas impressas de modo a formar mapa contabilístico com o verso da folha anterior onde se registam as entradas e o recto da seguinte, onde se registam as saídas, de 340×246 mm. Utilizadas apenas 24 folhas: fls. 24v-198r em branco.

5.4.3.3. *Registo do movimento de capitais, de 1913 a 1947*

Livro de 200 folhas impressas como as do livro anterior. Só tem utilizadas 48 folhas: fls. 48v-200r em branco.

5.4.3.4. *Registo do movimento de capitais, de 1907 a 1944*

Livro de 100 folhas numeradas de 1 a 99 precedidas duma não numerada, de 314×224 mm, impressas para fins contabilísticos, e com numeração mecânica. Não tem termo de abertura nem de encerramento. Só tem em branco a folha não numerada. O resumo caixa encontra-se a fl. 99v e recto da última guarda.

5.4.4. *Letras a receber, 1913*

Livro de 48 folhas pautadas, impressas para este fim, de 250×360 mm. Resta apenas o verso da 1.^a folha que servia de índice e onde estão registadas letras de 1913. Foram rasgadas 33 folhas que estavam utilizadas. Restam ainda 14 folhas em branco. Não tem termo de abertura nem de encerramento.

5.4.5. *Registo do movimento de capitais do Asilo, de 1913 a 1957*

Livro de 98 folhas impressas formando mapa, como no caso de 5. 4. 10., de 340×245 mm. Só foram utilizadas 16 folhas: fls. 16v-98r em branco. A fl. 9 encontra-se solta.

5.4.6. *Livro de várias utilizações contabilísticas, desde 1909 a 1937*

Livro de 46 folhas brancas pautadas e impressas para fins contabilísticos, de 328×221 mm. Não tem termo de abertura nem de encerramento. Desde o verso da 1.^a folha (não numerada) ao recto da fl. 3, está lançado o movimento de capitais do Asilo, de 1909 a 1913. As fls. 3v-9r encontram-se em branco. A fls. 9v-10r está lançado o débito de Ana Santana Cubelo Soares e Maria das Dores Cubelo Soares, que vai de 1910 a 1918. As folhas 10v-19r encontram-se em branco. A fls. 19v-31r estão lançados

mapas-resumos de receita e despesa, de 1908 a 1918. A fl. 32v está ocupada com uma lista de nomes. As fls. 33v-34r foram utilizadas como livro de ponto dos operários das obras do Hospital de 28/6 a 2/7 de 1937. As fls. 34v-38r foram utilizadas como livro-caixa, de 3/7 a 2/10 de 1937. As folhas 38v-42r encontram-se em branco. Nas fls. 42v-43v foram registados os materiais fornecidos para as obras do Hospital, de 28/6 a 1/7 de 1937. As fls. 44-46v encontram-se em branco.

5.5. COPIADORES

5.5.1. Copiador, de 1859 a 1876

Livro de 104 folhas de 311×216 mm. Só se encontra em branco o verso da 1.^a folha. No verso da capa contém colada uma anotação legislativa.

5.5.2. Copiador, de 1880 a 1886

Livro de 500 folhas numeradas de 1 a 499 por meios mecânicos, de 267×210 mm, às quais se segue um índice alfabético de A a Z, de 12 folhas e respectivos separadores. Só foram utilizadas 118 folhas: as fls. 119-499 encontram-se em branco. Como o papel é muito fino e transparente, só foi utilizado o recto das folhas.

5.5.3. Copiador, de 1883 a 1905

Livro de 153 folhas de 318×210 mm, numeradas só até à 4.^a. A fl. 1 está em branco. Colada na 11.^a folha, encontra-se uma carta do Administrador do Concelho de Esposende, de 8/5/1886. A folha 61.^a está solta e a 66.^a foi retirada.

5.5.4. Copiador, de 1913

Livro de 500 folhas de papel branco muito fino, de 272×210 mm de que, por isso, só foi utilizado o recto. As folhas foram numeradas por meios mecânicos, mas muito distraidamente: a fl. 67 precede a 66, a 80 a 79, a 92 a 91, a 153 a 152, a 166 a 165, a 173 a 172, a 180 a 179, a 217 a 216, a 244 a 243, a 263 a 262, a 269 a 268 e a 294 a 293. A folha 159 foi arrancada, mas conserva-se no seu local. As fls. 473 a 500 estão em branco. Segue-se-lhes um índice alfabético de A a Z com 10 folhas e respectivos separadores.

5.5.5. Copiador, de 1914 a 1918

Livro de 250 folhas de papel branco muito fino, de 272×210 mm de que, por isso, só foi utilizado o recto. As folhas foram numeradas por meios mecânicos. O livro encontra-se muito danificado: foram retirados por tesoura ou lâmina pequenos retângulos às folhas 1-79, 85-102, 118, 136-148, 151-187, 197-202, 204-206, 208-220, 223, 234, 236-237, 241, 243-245, 248 e 250; e foram arrancadas as folhas 188 a 196. A folha 221 foi renumerada 222. À fl. 250 segue-se um índice alfabético de A a Z com 12 folhas (não utilizadas) e respectivos separadores.

5.6. BORRÕES

Borrão diário, de 1914 a 1940

Livro de 140 folhas brancas pautadas, de 324×128 mm, não numeradas, das quais 63 utilizadas e 77 em branco. O seu primeiro apontamento é de 1914, mas foram-lhe acrescentados apontamentos relativos a operações anteriores remontando a 1909. No verso da última folha um apontamento de medidas dum prédio rústico.

5.7. REGISTOS DE RECEITAS

5.7.1. Registo de receitas mensais, de 1948 a 1953

Livro de 46 folhas brancas impressas, segundo mod. 209-I (8-A) da Imprensa Municipalista de Lisboa, de 315×220 mm. Faltam as fls. 41 e 42. Encontram-se em branco as fls. 45-46v. O termo de abertura, por lapso com certeza, está datado de 1/1/1947. Mas não tem termo de encerramento.

5.7.2. Registo das receitas mensais, de 1954 a 1965

Livro de 100 folhas brancas impressas segundo mod. 209-I da Imprensa Municipalista de Lisboa, de 330×220 mm. Encontram-se em branco as fls. 36r, e 97-100v. Não tem termo de encerramento.

5.7.3. Registo de receitas mensais, de 1966 a 1972

Livro de 201 folhas brancas impressas segundo mod. 209-I da Imprensa Municipalista de Lisboa, de 297×210 mm. Encontram-se em branco as fls. 191-201 e foi arrancada uma folha no fim. Não tem termo de encerramento.

5.8. REGISTOS DE DESPESAS

5.8.1.1. Contas correntes com as despesas orçamentais, de 1948 a 1952

Livro de 106 folhas brancas impressas (mod. 214-I da Imprensa Municipalista de Lisboa), de 298×219 mm e paginadas de 1 a 199, seguindo-se depois mais 12 páginas não numeradas, 3 das quais não utilizadas.

5.8.1.2. Contas correntes com as despesas orçamentais, de 1953 a 1956

Livro de 100 folhas brancas impressas (mod. 214-I da Imprensa Municipalista de Lisboa), de 328×219 mm. Encontram-se em branco as págs. 175-199.

5.8.1.3. Contas correntes com as despesas orçamentais, de 1957 a 1964

Livro de 200 folhas impressas (mod. 214-I da Imprensa Municipalista de Lisboa), de 323×217 mm. Encontram-se em branco as págs. 394-399.

5.8.1.4. Contas correntes com as despesas orçamentais, de 1965 a 1969

Livro de 152 folhas impressas (mod. 214-I da Imprensa Municipalista de Lisboa), de 293×205 mm. Encontram-se em branco as págs. 297-303.

5.8.1.5. *Contas correntes com as despesas orçamentais, de 1970 a 1972*

Livro de 102 folhas impressas (mod. 214-I da Imprensa Municipalista de Lisboa), de 298×211 mm, paginadas até 203. Encontram-se em branco as págs. 186-201. Foi arrancada a folha correspondente às págs. 202-203.

5.8.2.1. *Mapa comparativo da despesa mensal autorizada, de 1880 a 1883*

Caderno de 10 folhas brancas pautadas não numeradas, de 317×215 mm, com os traços verticais feitos a tinta, 9 das quais utilizadas.

5.8.2.2. *Mapa comparativo da despesa mensal autorizada, de 1883 a 1891*

Caderno de 26 folhas brancas pautadas, de 319×219 mm, não numeradas, com os traços verticais feitos a tinta.

5.8.2.3. *Mapa comparativo da despesa mensal autorizada, de 1891 a 1899*

Caderno de 30 folhas brancas pautadas não numeradas, de 311×211 mm, das quais 28 utilizadas.

5.8.2.4. *Mapa comparativo da despesa mensal autorizada, de 1899 a 1905*

Caderno de 28 folhas brancas pautadas, de 312×220 mm, não numeradas e utilizando ainda a última guarda.

5.8.2.5. *Mapa comparativo da despesa mensal autorizada, de 1905 a 1908*

Caderno de 22 folhas azuis pautadas, de 297×204 mm, não numeradas, das quais apenas 4 apresentam realmente estas dimensões, pois que às restantes foi cortado o espaço em que nestas foi escrito o cabeçalho e que tem 74 mm de altura.

5.9. LIVROS RAZÃO

5.9.1. RESUMOS DIÁRIOS

5.9.1.1. *Livro de receita e despesa, de 1858 a 1868*

Livro de 220 folhas brancas pautadas, de 320×215 mm. Foi repetida a numeração das fls. 121 e 122. Estão em branco as fls. 163r e 212v-218v.

5.9.1.2. *Livro de receita e despesa, de 1868 a 1874*

Livro de 196 folhas brancas pautadas, de 338×228 mm. Encontram-se em branco as fls. 1v-2r e 75v-196r.

5.9.1.3. *Livro de receita e despesa, de 1880 a 1885*

Livro de 148 folhas azuis lisas, de 316×215 mm. Cobre os anos económicos de Junho a Julho. As fls. 147v-148r encontram-se em branco.

5.9.1.4. *Livro de receita e despesa, de 1885 a 1895*

Livro de 200 folhas brancas de papel razão, de 328×220 mm. As fls. 196v-200r encontram-se em branco. A fl. 192 está solta.

5.9.1.5. *Livro de receita e despesa, de 1895 a 1901*

Livro de 150 folhas brancas pautadas de papel razão, de 318×220 mm.

5.9.1.6. *Livro de receita e despesa, de 1901 a 1906*

Livro de 280 folhas brancas de papel razão, de 348×222 mm, numeradas por meios mecânicos.

5.9.1.7. *Livro de receita e despesa, de 1906 a 1918*

Livro de 198 folhas de papel branco razão, de 316×216 mm, de que foram aproveitadas as guardas, encontrando-se em branco apenas o verso da 1.^a guarda e o recto da 1.^a folha.

5.9.1.8. *Livro de receita e despesa, de 1918 a 1921*

Livro de 200 folhas de papel razão, de 322×220 mm, das quais só foram utilizadas 37: as fls. 37v-200 encontram-se em branco.

5.9.2. RESUMOS MENSAIS

5.9.2.1. *Livro de receita e despesa, de 1855 a 1867*

Livro de 198 folhas brancas lisas, de 330×221 mm. Encontram-se em branco as fls. 1v e 103v. Falta a fl. 11.

5.9.2.2. *Livro de receita e despesa, de 1867 a 1878*

Livro de 194 folhas brancas pautadas, de 316×221 mm. Encontram-se em branco as fls. 1v e 91v-193r.

5.9.2.3. *Livro de receita e despesa, de 1904 a 1912*

Livro de 148 folhas de papel razão, de 320×222 mm. Encontram-se apenas em branco as fls. 147v-148v. Não tem termo de encerramento, embora tenha o de abertura.

5.9.2.4. *Livro de receita e despesa, de 1912 a 1923*

Livro de 152 folhas de papel branco impresso para este fim e instituição, de 320×222 mm, a 1.^a das quais não numerada.

5.9.2.5. *Livro de receita e despesa, de 1923 a 1933*

Livro de 148 folhas azuis impressas para este fim e esta instituição, de 320×220 mm. Encontram-se em branco as fls. 147v-149r.

5.9.2.6. *Livro de receita e despesa, de 1934 a 1947*

Livro de 202 folhas brancas impressas para este fim e esta instituição, de 311×216 mm. Uma das folhas não está numerada. Estão em branco as fls. 72v, 93r e 193v-201r.

5.9.3. RESUMOS ANUAIS

5.9.3.1. *Livro de receita e despesa, de 1827 a 1858*

Livro de 244 folhas brancas lisas, de 298×208 mm. O termo de aber-

tura data de 3/9/1838 e o de encerramento de 7/9/1853. Mas o primeiro lançamento é o das contas do mês de Julho de 1827 (fl. 1) e o último é de 3/6/1858, o que concorda com o rótulo do espelho. Encontram-se em branco as fls. 236v-244r.

5.9.3.2. Livro de receita e despesa, de 1855 a 1874

Livro de 190 folhas brancas lisas, de 328×220 mm. Encontram-se em branco apenas as fls. 1v, 129r e 153-190r. O termo de abertura está datado de 5/1/1857 e o de encerramento de 22/2/1856. Mas os lançamentos mais antigos são de 1855 (fl. 2), o que coincide com as indicações da lombada e do rótulo do espelho.

5.9.3.3. Livro de receita e despesa, de 1880 a 1892

Livro de 48 folhas brancas pautadas, de 318×219 mm. Encontram-se em branco apenas as fls. 47v-49r.

5.9.3.4. Livro de receita e despesa, de 1893 a 1904

Livro de 48 folhas brancas pautadas, de 310×211 mm.

5.10. LIVROS CAIXA

5.10.1. Caixa, de 1833 a 1887

Livro de 52 folhas pautadas, de 314×211 mm, numeradas só até 4. Não tem termos de abertura e de encerramento. Encontra-se em branco o recto da fl. 1.

5.10.2. Caixa, de 1887 a 1890

Livro de 50 folhas de papel azul pautado escritas em estilo de mapa contabilístico, de 319×220 mm.

5.10.3. Caixa, de 1894 a 1897

Livro de 48 folhas brancas pautadas utilizadas em forma de mapa contabilístico, de 312×211 mm. Encontram-se em branco as fls. 10r, 25r e 45r.

5.10.4. Caixa de 1897 a 1900

Livro de 50 folhas brancas pautadas usadas em forma de mapa contabilístico, de 316×216 mm. Encontra-se em branco apenas o recto da fl. 18.

5.10.5. Caixa, de 1900 a 1905

Livro de 48 folhas pautadas usadas em forma de mapa contabilístico, de 318×216 mm.

5.10.6. Caixa, de 1909 a 1911

Livro de 46 folhas pautadas de papel razão de 319×224 mm, sem termos de abertura e encerramento.

5.10.7. Caixa, de 1911 a 1913

Livro de 48 folhas de papel razão, de 324×224 mm, não numeradas e utilizadas também em mapa. Encontra-se em branco o recto da 1.^a folha, que foi utilizado para rascunho de contas. Também não tem termos de abertura nem de encerramento.

5.10.8. Caixa, de 1913 a 1922

Livro de 98 folhas brancas pautadas, de 317×212 mm, não numeradas, onde foram dados a tinta os traços verticais necessários. Não tem termos de abertura e de encerramento. Encontram-se em branco o recto da 1.^a folha utilizado para rascunho de contas e o verso da 98.^a

5.10.9. Caixa, de 1922 a 1936

Livro de 148 folhas de papel razão, de 331×221 mm. As folhas 1v-5v tinham sido utilizadas para resumo diário da receita e despesa, de 1888 a 2/7/1906, conforme termo de abertura de 3/7/1888, escrito a fl. 1r. Estas folhas juntamente com a 6 (com o recto em branco) foram presas com um *attache*, quando o livro passou a ser reutilizado para caixa. O registo de caixa epigrafado cobre as fls. 6v-106r, 108v-112r e 114v-148r: a fl. 106v encontra-se em branco, a 107 contém no recto e no verso uma conta corrente de débito de capital e juros por escritura de 8/9/1888, com lançamentos desde 19/3/1890 a 31/12/1904, data em que a dívida foi liquidada; as fls. 108r e 112v encontram-se em branco; a fl. 113r contém uma conta corrente de débito de capital mutuado por escritura de 14/10/1898, com lançamentos de 23/12/1900 a 14/5/1902, data em que foi liquidada a dívida; a fl. 113v o mesmo, por escritura de 24/12/1901 liquidada em 31/12/1906; a fl. 114r encontra-se em branco. Até 1925 os termos de escrituração eram «Receita» e «Despesa»; a partir desta data, passou a ser «Deve» e «Haver».

5.10.10. Caixa, de 1936 a 1946

Reutilização também de um livro de 116 folhas azuis, de 318×213 mm destinado a registo de caixa dos movimentos de capitais mutuados conforme consta do cabeçalho das suas folhas impressas para este efeito e esta instituição, não numeradas. Para os fins iniciais foram utilizadas as primeiras 15 folhas, que foram presas com um *attache* quando o livro passou a ser utilizado para o registo de movimento de caixa referido. O movimento de capitais registado processou-se entre 25/12/1910 e 31/10/1913. Encontram-se em branco o verso da 15.^a e o recto da 16.^a folha.

5.10.11. Caixa, de 1947

Livro de 68 folhas brancas de papel razão, de 318×218 mm, das quais apenas 7 utilizadas. Não tem termos de abertura e de encerramento.

5.10.12. Caixa, de 1948 a 1955

Livro de 148 folhas, das quais a primeira não foi numerada, brancas, de papel razão, de 316×221 mm. Estão em branco as fls. 25r e 143v-147r.

5.10.13. *Caixa, de 1956 a 1963*

Livro de 198 folhas brancas de papel razão, de 324×222 mm. Encontram-se em branco as fls. 197v-198r. Muito danificado pelo uso, a fl. 9 está solta, e faltam as fls. 24, 25, 60 e 69.

5.10.14. *Caixa, de 1963 a 1970*

Livro de 200 folhas brancas de papel razão, de 326×216 mm.

5.11. BALANÇOS E BALANCETES

5.11.1. *e*

5.11.2. *Balancetes, de 1859 a 1870*

Dois livros de 32 folhas cada um (numeradas até 34 por terem sido incluídas na numeração as guardas) brancas, lisas, de 265×395 mm. Encontram-se em branco as fls. 1v-2r e 29v-34r.

5.12. MAPAS COMPARATIVOS DA RECEITA E DESPESA

5.12.1. *Mapa comparativo, de 1908 a 1947*

Livro de 202 folhas azuis pautadas e impressas para este fim e instituição, de 310×215 mm, não numeradas. Não tem termos de abertura nem de encerramento. Foram utilizadas apenas 140 folhas para mapa comparativo mensal, seguindo-se-lhes 62 não utilizadas.

6 — DIVERSOS

6.1. *Apontamentos biográficos e económicos de Joaquim Soares Estanislau (1826-1902)*

Livro de 92 folhas brancas lisas, de 325×244 mm, não numeradas. Contém apontamentos biográficos de Joaquim Soares Estanislau (1826-1902) com apontamentos do nascimento dos seus filhos (3fls.); apontamentos referentes a juros de propriedade, o mais antigo dos quais de 1869 e o mais recente de 1894 (21 fls.); «Rateação da porção paga à Sereníssima Casa de Bragança do praso denominado das erdades que forão de Antonio Gonçalves Paredes» (2 fls.); apontamentos de contas (2 fls.); e em branco 63 fls..

(continua)



Quinta da Barca do Lago: a carta de brasão de armas foi passada a 12 de Novembro de 1743, a Manuel Machado de Miranda Pereira, sargento-mor de Esposende.

A FISIONOMIA DE CAMÕES

Bernardo Xavier Coutinho

1.º — OS MAIS ANTIGOS RETRATOS DE CAMÕES

(SÉCS. XVI-XVII)

Foi só a caminho de Esposende, quando fui tomar parte na Semana Cultural promovida pela Câmara Municipal, em 1981, que o tema escolhido se clarificou (ou especificou?) no meu espírito. A troca de impressões com o meu convidante (e transportador), o Dr. Manuel A. Neiva, muito ajudou. É que eu me convenci, psicologicamente, de que não seria inútil rever ou focar, sinteticamente, ao menos este aspecto, normalmente ainda pouco esclarecido junto do grande público:

Camões foi cego do olho *direito* ou do olho *esquerdo*?

Pois começemos com este aspecto que tem, realmente interesse histórico, dada a personalidade do Poeta que é, como Ariosto, Tasso, Virgílio ou Homero, não apenas nacional, mas inegavelmente internacional. É problema que encarei há já bastantes anos (Camões e as Artes Plásticas, vol. I, 1946, pp. 5-18) e, mais recentemente, em *O Tripeiro* (19 vol., 1972).

O problema da vera efígie de Camões, ou dos seus retratos mais antigos, de há muito suscita o interesse da erudição portuguesa. Nomeadamente, Afonso de Dornelas, no primeiro quartel do séc. XX, consagrou-lhe o maior cuidado. Nós, pessoalmente, em 1946, procurámos reunir todos os elementos que proporcionassem uma opinião segura. E, logo no início do 1.º volume de *Camões e as artes plásticas*, escrevemos a este respeito:

«Dois retratos estão na base de toda a iconografia camoniana: um, o que foi desenhado por Fernando Gomes, aí por 1570, e o outro, o retrato oriental, datado de 1581.

Há pouco ainda reveladas, estas espécies notáveis são a verdadeira certidão de autenticidade, em contra-prova, dos traços fisionómicos de Camões que, no século XVII, as gravuras de A. Paulus (1624) e Pedro de Villa Franca Malagón (1639), popularizaram, superabundantemente, levando-os, pelo prelo, a todos os recantos da Terra.

Constituem dois grupos distintos, mas, não havendo contradição entre eles, podemos crer que possuímos, aproximadamente, os traços fisionómicos do nosso grande Poeta nacional».

Foi com estas palavras que iniciámos a exposição do problema da vera effigie de Camões, há anos.

Realmente, três retratos, executados no séc. XVI, constituem o limiar da iconografia camoniana propriamente dita:

- a) o que foi feito por Fernando Gomes (1570?) talvez executado do natural, em Lisboa, quando o Poeta se encontrava em idade madura e já gasto fisicamente;
- b) o que foi executado, em Goa, em 1581, por um pintor oriental, possivelmente de origem e inspiração etíope, de nome H. Lopes; este artista (amigo pessoal do poeta ou seu companheiro de andanças e perigos) fez o retrato, imaginativamente (de cor?), segundo as indicações que lhe foram fornecidas por vários amigos;
- c) um outro retrato, revelado ultimamente, foi *Camões na prisão de Goa*.

Este retrato, recentemente conhecido, foi atribuído ao grande cartógrafo Fernão Vaz Dourado que demorava em Goa na altura. Como retrato, é uma espécie com o maior interesse. Não há dúvida. Que seja obra de um grande artista como este, isso não parece nada aceitável.

Dados os estragos sofridos na parte inferior, com a moderna técnica da radiografia, talvez um dia se possa ler o que lá foi escrito e assim se desvendará um mistério. Enquanto isso não suceder, para mim, trata-se de um retrato precioso, altamente interpretativo. Precioso mesmo. Mas, infelizmente (ou felizmente?) para já é obra de um artista indiscutivelmente habilidoso, mas sem grande preparação técnico-artística mesmo elementar pois os erros de perspectiva cometidos são tais que só a hipótese de ser um auto-retrato me parece aceitável. É obra de um amator; não tem nada de um artista pintor.

Assim Luiz de Camões, além de grande épico, de fama mundial que foi, além de lírico grande escritor bilingue que é, pode ter feito o seu auto-retrato, dentro da prisão, com a mão estendida a pedir esmola na sua infelicidade.

Este retrato, *Camões na prisão de Goa*, a nosso ver, é indubitavelmente quinhentista, constituindo mais uma confirmação valiosa da fisionomia camoniana e respectiva cegueira, o que não é nada despidendo.

No que diz respeito, propriamente, à história desta interessantíssima espécie aceitamos, na íntegra, as conclusões de Maria Antonieta Soares de Azevedo, na revista *Panorama* (n.º42-43, IV série, Setembro de 1972, pp. 96-103). Apenas uma dúvida se nos levantou no espírito quanto ao seu autor. Será, realmente, como ela sugere, obra de Fernão Vaz Dourado, como acabamos de dizer?

Creemos que não, por várias razões, mas sobretudo, porque a técnica deste iluminador-desenhador não ultrapassa, um amadorismo flagrante, patente no retrato de *Camões na prisão de Goa*; tendo em conta este facto, é impossível aceitar que F. Vaz Dourado não soubesse fazer melhor, como é



*Retrato de Camões feito em Goa (1581)
pelo pintor etíope H. Lopes*

absolutamente inadmissível que ele cometesse os erros crassos patentes neste retrato. É que este cartógrafo desenhava com mestria, com a preocupação permanente de ínfimas minúcias, além de que conhecia, perfeitamente, as regras da perspectiva. Por isso mesmo, será, realmente, elemento válido, como indicativo de nome de F. Vaz Dourado, apenas a letra *V*, visível no retrato? Mas, então porque não há-de ser antes obra de um outro *Vaz* qualquer? Há tantos com este nome de família! Até o próprio Poeta, o nosso Épico, era *Vaz* de Camões.

Mas, para já, anotemos apenas o *amadorismo* escandaloso, flagrante, deste retrato, aliás muito expressivo, curioso e interessantíssimo, em que Camões, com gestos largos e eloquentes, ostenta, na mão esquerda, espalmada, um objecto que não é uma pedra, mas sim uma moeda. Sim, o dinheiro, essa desgraça necessária, devido à qual ele, que não nadou em abundância, pôde ter ido bater com os ossos na prisão. Quem sabe? Seria para comer, isto é, para encher a tijela e o prato colocados sobre a mesa, que ele teria delinquido? Coitado! Pobre idealista! Camões, que só pensava em livros, nos seus versos, em ler (os livros estão na parede, em «étagères» ou prateleiras suspensas da parede) e em escrever borrões poéticos que se vêem sobre a mesa..., acabou miseravelmente. Todos o sabemos apesar da pensão que lhe foi conferida e não era miserável.

Pois bem, não é de outra sorte que Camões é visto na prisão de Goa. Assim mesmo. Por isso, dados os erros de que está pejado, quanto a nós, este retrato, com o maior interesse iconográfico, não pode ser atribuído a um qualquer artista iluminador, com real categoria, como um F. Vaz Dourado, conhecedor do seu ofício, o qual não poderia fazer uma obra de puro amadorismo, mesmo escandaloso, como o deste retrato de Camões na prisão.

Exemplifiquemos o *amadorismo* em causa:

1. — é absolutamente flagrante a falta de perspectiva no desenho da mesa junto da qual Camões, sentado, tendo na sua frente os seus manuscritos ou borrões, ostenta na mão esquerda uma moeda; sobre a mesa uma tijela e um prato;

2. — duas cartelas sobrepostas, no alto, à esquerda, como se fosse uma janela, através da qual se observa a paisagem visível da prisão, na *gaucherie* com que são desenhadas, constituem um arranjo infeliz e impróprio, um verdadeiro atropelo técnico de que só um amador seria capaz;

3. — a bilha, no chão, ao lado da mesa, juntamente com a imperfeição dos punhos brancos da camisa e do bigode, a pormenorização das pernas e dos sapatos, além do esfarrapado do vestuário, denotam falta de técnica; são fruto sazonado de puro amadorismo.

4. — a própria preocupação do tracejado nas pedras da parede, assim como as caravelas desenhadas com remos ao longo do costado, o que é um erro por distração (as fustas é que tinham remos), só se explicam por puro amadorismo;

5. — nas paredes, suspensas, estão duas prateleiras com grossos volumes; pois uma delas pende, à direita, de uma parede que não existe, como o de-

monstra a cama, ou catre, sobre a qual se vê um desenho pergaminácio com caravelas;

6. — finalmente, o autor do retrato desenhou muito mal, sem qualquer perspectiva, a mastreação com gávea de uma caravela que Camões, sentado à mesa, não podia ver. E o desenhador, F. Vaz Dourado, também não.

Assim, com todos estes atropelos, não há dúvida de que este retrato é obra de um amador autêntico; de forma alguma de um artista plástico, com suficiente preparação técnica. Denotam-no, igualmente, a maneira de desenhá-lo, assim como o próprio colorido.

Mas então, quem terá sido o autor deste curioso e interessantíssimo retrato?

Pois é aqui que está a maior ousadia que pretendo apresentar, aliás sem provas, a medo, como sugestão que não é apenas minha, mas subscrevo gostosamente: o desenhador-amador, que fez este retrato, é o próprio Camões, grande poeta, admirável pintor da natureza, um homem perseguido, incompreendido, frustrado, com necessidade íntima de guardar, dos tempos infelizes, passados na prisão, uma recordação viva, realista, expressa num desenho de ocasião. Possivelmente um caso, fruto de pura evasão psicológica. Uma brincadeira-entretenimento.

Infelizmente, não podemos comprovar esta afirmação. Ousamos, unicamente, fazê-la como simples sugestão, sem mais, sem qualquer outra ambição.

Por outras palavras, parece-nos que Camões, numa hora trágica da sua vida, exprimiu o seu sofrimento atroz, a sua revolta, fotografando-se no ambiente em que viveu, com as figuras dos seus ferozes perseguidores que ele colocou aos seus pés, perto da cadeia partida com que o agrilhoaram e da qual a sua celebridade e imortalidade futuras fariam ignomínia. Mais ainda. A ideia de representar o local em que esteve, só ao próprio Camões poderia surgir, como uma lembrança profundamente pessoal, psicológica, de um homem irrealizado, abatido, revoltado com a incompreensão que sempre encontrou na vida.

Ora, duas anotações manuscritas são informação no saco verde em que o retrato foi guardado. Uma delas interessa sobremaneira; a que é concebida nestes termos precisos:

«Luis de Camões / preso e tendo aos pés quem / quis perdelo

Pintado nas Indias e foi do propio. 1(57)0.»

É evidente que uma tal afirmação, desprevenidamente lida (à pressa) parece dizer, exclusivamente, que o retrato foi «propriedade» do Poeta: «foi do propio». Mas, será realmente só isto que quer dizer? Apenas foi propriedade de Camões? Cremos que não. Indo mais longe, concluiríamos até, que, sendo sua propriedade e feito por outrem, Camões não era tão pobre como consta, pois ainda dispunha de meios suficientes para se dar ao luxo de encomendar e pagar o seu retrato em pergaminho. Roto e esfarrapado, na prisão, onde foi ele arranjar o dinheiro para tanto? Por isso mesmo, talvez seja mais intuitivo e lógico atribuir a sua propriedade ao *próprio* Camões.

E não será isso o que talvez queira dizer a anotação citada? A ser assim, estamos perante um auto-retrato. E, se assim for, este interessante retrato, agora divulgado, fica mais explicado ou, mais exactamente, entende-se melhor; ele *próprio* entreteve-se a desenhar e a pintar esse Poeta genial que era e, durante algum tempo, respirou, com custo, através do filtro horripilante das grades férreas de uma prisão onde, por certo, não se sentia bem, mas onde teve, como evasão, ao menos o conforto de se ver acompanhado pelos seus livros, a escrever, à vontade, a poesia que lhe ditava, em catadupas, a sua sensibilidade artística e poética.

Realmente, que melhor vingança psicológica podia Camões exercer contra os seus inimigos, do que pô-los aos seus pés, antecipadamente vencidos, pelo seu talento de imortal?

Oxalá futuras investigações radiológicas confirmem a nossa sugestão ou indiquem novas pistas. Para já contento-me com esta hipótese — mera hipótese aliás — que me sugeriu o pintor amigo Gouvêa Portuense, um artista, *enragé* de Camões, que, além de nos fornecer uma belíssima edição de *Os Lusíadas*, verdadeira sinfonia de cor, que foi lançada na cidade do Porto¹, há muitos anos, pacientemente, devotadamente, ilustrou, letra a letra, caligrafando-as, todas as estrofes e as cenas mais características da epopeia nacional.

Pessoalmente, devo-lhe e agradeço-lhe esta sugestão, a ele que é um novo Julião Machado, a sonhar alto, no desespero do tempo que passa irremediavelmente, com a ilustração completa, total, do poema dos *lusíadas* (portugueses) de todos os tempos.

Assim houvesse quem quisesse ajudá-lo! Ele, com esta obra já muito adiantada, terminá-la-ia a bem de todos, para prestígio da cultura nacional; sem isso, talvez fiquemos, mais uma vez, com uma obra inacabada. Mais um caso de frustração nacional a que Portugal anda habituado.

Infelizmente não se pode garantir que estes retratos tenham sido conhecidos no séc. XVII; tão pouco se pode afirmar que eles tenham influenciado os artistas que executaram, neste século, os retratos que tornaram familiar, através do prelo, em todos os quadrantes da cultura internacional, a vera *effigie* de Camões.

Mas, curiosamente, digamo-lo desde já, estes retratos seiscentistas são concordantes com os retratos quinhentistas focados, facto que não é despiçando no estudo da iconografia camoniana, mesmo sem se provar que foram conhecidos.

São os seguintes os referidos retratos do século XVII em que Camões é cego do olho direito:

- a) o da gravura de A. Paulus ou A. Parols (1624);
- b) o retrato oval aberto ou gravado por Agostinho Soares Floriano (1641);
- c) o retrato gravado por Pedro de Villa Franca Malagón (1639), publicado no tomo primeiro das «*Lusíadas* de Luis de Camões, Príncipe de los Poetas de España» que foi apresentado a ladear, à esquerda de quem olha, o retrato do seu comentador e não re-



Retrato de Camões por A. Paulus (ou Parols) — 1624



*Retrato de Camões por Agostinho Soares Floriano (1641)
cego do olho direito*



Retrato de Camões cego do olho direito por inversão premeditada de Pedro de Villa Franca Malagón (1639)



*Retrato de Camões (séc. XVI)
que confirma a cegueira do olho direito*

pugna que seja desenho do próprio Manuel de Faria e Sousa, mas é cego do olho esquerdo.

São estes os documentos que nos comprovam os dados fisionómicos do nosso épico com os quais temos bem delimitada a situação exacta dos nossos conhecimentos quanto á iconografia-base de Camões.

Entretanto, para maior desenvolvimento, podem consultar-se os estudos de Afonso de Dornelas, além dos elementos que fornecemos no nosso *Camões e as artes plásticas*, com os quais se estabilizou o problema em causa (1946).

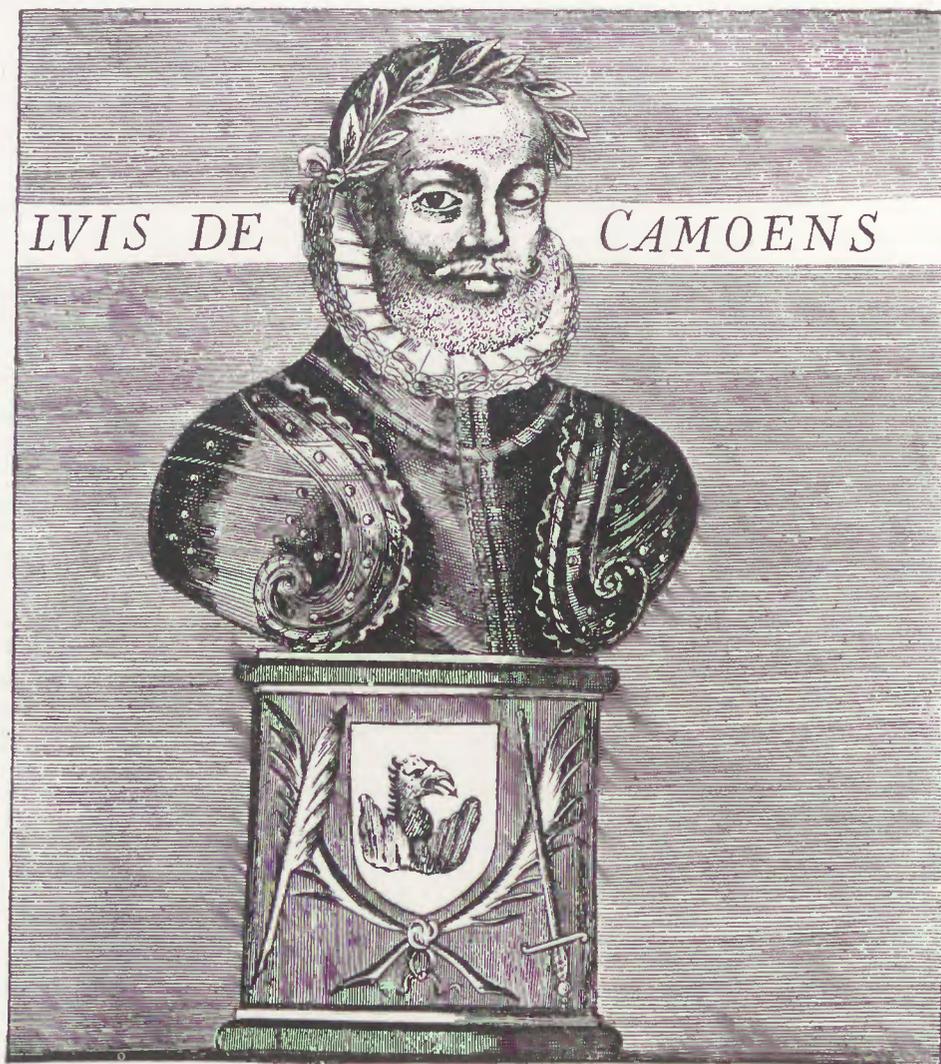
Mas o tempo foi passando e os resultados obtidos mantiveram-se. Porém, recentemente, foram aumentados com o valioso estudo do Doutor A. A. Gonçalves Rodrigues, Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, que teve a sorte inaudita de comprar e poder comunicar o retrato camoniano do séc. XVI, cujo estudo, nos foi negado, ferozmente, pelo falecido aquarelista Alberto de Sousa. Agora, com mais este retrato, ficou confirmada a posição tomada quanto aos retratos mais antigos de Camões com os quais se conhecem os traços fisionómicos do Poeta; com eles possuímos, efectivamente, os dados fundamentais da sua iconografia, base de toda a figuração do Épico nacional.

2.º — CAMÕES FOI CEGO DO OLHO DIREITO OU DO OLHO ESQUERDO?

Aproveitemos a oportunidade para tentar responder a esta pergunta. De que olho era cego Camões? Do olho direito ou do esquerdo? É que as duas hipóteses surgem nos retratos do Poeta do séc. XVII.

Efectivamente, segundo o mais antigo (1624) do gravador A. Paulus (ou A. Pawls), Luís de Camões é cego do olho direito; no retrato, porém, de Pedro de Villa Franca Malagón (1639), ele é cego do olho esquerdo. Que pensar? Qual deles falará verdade? Faria e Sousa, com Pedro de Villa Franca Malagón (1639), ou o gravador A. Paulus (1624) e o próprio M. de Faria e Sousa (1636)?

A resposta, sem ser difícil, tem que ser fundamentada. E acrescentemos, desde já, que o critério cronológico, por si só, não basta; o retrato mais antigo pode enganar-nos, pois nada prova que o mais moderno não seja o verdadeiro. Simplesmente, no caso *sub judice*, têm, necessariamente, audiência os retratos mais antigos (séc. XVI); como é óbvio, estes é que têm de ser confirmados ou infirmados. Ora, segundo o retrato de A. Paulus (1624), Camões é cego do olho direito; é-o, igualmente, no retrato de Agostinho Soares Floriano (1641), sete anos depois. Por acaso, os retratos do séc. XVI (Fernando Gomes, 1570, e H. Lopes 1581: Camões na cadeia) estão de acordo, ficando portanto, indiscutível, que o Poeta cegou do olho direito nas lutas guerreiras em que se envolveu. Portanto, bastará que se explique a anomalia ou discordância do retrato apresentado por Manuel de Faria e Sousa (1639), para que toda e qualquer dúvida desapareça. Ora que é que teria motivado este caso



*Retrato de Camões por Th. Cross (1655)
cego do olho esquerdo*

*Cópia do retrato invertido por Pedro de Villa Franca Malagón,
a partir do qual Camões não é cego do olho esquerdo, mas do olho direito*

anómalo? Em nossa humilde opinião, o caso é explicabilíssimo; a cegueira do olho esquerdo de Camões, em vez do olho direito, foi, pura e exclusivamente, resultante de um fenómeno de *inversão*. Quer dizer, sempre que se fazia uma reprodução em gravura (exactamente como nos negativo-positivos actuais da fotografia moderna) havia que ter especial cuidado, a fim de a evitar. Todos o sabem; os antigos gravadores, para fugir a este perigo até gravavam, normalmente, a imagem a partir de um espelho. Assim mesmo. Pois que deve ter acontecido? O gravador, Pedro de Villa Franca Malagón, facilitou e enganou-se. E talvez não só isso. Pode muito bem ter sido vítima de um equívoco propositado; como o retrato de Camões foi colocado, lateralmente, a ombrear com o do seu célebre comentador, foi-lhe dada a direita e teve que ficar a olhar para o seu benemérito comentador. Para tanto, bastou inverter o retrato e Camões ficou, automaticamente, logo cego do olho esquerdo. Aconteceu o mesmo com o pelicano da portada da edição «princeps» de *Os Lusíadas* (1572). Não se esqueça isto.

Como é fácil de compreender, no futuro (sécs. XVII e segs.), sempre que se copiou o retrato, publicado por Manuel de Faria e Sousa, Camões ficou cego do olho esquerdo, como aconteceu com o gravador inglês Thomas Cross (1655), ao ilustrar a tradução de *Os Lusíadas*, em inglês, de Richard Fanshaw; sempre que a fonte era outra, a cegueira estava no olho direito. Assim mesmo. E nada mais.

Finalmente, resta acrescentar que o retrato de Camões do séc. XVI, ultimamente apresentado, também é cego do olho direito, o que vem confirmar a nossa explicação-presunção, de maneira mais incisiva ainda.

Assim, nada menos de três documentos iconográficos do séc. XVI, alguns contemporâneos do Poeta, comprovam que ele era cego do olho direito. Repetem isto mesmo todos os retratos do séc. XVII, com excepção do de Pedro de Villa Franca Malagón (1639), o tal que deve ter sido invertido propositadamente a favor de Manuel de Faria e Sousa.

Mas, não é tudo. Uma confirmação iniludível desta explicação, é-nos dada por um desenho autógrafo que nos deixou o próprio Manuel de Faria e Sousa, feito em 1636. Neste seu trabalho artístico (não repugna que ele seja, também, o autor do original que foi invertido por Pedro de Villa Franca Malagón), Camões é cego do olho direito.

Por outras palavras, o próprio Manuel de Faria e Sousa, que propalou o retrato de Camões, é cego do olho esquerdo, nos seus comentários; porém, pessoalmente, tinha opinião contrária, pois desenhou Camões *cego do olho direito*, o que estava conforme com a verdade que o gravador falseou. É um facto.

Um desenho original de Manuel de Faria e Sousa, sobre o qual este operoso camonianista escreveu:

«es mi original que se imprimió en Madrid. Año 1638», afirmação que não é inteiramente verdadeira, pois o retrato, realmente impresso neste ano, em Madrid, é algo diferente; este desenho serviu muito provavelmente, como apontamento de base para a captação dos elementos iconográficos apresentados, por Pedro de Villa Franca Malagón (1639).



Dois retratos de Camões por Manuel Severim de Faria (1639)
 um cego do olho direito no desenho original e outro
 cego do olho esquerdo na gravura de Pedro de Villa Franca Malagón

3.º — O NOME DO AUTOR DO CÉLEBRE RETRATO-ILUMINURA DE CAMÕES DATADO DE 1581²

O primeiro volume de *Camões e as Artes plásticas*, ao estudarmos a linda iluminura que foi feita em Goa, em 1581, segundo se pensava, por um certo Pinto, deixou-nos a suspeita, que não podíamos comprovar, de que o autor fosse não um senhor chamado *Pinto*, mas alguém, oriental, chinês provavelmente, que, de cor, com indicações generosamente dadas por amigos de Camões, aceitou o encargo de fazer um retrato deste poeta. Foi desta forma executada uma linda iluminura que hoje se encontra em Lisboa, na Casa da Anunciada, propriedade do Senhor Marquês do Rio Maior. Com a bondosa autorização deste Excelentíssimo Senhor pudemos, no volume referido, reproduzi-la a cores e pela primeira vez na história (1946).

Neste momento temos muito gosto em agradecer aqui a autorização dada.

No nosso estudo, baseado nas investigações de Afonso de Dornelas, concluímos o seguinte:

1 — A iluminura tinha para nós interesse invulgar; antes de as Artes Gráficas divulgarem a efigie de Camões, através da gravura de Pedro de Villa Franca (1639) ou da que ilustrou os *Discursos vários* (1624) de Severim de Faria, já a fisionomia do Poeta estava arquivada nesta iluminura.

Por outro lado, como a fisionomia aqui representada, não discordava da que *viu* Fernando Gomes, no seu também célebre retrato, podia concluir-se, sem esforço, que, com estes dois espécimes, é que nós devíamos imaginar os traços fisionómicos de Camões, nomeadamente o facto da sua cegueira no olho direito.

2 — O autor era alguém que se chamava *Pinto*? À falta de melhor explicação era esta, a mais fácil por intuitiva, que devia reter-se. Este autor, pelo menos, era oriental, dadas as características do desenho, do fâcies representado, olhar oblongo achinesante, ornamentação claramente ultra-ocidental.

Este autor trabalhou em Goa; sabíamos-lo porque datou de lá o seu trabalho. E tanto podia ser da Cina, como de Macau, expatriado em Goa onde acorriam várias gentes de toda a parte nesses tempos longínquos em que os portugueses construíram um para-império sobre as realidades económicas que outros, os Árabes musulmanos, não souberam manter perante a organização sistemática conhecedora das realidades, prática e depois sempre valiosa, dos nossos navegantes Afonso de Albuquerque à frente.

3 — Aceitávamos o nome do pintor iluminador como sendo o dum senhor Pinto que gatafunhou por debaixo uns sinais incompreensíveis, hieroglíficos que, até ver, continuavam à espera de quem pudesse interpretar-lhes, o impenetrável segredo.

Mas suspeitávamos que esses sinais fossem afinal o verdadeiro nome do autor, escrito em língua oriental, no seu alfabeto próprio, que um dia alguém poderia interpretar. Nesse caso o tal Pinto não seria uma pessoa, mas o pretérito perfeito do verbo pintar (pinto = pintô por pintou); como quem diz: *pinxit*.

À falta de qualquer outro conhecimento sobre o assunto, que não tínhamos, que ninguém nos transmitiu, deixámos a dúvida impertinente à espera.

Ora agora acabamos de verificar que não foi em vão a nossa esperança. O Senhor A. R. Nykl que não conhecemos, mas a quem prestamos a nossa rendida homenagem de admiração, publicou um pequeno artigo na revista *Modern Language Notes* (Junho de 1950, págs. 403-404) que, por ser sobre maneira interessante, para aqui trasladamos, com a devida vénia, pois, com ele, muito se ficou a saber³. Oxalá outros possam, mais tarde, dizer-nos muito mais.

Para já, aqui fica o sitado estudo. Intitula-se *An artist's signature* (Uma assinatura dum artista) e é como segue, traduzido integralmente em vernáculo:

«No seu livro intitulado *Camões e as Artes Plásticas* (Porto, 1946), B. Xavier Coutinho inclui um capítulo àcerca do «Retrato de Camões por Pinto (?) [1581]», nas págs. 9-18. Uma excelente reprodução a cores precede o estudo⁴ juntamente com a lista de publicações em que o retrato tem sido reproduzido até à data da publicação de *Camões e as Artes Plásticas*.

O retrato mostra, pelos seus traços gerais, que foi feito por um artista local em Goa, segundo descrições obtidas junto de amigos locais do poeta que tinha morrido em Junho do ano transacto. Uma cercadura circunda o retrato, em que se lê: «*Ov retrato de Luis de Camões ofresido ov Rey D. Luiz de Athayde por Fernão Telles de Menezes*».

O artista escreveu *ov Rei por ao Vice-Rei*, que morreu em 9 de Março de 1581.

Em baixo no canto esquerdo o artista assinou como se segue:

GOA 1581

卍卍卍卍

PINTO

O autor do livro mencionado comenta a págs. 17:

«Para terminar esclarece-se que, até hoje ninguém ainda deu uma explicação dos sinais orientais que acompanham a data no canto esquerdo da iluminura.

Ignoramos a sua significação. Serão eles o nome do autor oriental, chinês porventura? Nesse caso aquele «Pinto» seria não um nome, mas a terceira pessoa do pretérito perfeito simples do verbo pintar, lido pintô. Nada se pode dizer, com certeza, sobre o assunto. Até ver a iluminura é de um senhor Pinto, oriental sem dúvida, chinês provavelmente.»

Uma coisa se sabe com certeza; a escrita oriental usada pelo artista tem as características do alfabeto Etiópico, usado em diversas línguas da Abissínia, nomeadamente naquelas em que as palavras são separadas por

dois pontos e os fins das frases são marcadas por quatro pontos. Isto e o estilo geral artístico do retrato, elimina a sugestão de que o artista fosse chinês «porventura» ou «provavelmente».

A comparação de quatro cartas com escrita etiópica leva-me a acreditar que o artista, muito provavelmente, tenha sido um Cristão Abissínio vivendo em Goa, sob um nome português⁵ neste caso: *H. Lopes*.

Este é o caso geral da população nativa da pequena colónia, cuja língua de origem é konkani, um dialecto de Marathi. Além disso a «fonética» do artista quanto à ortografia portuguesa mantém a sugestão da palavra «pinto» como se fosse escrita «pintou», i. e. «pinxit».

O Professor Enno Littmann de Tübingen, a primeira autoridade em língua abissínia, teve a gentileza de examinar esta minha sugestão e concordou com ela. Na sua opinião as letras parecem-se com a leitura: *H. Lopes* (s. z.).

Posterior pesquisa pode lançar luz adicional sobre o problema.

Cambridge, Mass.

A. R. NYKL.

Aqui está a grande novidade trazida, inesperadamente, à publicidade por A. R. Nykl, com a aprovação do grande especialista alemão Professor Enno Littmann, da Universidade de Tübingen. Garantidos com autoridade desta categoria ficamos a saber:

1 — O artista que pintou a iluminura é não *Pinto* mas um senhor que se chama *H. Lopes*. Não é *Pinto* mas *pintou*.

2 — A sua assinatura foi escrita em ortografia etíope num alfabeto que era usado em várias línguas da Abissínia.

3 — Provavelmente o autor foi um cristão abexim que vivia em Goa, com nome português, um daqueles numerosos cristãos do reino do Preste João que, no século XVI, ao ser assolado pelos mussulmanos do Adal e pelos turcos do Tigre que saquearam este país duas vezes no mesmo século, no meio de tanta infelicidade, foi um dos muitos que procurou abrigo, à sombra da nossa bandeira, em Goa, pouco tempo depois de por lá ter deambulado o estro de Camões.

É o que ficamos a conhecer. E é muito. Muito interessante também.

Mais um artista surgiu no céu da nossa história, para mais, ligado à glória imensa de nos ter conservado a sua *impressão* do que foi a vera effigie do nosso cantor nacional.

A iluminura-retrato só lucra com isso. E a história da arte deu entre nós mais um passo.

Oxalá, agora, se possa encontrar o *curriculum vitæ* do artista uma vez que lhe conhecemos finalmente o nome.

NOTAS

- ¹ Foi publicada pela Livraria Lelo & Irmão (Porto) em 1973.
- ² Mvsev, 1950, vol. V.
- ³ Devemo-lo à amabilidade do Dr. Hernâni Dias da Silva que no-lo comunicou.
- ⁴ Uma simples reprodução aparece no programa do último ano do Curso de Verão da Universidade de Coimbra (XXV Curso de Férias).
- ⁵ C. Conti Rossini, no seu artigo *Les ms. éthiopiens de la collection d'Abbadie*, in *Journal Asiatique* XIX (1912), p. 555, indica a causa por que os refugiados da Abissínia procuraram refúgio em Goa: «*Pendant le XVI^e siècle, l'Abyssinie chrétienne fut ravagée, tout entière, par les mussulmans de l'Adal; dans le même siècle, le Tigré, qui représentait la région plus avancée, fut saccagée de fond en comble au moins deux fois par les Turcs*».

ALGUMAS NOTAS SOBRE A URBANIZAÇÃO DE ESPOSENDE, E DO SEU CONCELHO

Bernardo José Ferrão

«Esposende tinha duas almas: A do Sul, que era piscatória e a do Norte, que era banbista».

Agustina Bessa-Luís,
in Memórias de Esposende

UMA PERSPECTIVA CONCELHIA (Fig. 1)

1 — Esposende é sede de concelho, faz parte do distrito e arquidiocese de Braga e possui uma área de 93,32 Km² distribuídos por quinze freguesias. A vila localiza-se no entroncamento da E. N. 13, que liga o Porto a Viana do Castelo, com a E. N. 103-1, que conectando Esposende a Barcelos se prolonga até Braga, ficando assim sensivelmente equidistante da Póvoa de Varzim (14 Km), de Viana do Castelo (15 Km) e de Barcelos (14 Km),, distando cerca de 40 Km do Porto e 35 Km de Braga. A situação descrita, coloca o concelho e particularmente Esposende numa situação ambígua face às áreas de influência dos três agregados que lhe são equidistantes, pressentindo-se a mesma ambiguidade, embora a um nível diferente, relativamente às áreas de influência das duas grandes cidades mais próximas, Porto e Braga.

Do ponto de vista administrativo é manifesta a importância da sede do distrito, Braga, dada a dependência hierárquica existente; do ponto de vista demográfico é detectável a influência do Porto como sugadouro de mão de obra excedentária e como local de trabalho de quadros médios e superiores; do ponto de vista económico é claro, o poder de Viana do Castelo, absorvendo parte da pesca efectuada, da Póvoa de Varzim, asfixiando intuítos industrializadores, e de Barcelos, concorrendo no plano agrícola, para não falar já da área metropolitana do Porto que acumula em última análise muita da riqueza produzida.

Assim, Esposende é hoje uma espécie de «terra de ninguém», que funciona apenas, como apoio da área rural concelhia, mas com condições geográficas que possibilitam um enorme potencial agrícola e piscatório, e qualidades paisagísticas que favorecem um grande desenvolvimento turístico.

2 — Uma análise das áreas livres do concelho de Esposende permite verificar que estas são na sua grande maioria constituídas por solos susceptíveis de utilização agrícola intensa. Deste tipo de solos se constituem as zonas livres de grande parte do concelho a sul do Cávado, várias e importantes manchas no interior a Norte do mesmo rio, e ainda uma faixa litoral também a Norte, de certa importância. Entre a faixa litoral e as manchas referidas, situam-se áreas livres constituídas por solos geralmente florestados, e a Sul do rio, junto à costa e ao longo da margem esquerda detectam-se igualmente áreas constituídas por solos semelhantes, destacando as zonas situadas a Sul de Ofir e da Apúlia.

A elevada percentagem de solos de qualidade a nível concelhio, tornam claras as condições excepcionais que apresenta do ponto de vista agrícola e florestal e explicam também a estreita relação, do ponto de vista da sua localização, entre áreas agrícolas e galomerados rurais ou urbanos existentes.

Daí que na zona interior Norte coincidam sistematicamente com as manchas de solo agrícolas referidas, os diversos agregados rurais das freguesias de Antas, Forjães, Vila-Chã, Curvos, Palmeira e Gemezes. A área interior a Sul do Cávado constituída quase por uma mancha única de solo fértil, tende a potencializar um maior alastramento dos aglomerados rurais de Fonte-Boa, Rio Tinto e no sector interior de Apúlia.

Na faixa litoral do concelho detectam-se situações semelhantes, embora mais complexas; para Norte do Cávado, o eixo viário Porto/Viana sobrepõe-se à citada faixa agrícola, reforçando a tendência à urbanização daquela área. Ali pode constatar-se já, a existência de um conjunto de aglomerados do tipo linear e de características sub-urbanas, definido pela E. N. 13 e pela zona de transição entre a área agrícola e a área florestada. Este conjunto estende-se a partir do Neiva, por Belinho, Mar e parte da freguesia de Marinhas, onde se bifurca prolongando-se pela zona de fronteira entre as duas áreas até aos restantes agregados agrícolas de Marinhas e de Gandra, e estendendo-se ao longo da E. N. 13, sobre solo agrícola e junto à costa até aos aglomerados de Cepães e Esposende.

A Sul do Cávado, após a ponte, o aglomerado urbano de Fão desenvolve-se presentemente sobre solo agrícola para o interior na direcção de Fonte-Boa, e prolonga-se para além da E. N. 13 até ao mar através do aglomerado balnear de Ofir. O mesmo acontece com o aglomerado balnear de Apúlia, separa de Fão/Ofir por mancha florestada, que tende a ocupar cada vez mais a fértil veiga que o envolve, e a interligar-se com os agregados interiores e rurais de Paredse e Criaz, localizados juntos à E. N. 13.

A coincidência existente entre as áreas urbanizadas, com tendência a crescer, e os solos de maior capacidade agrícola que se vão rarefazendo, estabelece quer no interior quer sobretudo no litoral do concelho uma grave e paradoxal situação que urge resolver, com base num rigoroso con-

trole da urbanização dos agregados existentes, numa reestruturação do solo agrícola e na subsequente reorganização da actividade rural.

Numa perspectiva concelhia, e incidindo mais pormenorizadamente sobre a sua sede, verificamos que esta se apresenta constituída por dois pólos de urbanização, Esposende e Cepães, localizados entre a E. N. 13 e a costa, envolvidos pela já referida faixa agrícola litoral e que tendem a conectar-se. No bordo daquela faixa situam-se concentricamente, os aglomerados rurais de Marinhas, Pinhote, Outeiro, Góios e Gandra, interligados a Esposende ou Cepães por vias perpendiculares à costa, de que se destaca a estrada Esposende/Barcelos, que atravessam a área agrícola intercalar. A Nascente dos referidos aglomerados, localiza-se a vasta área florestada, já citada e que serve de pano de fundo à vila.

Daí que a problemática levantada pela sede do concelho seja muito semelhante à problemática a nível concelhio anteriormente focada, agravada no entanto por se tratar da área urbana de maior importância pelo que se impõe, também aqui, o controle do seu desenvolvimento urbano e a preservação do solo agrícola envolvente.

3 — Em estreita correlação com a ocupação do solo concelhio, estão a demografia e as actividades económicas da mesma área, questões que, só por comodidade de exposição se tratam isoladamente, uma vez que uma realidade única a todas integra.

Em 1970, o concelho de Esposende possuía uma população residente de 11.100 pessoas que se distribuíam pelas freguesias mais urbanizadas — Marinhas, Esposende, Fão e Apúlia — numa proporção orçando os 47 %. Nesse mesmo ano, a projecção demográfica para 1990 realizada para a totalidade do concelho, previa um quantitativo de 11.960 indivíduos residentes.

Tal situação, contudo alterou-se profundamente, para tal contribuindo factores ponderáveis que se verificaram nos primeiros anos da década de 70, tais como o incremento do investimento, a consequente dinamização da actividade produtiva, a criação de muitos postos de trabalho e a construção de novos equipamentos de carácter social ou turístico. Deste modo permitiu-se que no concelho se fixasse um importante quantitativo populacional que, na década anterior, se via obrigado a emigrar para o estrangeiro, legal ou ilegalmente, ou para os principais centros urbanos do país.

Factores imponderáveis, de carácter político entretanto verificados, conduziram a partir de 74/75 a uma drástica redução da emigração e ao regresso de um quantitativo substancial de população das ex-colónias, alterando por completo, e por excesso as estimativas de crescimento populacional efectuados, fixando em 29.540, o computo da população actual.

Se a nível demográfico a relação das freguesias mais urbanas com a restante área concelhia é manifestamente concentracionária, provocando um efeito centrípeto no movimento da população, já no que respeita às actividades económicas tal situação se não verifica, uma vez que a agricultura é sem dúvida a principal ocupação da população do concelho, logo seguida do comércio e serviços, e só depois da indústria, vindo, finalmente, o turismo e a pesca.

A estrutura produtiva do concelho assenta num sem número de explorações agrícolas com cerca de 2 ha de dimensão média e gestão familiar, que

criam um excedente de produção capaz de ser transacionado. Trata-se, contudo, de uma actividade tradicional, de subsistência, pouco mecanizada e assentando a sua alta produtividade apenas na excelente qualidade do solo concelhio. A alta de preços gerada no final da década de 60 e acelerada nos últimos anos 70, originou um abandono progressivo da exploração de subsistência, procurando-se uma melhoria de produtividade (detectável por exemplo, no número crescente de tractores existentes em cada freguesia, embora sub-aproveitados, por certo). Procura-se, assim, melhor responder ao aumento de procura, pelo Grande Porto, de produtos agrícolas verdes realizando-se no entanto a respectiva comercialização por «grosso» na «estrada», sem qualquer infraestrutura de distribuição local. Como consequência, o rendimento da comercialização de retalho, principal cota de valor acrescentado é realizada fora do concelho e portanto subtraída às gentes de Esposende.

A actividade comercial é sobretudo de apoio diário à zona agrícola e localiza-se nos sectores mais urbanizados de Marinhas, Fão e Apúlia, e predominantemente na vila de Esposende. O quantitativo de população adstrita a esta actividade é grande, não tanto dada a dimensão das suas unidades, mas graças ao elevado número de unidades existentes. Semanalmente realiza-se na sede do concelho uma feira, com carácter de entreposto, para troca dos produtos agrícolas excedentários por produtos manufacturados produzidos fora da zona, ou dos diferentes agrícolas entre si.

Aos serviços está, também, afecto importante quantitativo populacional, dado o desenvolvimento do sector terciário em geral, localizando-se normalmente na sede do concelho a esmagadora maioria do mesmo, e ali vivendo a população que neles trabalha.

A actividade industrial, dispõe a nível concelhio de um reduzido número de unidades mas pesa de forma significativa na ocupação da população. Na verdade existem cerca de nove unidades industriais, a maior das quais com sede fora do concelho, que têm nos últimos dez anos criado um número significativo de postos de trabalho, sendo uma de construção de material eléctrico, outra de material pré-fabricado para a construção civil, quatro de lactíceos e três de confecção têxtil. Para além dessas, outras de pequena e média dimensão, distribuídas pela confecção têxtil, construção civil, agro-industrial e apoio à agricultura e pesca têm vindo a aumentar em número e dimensão possibilitando, em parte, uma absorção do crescimento populacional em termos de emprego.

Nos últimos anos assiste-se, a uma aceleração da passagem de sociedades industriais e comerciais da forma «nome industrial» à forma «responsabilidade limitada» e «anónima», graças ao incremento das respectivas actividades, tendendo o seu número a reduzir-se no momento presente, certamente por força das imposições fiscais. Este afrouxamento do crescimento industrial e a análise da estrutura produtiva local fazem-nos duvidar da possibilidade de se poder efectuar, no concelho, qualquer espécie de «salto industrial», quer no ponto de vista qualitativo quer quantitativo.

A actividade turística do concelho é consequência directa das suas condições naturais. Daí que existam aqui 20 % das unidades hoteleiras do distrito e um grande número de estabelecimentos turísticos de apoio (restaurantes, boites, etc.) permitindo uma atracção de turistas, sobretudo para as

áreas de Fão/Ofir e Esposende. Além do equipamento referido abrigam-se no rio Cávado algumas dezenas de embarcações de recreio, sobretudo registadas noutros pontos que confirmam igualmente o interesse turístico da zona. Embora o emprego criado pela actividade turística seja de momento pouco relevante, a sua dinamização e protecção possibilitaria um aumento de criação de valor no concelho e um aumento de números de postos de trabalho no sector.

A actividade piscatória, considerada isoladamente, ocupa um lugar modesto no conjunto das actividades concelhias, nela trabalhando actualmente apenas cerca de 80 pescadores, o que dá uma ideia da modéstia, sobretudo se compararmos com os quase mil marítimos em actividade em meados do século passado. Este decréscimo deve-se fundamentalmente ao assoreamento da barra e às fortes pressões migratórias que encaminharam para outros portos nacionais e estrangeiros, aqueles marítimos.

No entanto, e tendo presente o efeito rendimento verificado na população com actividade piscatória e as actividades terciárias subsidiárias da pesca poderemos ter uma medida, em termos de ocupação de população, da importância dessa actividade económica.

A frota pesqueira matriculada em Esposende mostra bem, apesar das dificuldades citadas, como é rentável a actividade piscatória, pese embora, o facto de mais de metade das embarcações até 25 toneladas não descarregarem aqui o pescado, como adiante se verá. De acrescentar que, dispondo de uma zona marítima onde abunda o peixe, dum porto com enorme capacidade potencial, e dum número de embarcações razoável ainda em actividade, é possível justificar a importância económica desta actividade e propôr o seu desenvolvimento.

UMA VISÃO URBANA (Fig. 2)

1 — A vila de Esposende pode caracterizar-se, morfológicamente, como uma área praticamente plana, visto que a larga maioria das zonas urbanas ou com potencial urbanístico se implantam numa plataforma de reduzido declive, com uma variação no sentido poente — nascente, da ordem dos 5 metros conducente a uma certa homogeneidade que apenas se modifica nas zonas de contacto com o mar e o rio.

À plataforma interior referida, sucede-se na faixa costeira Norte até à embocadura do Cávado, uma linha contínua de dunas que se desenvolve até ao mar e no sector Sul, a partir da embocadura do Cávado, surge uma zona arenosa que se prolonga no interior do rio, em ínsuas de forma variável.

O rio Cávado e o mar assumem papel dominante como frente, limite e paisagem líquida da vila. E a morfologia do terreno dá um importante contributo para a expressão horizontal e homogénea dos aglomerados existentes, possibilitando arruamentos praticamente planos.

2 — O solo de Esposende apresenta, de ponto de vista da sua aptidão agrícola, um vasto potencial, definível com base nos critérios de classificação dos solos do S. R. O. A. Na sua larguíssima maioria é constituído por solo do «Grupo A», exceptuando-se contudo, uma área de razoável dimensão,

situada entre a zona urbana de Esposende e o agregado de Cepães/Marinhas, constituída por solo do «Grupo F»; anote-se, também, que as áreas já urbanizadas dos agregados referidos se implantam em solos classificados no «Grupo A». Entre a plataforma já definida morfologicamente, no ponto anterior, que integra os solos atrás referidos, e o rio ou mar localizam-se ainda solos de grande sensibilidade, constituídos por dunas e praias, sem qualquer aptidão agrícola.

Considerando como irreversível a situação das áreas já urbanizadas sobre solos do «Grupo A», e constatando que estes «têm poucas ou nenhuma limitações às culturas usuais, sendo susceptíveis de utilização agrícola intensiva», impõe-se a sua preservação sistemática, salvo nas situações em que, já grandemente comprometidos pela utilização ou envolvimento de áreas urbanizadas, tenham perdido a sua razão de ser. No caso da bolsa de solo do «Grupo F», embora oferecendo «limitações severas às culturas usuais e não sendo susceptível de utilização agrícola», impõe-se igualmente a sua manutenção baseada em critério idêntico ao anterior, não já por razões de produção agrícola, mas por motivos de utilização social, visto tratar-se, na generalidade, de zonas de pinhal.

3 — O centro de Esposende foi até há anos atrás atravessado pela E. N. 13, ligando o Porto a Viana do Castelo, no sentido Sul/Norte, o que certamente muito contribuiu, ao longo do tempo, para o crescimento da vila. Porém a progressiva colmatação dos bordos dessa importante via, e o seu reduzido perfil transversal, incompatível com as exigências do tráfego mecânico, forçaram há anos a execução de uma variante do traçado existente, envolvendo a Nascente, e de forma ampla, o núcleo urbano. Esta variante une os extremos já urbanizados daquele núcleo e retoma a Sul, a ponte metálica que liga Esposende a Fão. Perpendicularmente a esta via, e com ela cruzando, surge a E. N. 103/1, que liga Esposende a Barcelos entroncando com o traçado primitivo da estrada Porto/Viana num largo da vila, ainda hoje central. Cumpre assinalar que, ao que supomos, é do cruzamento das duas vias que nasce Esposende, sendo elas que ainda hoje, e à falta de Caminho de Ferro, asseguram as ligações interurbanas a nível da faixa costeira e do território interior.

Numa perspectiva mais próxima, a relação de Esposende/Cepães, com a área e núcleos rurais envolventes é garantida através de uma série de vias radiais que cruzando a actual E. N. 13 penetram em profundidade na área urbana, transformando-se em ruas e, atravessando a antiga estrada atingem a margem do rio Cávado. Este sistema radial serve áreas como Barca do Lago, Goios, Vila-Chã e o interior da freguesia de Marinhas, ou ramifica-se, simplesmente, no *hinterland* agrícola a Nascente da sede do concelho. Diferentes embora no seu perfil e traçado, conforme as funções que cumprem, constata-se porém que, todas elas são focos tendenciais de desenvolvimento urbano.

Entre Esposende e o rio, foi há anos construída a Avenida Marginal, à semelhança do que aconteceu noutras vilas marítimas do Norte de Portugal. O seu traçado entronca a Sul com a E. N. 13, alongando-se para Norte até se interromper bruscamente, mas com a intenção manifesta de atingir Cepães. O traçado da Marginal provocou o aparecimento das «traseiras» da

vila, questão que não foi resolvida, propiciando um desenvolvimento urbano desorganizado na nova frente que estabeleceu para o rio, mas conferindo um novo apoio às já referidas vias de penetração rural.

A nível propriamente urbano, detectam-se no interior de Esposende, vias de atravessamento no sentido Norte/Sul sendo a mais importante, a antiga estrada Porto/Viana, hoje rua principal da vila, que em conjugação com uma outra paralela a poente, define a área central. O antigo contacto com o rio e praia era definido por terceira via, agora interiorizada, com orientação sensivelmente semelhante às anteriores, que entroncava na avenida fronteira ao Haospital, infraestruturando a zona inicial de expansão balnear.

A Norte, e a partir de Cepães, implantam-se perpendicularmente à via de penetração rural existente, espinha dorsal do aglomerado, dois caminhos rurais, que atravessando a área agrícola intermédia conectam, a vila de Esposende. Contudo, estes traçados diluem-se, presentemente, na actual área de expansão balnear da vila, apenas compartimentada por algumas das vias de penetração já referidas, e por vias de servidão totalmente alheias à malha existente.

4 — Na perspectiva do tipo de ocupação do solo, do volume sobre ele construído e da relação área construída/área intersticial, podem caracterizar-se, na sede do concelho quatro sectores com certa homogeneidade, diferenciados entre si.

No núcleo central da vila, centro antigo do aglomerado, predomina uma malha urbana estruturada em quarteirões com pequenos logradouros interiores e construção em banda, ao longo das ruas envolventes. Sendo a volumetria dominante, rés-do-chão e um andar, contém frequentemente edifícios com mais ao menos um piso. Porque a malha descrita efectua uma ocupação do solo concentrada mas sensata, são raras nestes sectores as áreas intersticiais, se exceptuarmos, naturalmente, as manchas entre as saídas radiais da vila para nascente.

Na área imediatamente a Norte do núcleo central, constituindo a zona inicial de expansão da vila, de características balneares, pode constatar-se a existência de uma malha ordenada e estruturada linearmente, sendo ocupada com pequenas construções baixas (rés-do-chão ou rés-do-chão e um andar) tanto no que respeita às habitações como nos equipamentos. As novas unidades escolares, ali implantadas, respeitando embora a altura dominante, não se integram contudo na malha já referida, quer pela sua distribuição no terreno quer pelo seu contraste com o da envolvente. No sector a Norte da zona atrás referida, que constitui a presente zona de expansão urbana da vila, também de características balneares, não se verifica a existência de uma malha urbana caracterizada enquanto tal; a ocupação do solo é muito sectorizada, com formação de áreas intersticiais e a manutenção de largos sectores agrícolas e florestados em regime de núcleos loteados sem continuidade urbana. A volumetria dominante, aliás relacionada com a função das construções é de rés-do-chão, havendo inúmeros casos com mais um piso; o traçado viário resulta apenas da ocupação sectorizada do solo, não se podendo considerar como elemento estruturante da área em apreço.

A faixa localizada a Nascente da actual E. N. 13 tem características muito semelhantes à área anteriormente descrita, mais dispersa ainda e ocupando abusivamente solo agrícola de grande qualidade; as construções estruturam-se em função das vias que conectam a vila com o interior, tendendo os sectores cultivados ainda existentes a transformar-se em áreas urbanas intersticiais.

Na zona de Cepães, a Norte da área agrícola que separa este aglomerado da vila de Esposende, a situação é sensivelmente diferenciada das anteriores; a nascente do agregado a ocupação do solo faz-se por construções dispersas ao longo das vias rurais, formando páteos, e integrando-se em solo agricultado, de forma bastante homogénea. A volumetria dominante é de rés-do-chão e por vezes dois pisos, e uma vez que a malha construída é linear, não surgem praticamente áreas intersticiais, ficando a área livre disponível para a actividade agrícola; a Poente, junto ao mar, a situação torna-se conflituosa, visto que à ocupação do solo e volumetria descritas, se vai sobrepondo um loteamento sectorizado e amorfo, de características balneares.

Em geral e do ponto de vista do perfil urbano das zonas em apreço constata-se uma clara dominante horizontal, volumetricamente reduzida, bem ligada ao rio fronteiro, de manter e incentivar.

5 — A função única ou dominante da maioria das construções existentes na vila é sem dúvida a de «habitar». Estas assumem contudo, tipos diversos conforme o local e a época de edificação, as pessoas que aí habitaram ou habitam, as finalidades a que deviam responder e até os usos ou «modas» a que a sua construção esteve sujeita.

O núcleo central de Esposende é ocupado por habitações de carácter permanente na sua quase totalidade, com características nitidamente urbanas, sendo o rés-do-chão predominantemente ocupado com comércio ou serviços, são na sua grande maioria construções do século passado ou princípio deste, com a organização interna e tratamento de fachadas tipologicamente semelhantes às existentes nos restantes centros urbanos do Norte do País. A organização internas de muitas destas habitações sofreu transformações posteriores, e as construções novas, resultantes de uma discutível renovação consentida, que ocuparam o lugar das existentes, bem como aquelas que se construíram em áreas ainda livres, repetem de forma mais «actualizada» a organização já referida. Alguns «blocos de esquerdo e direito», recentemente construídos, constituem triste alternativa tipológica, à que felizmente assume ainda papel dominante.

Nas saídas radiais do núcleo central da vila para o interior do território, detectam-se ainda, mas sem significado numérico, uma ou outra habitação de características rurais ou ruralizantes, apoiada em áreas agrícolas localizadas entre aquelas saídas. Do lado oposto, próximo do rio, encontram-se dois núcleos de habitação tipologicamente diferenciada, na sua elementar organização interna e tratamento de fachadas, geralmente térreas e habitadas por pescadores; o núcleo localizado a Sul é mais antigo e tende a desaparecer e o localizado a Norte encontra-se completamente adulterado por transformações introduzidas por «modas» recentes.

A área de expansão inicial da vila, correspondente ao desenvolvimento

balnear efectuado durante a segunda metade do Séc. XIX, é ocupada de forma dominante por equipamentos cuja introdução é característica daquela época sendo também marcada pela presença de vários exemplos de novas tipologias habitacionais ligadas àquela função — os *chalets* influenciados na organização e tratamento exterior da sua arquitectura, por exemplos estrangeiros.

Na zona actual de expansão da vila, a Norte da anterior, e na faixa a Poente da E. N. 13, a tipologia generalizada para a habitação é bem diferente das anteriores, correspondendo ao que vulgarmente se designa por «moradia» ou «vivenda»; trata-se, na grande maioria, de habitações de construção recente, utilizadas como residência secundária durante o período de Verão, tipologicamente definidas como habitações «isoladas» ou «geminadas», e só raramente em «banda», nunca contendo equipamento. Os seus esquemas distributivos são rotineiros na organização interna, e o tratamento de fachadas é resultado das «modas» mais diversas e espantosas; na generalidade dos casos, a sua caracterização arquitectónica não é suficiente para se estabelecer com segurança, se são habitações de carácter secundário ou permanente.

Em Cepães é bem diferente a tipologia adoptada em grande número das habitações existentes, e dado tratar-se de uma área rural, a organização dos fogos provém de outro modelo, que agrega a si construções destinadas a arrecadações de alfaias e produtos agrícolas; são, quase sempre construções antigas que sofreram transformações e adaptações posteriores, tendo geralmente uma frente para a rua que as serve e outra para o pátio que comunica com a zona agrícola que lhes é contígua. Do ponto de vista tipológico são ainda de assinalar nesta área duas zonas com características diferentes; no topo Poente junto ao mar detecta-se um sector de habitação, onde vivem ou viveram pescadores, com características tipológicas semelhantes, embora mais pobres, às existentes em Esposende; a Norte e Sul deste vão-se formando novas zonas com características de habitação secundária, semelhantes do ponto de vista tipológico, às existentes na área de expansão actual da vila.

6 — A distribuição do Equipamento Urbano é extremamente desequilibrada, concentrando-se grande parte dele, numa área cuja dimensão é extremamente reduzida relativamente à totalidade do aglomerado.

No centro da vila, e sobretudo ao longo do traçado primitivo da estrada Porto-Viana e da via que lhe é paralela, localiza-se a larguíssima maioria do comércio bem como dos serviços e profissões liberais; trata-se de uma mancha concentrada ali em algumas transversais, ocupando aqueles equipamentos o rés-do-chão ou parte dos edifícios existentes. Também aqui se concentra muito do equipamento socail, sobretudo o relacionado com a Administração Pública e o Turismo, instalados em edifícios adaptados ou construídos para o efeito.

A necessidade de introduzir equipamentos com maiores exigências de áreas levou, já desde o século passado, à sua localização na zona de desenvolvimento balnear inicial da vila, dum e doutro lado do sector recto da antiga estrada, a norte da Igreja Matriz, uma vez que na zona central, tal situação seria incomportável. Assim ali se localizou equipamentos escolares, turísticos, desportivos e de saúde.

No sector mais a Norté, bem como na área rural de Cepães não existe equipamento digno de nota, exceptuando um hotel, mas apenas pequeno comércio e oficinas, em reduzido número. Tal situação é grave atendendo ao já razoável quantitativo populacional de ambas as zonas, mas de difícil solução dado o carácter sazonal da ocupação no que se refere a Esposende, e à aparente falta de necessidade, no que se refere a Cepães.

O equipamento industrial é constituído por um reduzido número de fábricas e algumas oficinas, na generalidade localizadas em zonas inconvenientes, como sejam a área agrícola a Nascente da E. N. 13, ou a zona central da vila; a nível de apoio à lavoura existe apenas o ex-Grémio e um armazém da F. N. P. T., o que é manifestamente insuficiente para um concelho onde a actividade agrícola é importante e prioritária, o mesmo se dizendo relativamente às pescas, cuja actividade está completamente desaiada, por falta de obras para regularização do rio e de execução do porto de pesca e respectivo equipamento.

7 — É relativamente pobre, qualitativa e quantitativamente, o valor arquitectónico das construções de Esposende, o que reforça a necessidade da sua manutenção; daí que nos edifícios de interesse arquitectónico (aqueles que pela sua inserção urbana, tratamento de fachadas e organização interna se destacam qualitativamente da envolvente embora nela se integrem) se imponha a sua preservação completa (com cautelosa recuperação do seu interior) e naqueles, de valor mais ambiental (os que pela sua inserção urbana, tratamento de fachadas e organização interna, integram e caracterizam a envolvente) se justifique igual preservação, prevendo-se embora a possibilidade de remodelação interior. Nesta perspectiva, a distribuição das construções na sede do concelho apresenta uma certa lógica, função da evolução histórica do agregado e da maior ou menor coerência respectivo tecido urbano. Daí que o núcleo original da vila, ao longo da antiga estrada da rua paralela a Poente, nas perpendiculares a estas e na saída para Barcelos se localizem a grande maioria das construções com interesse arquitectónico ou ambiental, quase todas construídas durante o século XVIII e XIX, contribuindo para a definição e caracterização de espaços — praças, largos, ruas — com certa riqueza e qualidade urbana.

Na zona de expansão balnear inicial da vila, detectam-se igualmente, alguns edifícios de interesse arquitectónico (equipamentos) ou ambiental (habitações), implantadas dum e doutro lado do sector recto da antiga E. N. 13, construídos durante a segunda metade do séc. XIX. Já no sector de expansão actual da vila e nos edifícios construídos a Nascente da E. N. 13, bem como nas áreas balneares de Cepães, é extremamente baixa a qualidade arquitectónica das construções, todas executadas nos últimos anos e fruto de linguagens pseudo-rústicas, pretenciosamente turísticas ou falsamente modernas.

Na área rural de Cepães, outro sector de tecido urbano coerente, detectam-se algumas construções agrícolas com interesse arquitectónico e outras com interesse ambiental, sendo as restantes desprovidas de qualquer interesse, consequência em muitos casos, de lamentáveis obras de remodelação a que foram submetidas.

O património arquitectónico e artístico de Esposende não é também

especialmente rico, o que se deve ao facto de apenas no séc. XVIII se iniciar verdadeiramente o desenvolvimento urbano da vila, e dadas as reduzidas possibilidades financeiras da sua população, de então para cá.

No entanto, e no que respeita à arquitectura religiosa, é de destacar a Igreja Matriz, construção de características seiscentista, iniciada em 1566; dispendo de três naves com quatro tramos cada, sem cruzeiro, mas com ábside de tecto «artesoado» e absidiolos (de construção posterior), foi restaurada em 1896. A talha dos altares da capela-mor e do lado sul é contemporânea da construção do edifício; a pia baptismal é renascentista e as capelas laterais e sacristia são revestidas a azulejos do século XVIII.

Igualmente de certo interesse é a Igreja da Misericórdia, anexa à Câmara, com a qual forma interessante conjunto; trata-se de uma construção da segunda metade do século XVIII, tendo no seu interior uma capela dedicada ao Senhor dos Mareantes, com um tecto de caixotões em talha. Nos finais do século XIX foram realizadas obras nas fachadas principal e lateral, efectuando-se alterações nos respectivos portais.

Um pouco mais a Norte conta a vila com a Capela de S. João, datada de 1699, possuindo no seu interior um interessante retábulo de Nossa Senhora da Assunção, e tendo em frente um Cruzeiro datado de 1660; já na saída para Barcelos, encontra-se ainda a Capela de Nossa Senhora da Saúde construída no século XVIII e envolvida por frondoso arvoredo, de indiscutível interesse ambiental.

Na arquitectura civil, a construção mais interessante é, sem dúvida, a dos Paços do Concelho, sobre arcaria abrindo para o largo fronteiro definido na sua articulação com a Igreja da Misericórdia; trata-se de um edifício construído entre 1732 e 1758, mais tarde modificado interiormente (1913), e neste momento totalmente remodelado. Contemporâneo da Câmara é o Pelourinho, colocado até 1925 no largo fronteiro, e nessa data deslocado para onde actualmente se encontra. Para defesa da entrada do Cávado mandou D. Pedro II, entre 1698 e 1707, erigir o forte de S. João Baptista, situado a Norte da vila, onde actualmente se encontra instalado o Farol, em mau estado de conservação.

Quanto à habitação, a grande maioria das construções têm sobretudo interesse, como confirmação de um ambiente urbano de qualidade que deve intransigentemente manter-se; algumas possuem, porém razoável qualidade arquitectónica, como seja a Casa do Arco, completamente arruinada e cuja adaptação a Casa da Cultura está em curso, o ex-Grémio da Lavoura, de indiscutível interesse, a antiga Cadeia da Vila, agora sede dos Serviços Municipalizados, em remodelação, todas construídas entre a segunda metade do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX.

Na segunda metade deste século, a utilização de Esposende como estância balnear é atestada arquitectonicamente por vários «chalets» com algum interesse; de salientar, neste período, três edifícios, correspondentes a novos programas projectados pelo arquitecto Ventura Terra, natural deste concelho. Trata-se do edifício do Hospital, iniciado em 1866, do Cine-Teatro quase contemporâneo e de uma residência, actualmente anexa ao Hotel Nélia, obras de grande qualidade arquitectónica que se encontram em estado de degradação progressiva e que torna urgente a sua recuperação.

8 — As possibilidades de desenvolvimento de Esposende dependem também, da optimização das actividades económicas que presentemente aqui se exercem. Entre elas destaca-se sem dúvida a agricultura e a pecuária, que graças ao rendimento obtido na sua produção e comercialização, geram o maior afluxo monetário no circuito fiduciário da vida; a actual estrutura produtiva do sector não permite no entanto que presentemente nos apercebamos desta situação, em termos de valor arrecadado. A transacção corrente de produtos agrícolas na vila (por exemplo, no mercado) e a aquisição, com parte do valor transacionado, de artigos do comércio local, alimenta pelo menos parte daquele mesmo comércio; acontece o mesmo na feira semanal, absolutamente necessária para a absorção dos excedentes da produção agrícola, pese embora o facto de virem buscar-se aqui rendimentos realizados no exterior.

Encontrando-se as questões agrícolas com um atraso substancial, a situação actual mantém-se apenas devido à alta produtividade do solo, que urge preservar, com o objectivo de se obstar ao desaparecimento de um quantitativo importante do rendimento produzido.

Intimamente associada à actividade referida, surge a indústria agro-pecuária, directamente dependente da quantidade de pastos e por isso da preservação dos solos, que se encontra sobretudo orientada para a produção de lacticínios que são enviados para fora do concelho; parecendo inconveniente o desenvolvimento de qualquer indústria agro-transformadora, dado que a sua principal produção é de género «verde», de consumo imediato e de fácil deterioração, há que desenvolver as indústrias de lacticíneos, criando condições para a fixação, na zona, de rendimento nele produzido.

O turismo, em Esposende, assume entre as diversas actividades, primordialmente importância no domínio da produção de riqueza; analisando a receita que a Administração local cobra sobre ele, verifica-se que embora por exemplo o valor arrecadado em 1978 não seja superior ao de 1970, em valor real, tem-se em conta a desvalorização da moeda), os aumentos posteriores são significativos, mesmo atendendo a que gastos externos à zona influenciaram este valor. Parece pois de propiciar o desenvolvimento da indústria turística, como forma de captação e realização, na área, dos valores por ela gerados.

A Pesca representa, para Esposende, parte importante da sua actividade económica, dela vivendo cerca de 600 pessoas, das quais 80 são pescadores de mar e 520 pescadores de rio, desportivos etc. Estes últimos introduzem no comércio local uma quota de valor certamente apreciável embora infelizmente não quantificável, dada a diversificação das suas actividades; quanto aos pescadores de mar, trabalham nas 13 motoras (com mais de 5 ton.) inscritas em Esposende, e das quais apenas 8 em média aqui descarregam o pescado. Para isso certamente contribuirá o assoreamento da barra, a ausência de um porto de abrigo e a exiguidade da lota, tornando preferencial a utilização do porto de Viana do Castelo.

Contudo, mesmo não considerando a venda de pescado efectuado em Fão, de valor insignificante, constata-se que o quantitativo de pesca descarregado pelas motoras matriculadas em Esposende é, na área de Jurisdição da Capitania de Viana, e após esta, o mais importante. Estes elementos jus-

tificam cabalmente a necessidade de se incentivar esta importante fonte de criação de rendimento; por outro lado, ocupando a pesca, directamente, parte significativa da população, o seu desenvolvimento poderá induzir à criação de actividades com ela relacionadas, de tipo comercial e até industrial que igualmente contribuirão para produção de riqueza .

A actividade comercial da vila desenvolvida nos últimos dez anos, em função do relançamento da actividade económica do País e dos depósitos dos emigrantes é, sobreteudo, traduzida num comércio de apoio diário; como a vila serve de apoio à zona rural envolvente, o comércio e os serviços reflectem essa característica. É a zona agrícola que mantem vivas estas actividades e grave seria se se verificasse uma contracção de oferta desse comércio; pelo contrário, o desenvolvimento da actividade agrícola, atrás sugerida, contribuirá decisivamente para implementação recíproca do comércio e dos serviços.

A importância da actividade industrial relativamente aos rendimentos produzidos no concelho é diminuta; na verdade, podemos averiguar que o rendimento distribuído, o valor acrescentado pela produção e o investimento, são diminutos se comparados com os treze concelhos do distrito. Apesar de uma significativa melhoria em 1972, 1973 e parte de 1974 e depois de 1978, o preço a pagar pelo desenvolvimento industrial é demasiado alto se atendermos ao significado da utilização de solo agrícola por edifícios fabris, da mão de obra rural na indústria, e dos recursos naturais segundo critérios ecologicamente discutíveis.

Assim, excepção feita à construção civil, não parece de apoiar o desenvolvimento de Esposende, num crescimento industrial, mas sim em actividades para as quais a vila tem natural apetência. Isto não significa contudo, que se tomem medidas de puro desencorajamento da actividade industrial, mas antes se impeça, que o crescimento desta actividade prejudique o desenvolvimento de outras. A fixação da actividade industrial na área já estabelecida como loteamento industrial, e o estabelecimento de isenções fiscais, etc. permitirá desde já, uma definição correcta para uma situação futura.

ALGUMAS OPÇÕES (Fig. 3)

1 — A vila de Esposende tem sofrido nos últimos anos fortes pressões desenvolvimentistas em termos populacionais e económicos, graças a factores a que não é alheia a própria zona.

Com efeito, as suas condições naturais privilegiadas contribuíram para um aumento populacional como já vimos, e conseqüentemente para um determinado dinamismo que, conjugado com a melhoria das condições gerais de vida do País, possibilitou o relançamento da actividade económica para níveis que no momento são já semelhantes aos do passado próximo. Contudo, não parece previsível que o ritmo de expansão demográfica se mantenha, tendo antes a um certo abaixamento nos anos que se avizinham, pelo que se etima no ano 2000 um quantitativo populacional de 8700 pessoas, sendo actualmente cerca de 4970 almas. Os cálculos que levaram a esta estimativa tiveram em conta o modelo já referido, parecendo correcto apontar para uma taxa

média de crescimento da população residente, situada entre 3,5 % e 4 % ao ano na primeira década, o que constitui uma desaceleração forte do crescimento populacional da década passada, que como vimos se deve a factores socio-económicos e políticos extraordinários. Na segunda década a taxa para que se aponta situa-se entre os 2,5 % e 3 % ao ano, correspondendo à desaceleração natural da taxa de natalidade, sentida em Portugal e no resto da Europa.

Estas duas taxas de crescimento (cuja média em 20 anos será de 3,25 % ao ano) não poderão considerar-se altas se se tiver em conta a necessidade de fixação na área, a população até agora compelida a abandoná-la, em virtude da realização do valor nela gerado se continuar a fazer fora da mesma; de aumento da oferta de emprego pela dinamização geral das actividades primárias (agricultura e pesca) e terciárias (turismo e serviços); de aumento da quota de valor gerado na área e da quota realizada na zona, se se efectuarem algumas das acções que aqui se propõem; de aproveitamento dos recursos turísticos e paisagísticos, permitindo a criação de infraestruturas de apoio

No tocante à capacidade financeira da sede do concelho, uma apreciação final dos rendimentos cobrados pelo estado, respeitantes a actividades económicas, permite concluir que:

- A Administração local não pode relançar a actividade económica, investindo em diversos sectores, visto o valor arrecadado em impostos directos ser manifestamente insuficiente;
- o rendimento colectado sobre o trabalho, isto é o imposto profissional, significa 10 % do valor arrecadado total;
- se relançam as actividades dos contribuintes do Grupo D da Contribuição Industrial;
- se incrementa a poupança, como se verifica através do valor relativo ao imposto sobre aplicação de capitais;
- se ampliam os rendimentos distribuídos, como se constata através do valor relativo ao Imposto Complementar.

Das conclusões expressas, é possível inferir uma forte dinâmica económica, orientada não para as fontes «habituais» de criação de valor, mas para as fontes tradicionais de criação desse mesmo valor, em Esposende — os sectores primário e terciário — que possibilitarão, se convenientemente orientados, um aumento da importância económica da área em apreço. A melhoria da situação terá sem dúvida de passar pela gestão das «Finanças Locais» pelo Município (pressupondo no arranque uma ajuda extraordinária do Poder Central), pela contribuição da população na definição das linhas de desenvolvimento económico a praticar e, pela participação da Administração Local na fundamentação e encaminhamento da concessão de crédito com base na criação de um centro de avaliação de projectos de investimento e da participação activa dos institutos de crédito local.

Só assim será possível um harmonioso desenvolvimento com vista a uma melhoria do nível de vida da população e a um melhor aproveitamento dos recursos da vila.

2 — A aceitação da tendência à redução do ritmo de crescimento da população e o privilegiar do desenvolvimento das actividades económicas

ligadas ao sector primário e terciário constituem opções de base, uma vez que a capacidade potencial de Esposende aponta, do ponto de vista económico-financeiro, para a confirmação do seu papel como centro de apoio rural, para o fomento das actividades piscatórias e para o desenvolvimento turístico-balnear.

Daí serem preocupações importantes a preservação e reestruturação do solo agrícola, a redinamização da actividade rural e a criação ali do equipamento necessário; a manutenção da imagem da vila e da paisagem envolvente, favorecendo o quotidiano urbano e o contacto com o campo; e o mar; o estabelecimento de equipamentos que acentuam as suas características de apoio rural, piscatórias e turístico-balneares; o impedimento da especulação fundiária, já existente em centros urbanos semelhantes e próximos, que destruindo imagem e paisagem ameaçam uma vida urbana que se pretende melhorar.

Em termos gerais a expansão urbana da vila de Esposende deve efectuar-se de Sul para Norte, limitada e contida numa faixa situada a poente da E. N. 13 e a nascente do rio e mar, bloqueando-se o crescimento do agregado rural de Cepães.

O perfil, imagem e significado do núcleo central da vila deverá manter-se, acentuando-se a sua função como zona de equipamentos; as áreas já construídas da zona balnear contígua são de reintegrar, do ponto de vista urbano, mantendo-se as áreas florestadas envolventes. Simultaneamente, importa preservar as áreas agrícolas, a nascente da E. N. 13, bloqueando o desenvolvimento urbano existente, e os solos rurais envolventes do aglomerado de Cepães.

No respeitante à malha viária principal sugere-se, a transformação da Av. Marginal, através da sua inflexão para o interior, em via periférica de distribuição alternativa à E. N. 13, o que paraliza a tendência à urbanização nela apoiada, passando ambas as vias a dar apoio à estrutura viária secundária do aglomerado.

Esta seria a já existente no núcleo central, apenas sendo necessário ali, a execução dum novo percurso, alternativa à malha existente, estruturador das zonas periféricas ao centro; para norte é necessária nova malha secundária, que integrando a já existente, dê sentido à área balnear construída ou a construir correlacionando-se com a rede viária que serve Cepães. Importa conservar construções urbanas ou rurais, de qualidade arquitectónica a fim de se manter a imagem e características dos aglomerados, e condicionar a construção nova em áreas envolventes.

A expansão demográfica que se prevê impõe a construção de novas áreas de habitação, com tipologias e densidades diferenciadas de acordo com a envolvente construída ou natural, de carácter permanente nas zonas periféricas contíguas ao núcleo central, e secundário no sector Norte de Esposende e poente de Cepães, como resposta, em termos de alojamento, às necessidades da vila entendida como centro de apoio rural e turístico-balnear.

O equipamento social, comércio e serviços existentes no núcleo central da vila deverão manter as características que possuem processando-se o seu alargamento em moldes idênticos, sendo no entanto necessário localizar junto ao rio, novas estruturas de apoio à pesca. A Norte do núcleo central, na

zona de equipamento já existentes, há que reservar diferentes áreas, quer para equipamentos sociais, que o futuro venha a impor, quer para ampliação dos actuais, enquanto no sector balnear contíguo há que localizar, e reservar áreas para equipamentos de apoio turístico e de ocupação de tempos livres. Nas novas áreas de habitação devem implementar-se sectores destinados ao comércio local ou equipamento social compatível, de modo a obter-se uma progressiva diluição da sectorização, actualmente existente, entre as áreas de habitação permanente e eventual.

No respeitante ao equipamento escolar, pré-primário e primário, a construir de acordo com as necessidades, impõe-se o seu dimensionamento tendo em conta a totalidade das áreas de habitação, existente ou prevista, na perspectiva da diluição referida.

A localização de equipamento industrial e do apoio à agricultura, pressupõe um enfoque mais amplo — a nível concelhio — sendo portanto de manter algum equipamento agrícola ou pequena indústria, no interior do aglomerado, mas afastando a instalação de novas indústrias. Já a integração nesta área, de equipamento de apoio rural nos parece perfeitamente viável, mas pelas razões apontadas, com dimensionamento, e logo localização a definir posteriormente.

3 — As opções gerais anteriormente expostas, repercutem-se de forma diferenciada nas diversas áreas de carácter homogéneo que, do ponto de vista urbanístico, se podem definir em Esposende, e que passaremos a analisar.

A primeira daquelas áreas, limitada pela E. N. 13 e Avenida Marginal, respectivamente a nascente e poente, pelo encontro de ambas a sul, e apenas ultrapassando a norte a alameda fronteira à Matriz, é constituída por um núcleo central (centro histórico) e uma zona periférica.

O núcleo central, apresenta uma malha urbana e um traçado viário coerentes, que geram um ambiente caracterizado e rico, e contribuem para uma certa tranquilidade urbana. A construção, à alguns anos efectuada, da Avenida Marginal, possibilitando nova abordagem deste núcleo pelas suas trazeiras, privou-o do contacto orgânico com o rio, criando uma situação de descontinuidade e incoerência em toda a sua faixa marginal, que se agrava na alameda, já em si, uma discutível solução de continuidade do tecido urbano.

A nascente desta e atingindo a E. N. 13 detecta-se a primeira zona periférica, atravessada pelas saídas da vila, constituída por áreas ainda agricultadas ou já baldias, em parte propriedade do Município, e pontualmente comprometida por construção dispersa. A sul daquele núcleo entre a E. N. 13 e a Avenida Marginal, encontra-se nova zona periférica em parte ainda livre, onde se localiza o bairro do F. F. H., e o «Bairro Social», qualquer deles totalmente desentegrados da malha e ambiente pré-existent.

Daí que a nível do núcleo central, se devam manter os traçados e perfis da malha viária, com recuperação das construções de interesse arquitectónico ou ambiental, devendo a edificação de novas construções, em terreno ainda livre ser condicionada pela respectiva envolvente. Por outro lado, é necessário efectuar uma concordância da Avenida Marginal com a malha urbana exis-

tente, mormente na alameda fronteira à Matriz, local ideal para um conjunto de equipamentos ligados à pesca e navegação de recreio.

Na zona periférica adjacente ao núcleo central a nascente da alameda, importa construir habitação (em terrenos municipais), tratada como natural prolongamento daquele núcleo, constituindo o conjunto, importante charneira entre áreas urbanas bem diferenciadas, ali sendo de prever, por isso, e também equipamentos importantes como o centro paroquial, a central de camionagem, e o quartel dos bombeiros.

Na zona periférica a sul, parece aconselhável generalizar o tipo de ocupação pré-existente — habitação social — procurando-se um tratamento unificado de toda a área — primeira imagem da vila, a rural do Sul — e integrando ali algum equipamento social. Estas duas zonas periféricas devem apoiar-se em nova via de cintura, alternativa aos arruamentos no núcleo central, que rompendo o isolamento daquelas áreas relativamente ao centro, lhe confira maior significado.

Estruturando-se dum e doutro lado do sector recto do antigo traçado da estrada Porto/Viana, surge nova área de características homogéneas, limitada a nascente pela actual E. N. 13, a poente pela Av.^a Marginal, a Sul pelo Sector anteriormente descrito e a Norte pelos primeiros loteamentos de habitação secundária.

Trata-se da zona inicial de expansão balnear da vila, como já se referiu que inclui equipamentos contemporâneos daquela expansão (hospital, escola, parque de jogos), cujo crescimento urbano se encontra bloqueado pela localização de novos equipamentos, com grande exigências de áreas e de volumetria.

Porque nesta área se verifica já, uma quase total ocupação do solo, sobretudo por equipamentos de caracter social, não parece de sugerir qualquer alteração substancial, mas apenas assumir paradoxal situação de barreira que a zona estabelece entre as áreas adjacentes de habitação permanente a Sul, e eventual a Norte. Neste sentido há que reservar para equipamento social futuro (ou ampliação do existente) algumas habitações significativas e espaços ainda livres, e que a relacionar a malha viária ali existente com as redes integradoras das áreas periféricas existentes a Norte e a Sul.

Ainda limitada a nascente pela E. N. 13, mas ultrapassando a Avenida Marginal a poente, confinando a norte com a área agrícola e florestada que separa Cepães de Esposende, e a Sul com a zona anteriormente analisada, surge nova área de certa homogeneidade.

O tipo de ocupação da zona em questão, um dos sectores de maior expansão de Esposende, reduz-se praticamente à existência de habitações secundárias. A malha construída é aqui pelas razões já referidas, extremamente fragmentada, não podendo considerar-se propriamente urbana, mas constituída-se em áreas periféricas de habitação dispersa. O relacionamento destes sectores com a estrutura viária existente, é geralmente acidental e justificado apenas pela utilização de infra-estruturas já realizadas; acresce ainda, que a generalidade nas iniciativas não atende à qualidade do solo nem mantém a arborização existente.

Envolvendo as áreas referidas, detectam-se manchas de pinhal e uma

ou outra área agrícola, sendo de assinalar, a sul de Cepães uma área arborizada muito significativa e ainda intacta.

Torna-se pois, necessário, integrar aqui, num todo urbano, os diversos fragmentos já construídos, edificando de novo de acordo com construção e arborização existentes, mas apenas em áreas já comprometidas por aqueles fragmentos, libertando as áreas florestadas de razoável dimensão. A malha viária existente e os acessos dos sectores já construídos devem inserir-se em nova rede, de modo a integrar-se a totalidade das áreas edificadas ou livres, estabelecendo conexões com a zona agrícola a norte e com a de equipamentos a sul.

As funções a atribuir às áreas livres ou arborizadas a manter, deverão ser as de parque de campismo e equipamentos turísticos encontrando a sua justificação numa utilização de tipo periódico, permitindo o seu funcionamento como tampão ao crescimento descontrolado da vila.

A norte da área anteriormente descrita, situa-se nova zona homogénea, limitada a poente pelo mar, prolongando-se a nascente até à E. N. 13 e integrando para além do agregado rural de Cepães, as áreas agrícolas adjacentes, a norte e a sul, que são a sua justificação e razão de ser.

O sector nascente do aglomerado estrutura-se ao longo duma via de carácter rural. Sua espinha dorsal e que vai integrando as construções geralmente agrícolas ali existentes. O sector poente do aglomerado com organização idêntica ao nascente, tem vindo a ser progressivamente ocupado com habitação secundária, de forma descontrolada e anárquica constituindo, no momento, três núcleos. Dois destes, apoiam-se em duas vias rurais, transversais à espinha dorsal do aglomerado, que conectam Esposende, situando-se o terceiro, no extremo poente da via principal.

ctam Esposende, situando-se o terceiro, no extremo poente da via principal.

Deve acrescentar-se também que a pulverização das construções referidas faz já degenerar do ponto de vista agrícola, e da sua manutenção como tal, o solo livre existente entre aqueles três núcleos de habitação secundária.

Parece assim de considerar nula a capacidade urbana de toda a área agrícola envolvente do agregado e do sector nascente do mesmo, de modo a manterem-se os limites, características e morfologia do aglomerado e implementando-se a actividade agrícola, sua razão de ser. Na zona poente de Cepães, devem integrar-se, realisticamente, as áreas periféricas já construídas com diferente morfologia, interligando-as entre si por continuidade de construção nas áreas intersticiais e por nova rede viária que incorporando a existente solidarize o conjunto.

A última zona de características homogéneas a considerar é a constituída pela área agrícola localizada a nascente e ao longo da E. N. 13, grande faixa que se interioriza até aos agregados rurais de Pinhote, Outeiro, Goios e Gandra. A deficiente gestão urbanística da zona, conduziu à progressiva urbanização das margens da E. N. 13, bem como das saídas radiais de Esposende; esta situação resulta certamente dum menor custo do solo na área em questão, e dos sucessivos compromissos assumidos por sucessivas edilidades, apesar da legislação existente sobre o assunto.

Tende assim a bloquear-se a estrada Porto/Viana, o que conduz à necessidade de criação duma «variante» da actual variante, e ao comprometimento

da capacidade de uso da faixa de solo agrícola acima referida, estabelecendo-se também, do ponto de vista paisagístico, uma relação conflituosa e irreversível, entre a área urbana e a zona rural adjacente.

Daqui, que neste caso a opção seja semelhante à situação anterior, não se prevendo qualquer capacidade urbana para a área em causa. Dada porém a impossibilidade de fazer desaparecer as construções existentes, resta impedir o seu alastramento, pela definição de uma «área de compromisso», mantendo intransigentemente as áreas ainda intactas, como solo agrícola a preservar.

4 — A problemática e as opções urbanísticas subjacentes ao conteúdo do presente artigo constituem também, naturalmente, não só os critérios que têm pautado o meu quotidiano como Consultor-Urbanista, como já definiram as linhas mestras do «Estudo Preliminar do Plano Geral de Urbanização da Vila de Esposende», que ao abrigo do Dec.º-Lei 561/71, realizei por solicitação da Câmara, já tornado público e por esta apreciado, que aguarda informação superior, necessária à realização do posterior estudo definitivo do mesmo plano.

Acontece porém em Esposende, como em qualquer aglomerado do mesmo tipo, não haver homogeneidade de pressões urbanísticas relativamente à totalidade da área urbana existindo sectores que, dados certos condicionalismos locais, exigem resposta imediata em termos de desenho urbano, e outros onde, são de momento suficientes, as directrizes e medidas cautelares contidas no estudo referido, desde que apoiados em permanente gestão urbanística.

Daí, afigurar-se-nos correcta a metodologia de trabalho posteriormente praticada, que consistiu numa complementarização do estudo geral efectuado, pela execução de planos de pormenores, escalonados no tempo, de acordo com as reais necessidades urbanísticas dos diversos sectores, possibilitando já, para cada zona, propostas de desenho urbano diferenciado, mas enquadrado nas directrizes e opções anteriormente estabelecidas. Nesta perspectiva foram já realizados e aprovados estudos prévios de dois daqueles Planos de Pormenor, os da zona Central e Norte da vila, encontrando-se em conclusão os respectivos estudos definitivos, que permitirão o estabelecimento, em moldes urbanisticamente correctos, de duas importantes frentes do seu desenvolvimento urbano. Por outro lado, o recente aumento da pressão construtivas noutros locais do agregado, nomeadamente em Cepães e na faixa a nascente da E. N. 13, leva a considerar como oportuna e premente, a realização ali, de idênticos planos de pormenor.

Este planeamento sectorial, já realizado ou preconizado apenas possibilitará assim, e a nosso ver, uma maior flexibilidade e operatividade da gestão urbanística do território, uma melhor adaptação do Estudo-Prévio do Plano de Urbanização da Vila às situações concretas e uma progressiva correcção do desenho urbano efectuado, face à evolução das necessidades e carências da Sede do Concelho.

Esposende, Janeiro de 1983.



(Fig. 1)



(Fig. 2)



(Fig. 3)



Portão da Quinta Velha — São Paio de Antas

VÁRIA...

Manifestações de índole cultural no concelho de Esposende 1982

— 21 de Fevereiro

Estreia da Revista «Foje que te aleijas» levada à cena pela A.D.E.C. de Belinho.

— 1 de Maio

Inauguração da Exposição «Vida e Obra de Camões» patente na sala de Exposições da Câmara Municipal de Esposende.

— 1 de Maio

Conferência sobre «Camões e o problema da cegueira» proferida pelo Prof. Dr. Bernardo Xavier Coutinho. Realizou-se na sala de sessões da Câmara Municipal.

— 7 de Maio

Debate sobre a Educação de Adultos e conclusões da I semana cultural de Esposende (sala de sessões da Câmara Municipal).

— 1 de Julho

Dirigiu a Casa da Cultura um ofício ao Instituto Português do Património Cultural pedindo imediata classificação do Castro

de S. Lourenço e, por despacho de sua Ex.^a o Sr. Secretário de Estado da Cultura, foi classificado Imóvel de Interesse Público em 12 de Agosto de 1982.

— 30 de Julho

Saíu o n.º 1 do Boletim Cultural de Esposende.

— 6 de Agosto

Exposição de gravuras de Maria Irene Ribeiro contando com a presença da artista. Esteve patente na Sala de Exposições da Câmara Municipal de Esposende.

— 12 de Agosto

Abertura da Exposição «Vida e Obra de António Rodrigues Sampaio» comemorativa do I centenário da sua morte. Esteve patente na sala de sessões da Câmara Municipal.

— 13 de Agosto

Realização dos I jogos tradicionais concelhios. Realizados no campo Sá Pereira em Esposende.

— 14 de Agosto

Realização do cortejo Etno-histórico com participação de todas as freguesias do concelho.

— 19 de Agosto

Desfile de Ranchos Folclóricos e actuação dos mesmos no Pavilhão da Escola Preparatória de Esposende.

— 20 de Agosto

Sessão comemorativa dos 410 anos de elevação a vila de Esposende. Foi conferencista Manuel Maria Costa.

— 26 de Setembro

Foi inaugurada pelo Presidente da Comissão Instaladora da Casa da Cultura a Biblioteca Popular do Centro Social da Juventude de Mar.

— 26 e 27 de Outubro

Deslocação a Palmeira de elementos da Casa da Cultura de Esposende e da Universidade do Porto afim de proceder a inventariação e viabilidade de futuros trabalhos no campo da Arqueologia nomeadamente em sepulturas de época romana e de um dolmen. (Os resultados da investigação sairão num futuro número deste boletim).

— 17 a 30 de Novembro

Ciclo dedicado à «Vida e Obra de Chopin». Participação do Maestro José Atalaya e dos pianistas Pedro Burmester, Maria José Sousa Guedes e Helena Sá e Costa.

— 26 de Dezembro — Sarau Cultural para entrega de prémios dos II Jogos Florais de Esposende.

Subsídios atribuídos ao longo do ano 1982

— *Fevereiro*

Subsídio para a campanha de escavações arqueológicas realizadas em Vila-Chã — 10.000\$00.

— *Maior*

I semana cultural DGEA/Casa da Cultura. Foram as despesas pagas na totalidade — 20.000\$00.

— *Junho*

Subsídio atribuído à Juventude Desportiva e Cultural de Mar
— 15.000\$00.

— *Agosto*

Subsídio atribuído à Associação Desportiva e Cultural de Belinho — 15.000\$00.

— *Setembro*

Subsídio atribuído para inventariação e catalogação de todo o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Fão — 20.000\$00.

Apoio a Bibliotecas do Concelho de Esposende

— *Setembro*

Foram oferecidas obras à biblioteca da Escola Secundária de Esposende no montante de 12.000\$00.

— *Setembro*

Oferta de livros à biblioteca do Centro Social da Juventude de Mar.

— *Setembro*

Oferta de livros à Biblioteca Popular da ADEC de Belinho.

— *Setembro*

Oferta de livros à Biblioteca Popular da Juventude Unida de Marinhas.

— *Setembro*

Oferta de livros para a Biblioteca da Coordenação Concelhia da Direcção-Geral de Educação de Adultos.

— *Outubro*

Oferta de livros à Biblioteca Popular de Vila-Chã.

Sobre obras adquiridas para a Biblioteca da Casa da Cultura de Esposende

É e será intenção dos responsáveis pela Casa da Cultura, adquirir material bibliográfico que esteja ligado ao concelho de Esposende. Nesse sentido, e além de centenas de volumes já entrados nesta biblioteca queremos mencionar algumas obras que a este concelho dizem respeito e que já são pertença da Casa da Cultura.

— Copiador de Cartas do Vice-Consulado de Espanha em Fão e Esposende de 1852.

— Vários outros documentos ligados à história de Esposende.

— Colecção da Revista «Gente Minhota».

— Várias obras de Manuel Boaventura de entre as quais:

— Vocabulário Minhoto I e II volumes.

— Solar dos vermelhos, 2.^a ed.

— Contos do Minho, 1927.

— Lapinhas de Natal, 1.^a e 2.^a ed.

— Timóteo o Penitente.

— As vítimas dos pseudo-republicanos de Esposende, 1908.

— A revista «Esposende Praia de Suave Mar» número único, 1929.

— Joaquim Leitão — Guia Ilustrado de Esposende, 1908.

— José da Silva Vieira:

— Cadernos de Apontamentos para a história do concelho de Esposende, 1919.

— Canções populares recolhidas no concelho de Esposende, 1924.

— Carta Régia que elevou Esposende à categoria de vila, 1907.

— Várias publicações da colecção «Silva Vieira» editados na tipografia Esposendense.

— Xavier Viana — Aguarelas (contos), ed. tip. Esposendense.

— Colecção da Revista Brotéria.

— Dezenas de Estudos Monográficos.

Até 30 do mês de Outubro de 1982 a Biblioteca da Casa de Cultura de Esposende estava apetrechada com 1808 volumes.



Casa da Barca do Lago — séc. XVIII — brasão de Coronel de Nobreza

ÍNDICE

O Castro de S. Lourenço — Vila-Chã-Esposende	5
<i>Carlos A. Brochado de Almeida</i>	
<i>Manuel Albino Penteado Neiva</i>	
D. Sebastião: a importância de Esposende e o significado de Alcácer-Quibir	19
<i>M. M. da Silva Costa</i>	
A Cultura do Linho em Vila-Chã	31
<i>Manuel Albino Penteado Neiva</i>	
Crónica de Natal	43
<i>Marcelino Dias Pereira</i>	
O Arquivo e as Origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão	45
<i>Alberto Antunes de Abreu</i>	
A fisionomia de Camões	67
<i>Bernardo Xavier Coutinho</i>	
Algumas notas sobre a urbanização de Esposende, e do seu concelho	85
<i>Bernardo José Ferrão</i>	
Vária	109

